



MINISTÉRIO DS TRANSPORTES

SECRETARIA EXECUTIVA

RELATÓRIO DE GESTÃO

2008



Relatório das Atividades do Exercício de 2008

O presente relatório de gestão, em observância à Instrução Normativa nº 57/2008 e Decisões Normativas nº 93/2008, nº 94/2008 e nº 96/2009, do Tribunal de Contas da União – TCU e Portaria CGU nº 2.238/2008, apresenta as atividades da Secretaria-Executiva (SE-MT), órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, consolidando as informações sobre a gestão da Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAAD) e da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO) e agregando as informações sobre a gestão da Secretaria de Política Nacional de Transportes (SPNT) e da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes (SEGES).

SUMÁRIO

1. Identificação.....	4
2. Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticos.....	5
2.1. responsabilidades institucionais - Papel da unidade na execução das políticas públicas	5
2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas	15
2.3. Programas	40
2.3.1. Programa 0225 – “Gestão da Política dos Transportes”	40
Ação 2272 – Gestão e Administração do Programa Nacional.....	41
2.3.2. Programa 0225 – “Gestão da Política dos Transportes”	44
Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	44
2.3.3. Programa 0750 – “Apoio Administrativo”.....	44
Ação 09HB – Cont. da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do Regime de Previdência	45
Ação 2000 – Administração da Unidade.....	45
Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	46
Ação 2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	46
Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados	47
Ação 2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	47
2.4. Desempenho Operacional	48
2.4.1. Evolução de Gastos Gerais.....	69
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	70
4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores	71
5. Demonstrativos de Transferências (recebidas e realizadas) no Exercício	73
6. Previdência Complementar Patrocinada.....	74
7. Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos	75
8. Renúncia Tributária.....	76
9 Declaração sobre a Regularidade dos Beneficiários Diretos de Renúncia	77
10. Operações de Fundos	78
11. Despesas com Cartão de Crédito.....	79
12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno.....	81
13. Determinações e Recomendações do TCU	86
14. Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados no Exercício	103
15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio foi dispensado.....	104
16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos	105
17. Outras Informações Consideradas Importantes pelos Responsáveis como Relevantes para a Avaliação da Conformidade e do Desempenho da Gestão.....	108
18. Conteúdos Específicos por UJ ou Grupo de Unidades Afins	110

1) Identificação

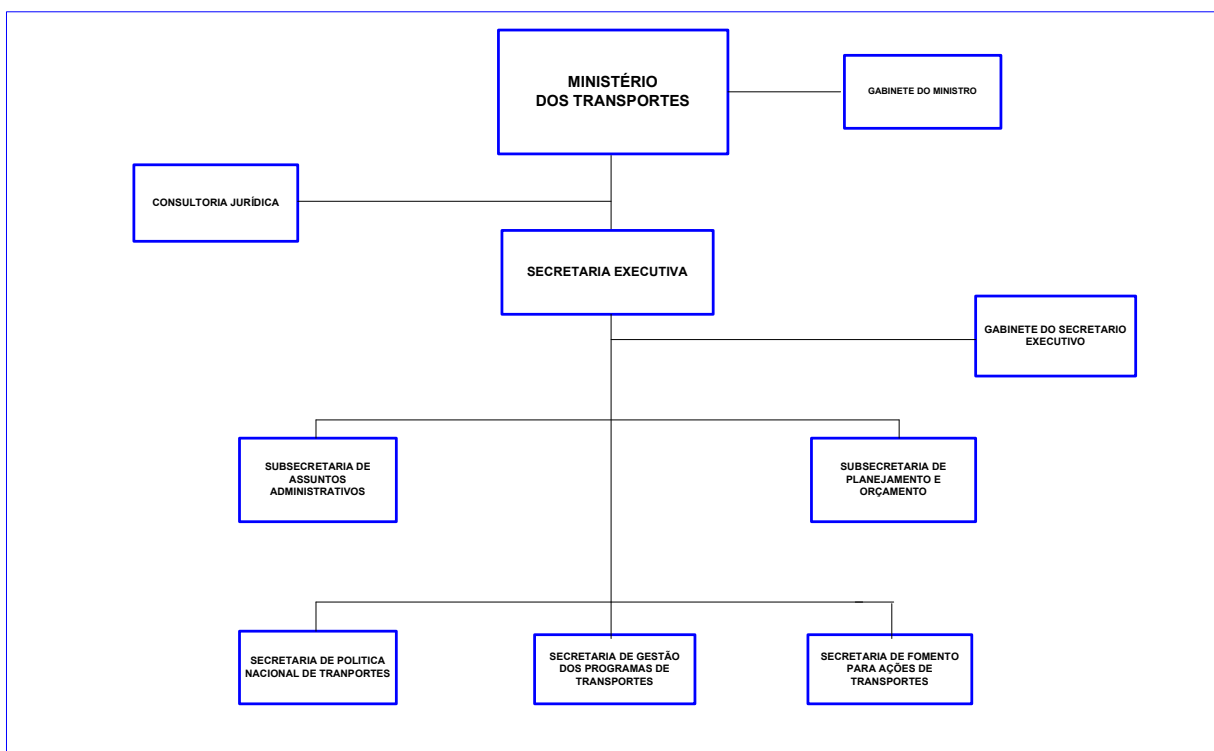
Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Secretaria-Executiva – SE	
CNPJ	37.115.342/0001-67	
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo	
Vinculação ministerial	Ministério dos Transportes – MT	
Endereço completo da sede	Esplanada dos Ministérios Bloco R - Edifício Sede, 5º andar, Brasília-DF - CEP: 70044-900 – Tel. (61) 3311-7090 / Fax (61) 3311-7845	
Endereço da página institucional na internet	www.transportes.gov.br	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, publicada no DOU de 29/05/2003. Decreto nº 4.721, de 5 de junho de 2003, publicado no DOU de 06/06/2003; republicado no DOU de 17/06/2003. Portaria nº 399, de 14 de julho de 2004., publicada no DOU 15 de julho de 2004.	
Código da UJ titular do relatório	390032	
Códigos das UJ abrangidas	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL – Código 390004 Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH – Código 390007 Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO – Código 390002 Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT – Código 390040 Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – SEGES – Código 390041	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Transporte	
Tipo de atividade	Supervisão e coordenação das atividades desenvolvidas pelas Secretarias Finalísticas e Subsecretarias integrantes da estrutura do Ministério dos Transportes e das entidades a ele vinculadas.	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos Coordenação-Geral de Recursos Humanos Subsecretaria de Planejamento e Orçamento	CGRL – 390004 CGRH – 390007 SPO – 390002

2. Objetivos e Metas Institucionais e/ou Programáticos

2.1. Responsabilidades Institucionais - Papel da Unidade na Execução das Políticas Públicas

À Secretaria-Executiva, conforme disposições contidas no art. 4º do Decreto nº 4.721, de 5 de junho de 2003, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério dos Transportes, e dá outras providências, compete assistir ao Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas; supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de organização e modernização administrativa, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do Ministério e das entidades a ele vinculadas; promover a articulação entre os diferentes órgãos supervisionados pela Secretaria Executiva; auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministério; e supervisionar os órgãos vinculados ao Ministério, tendo a seguinte estrutura:



As competências da Subsecretaria de Assuntos Administrativos estão disciplinadas no art. 5º do Decreto nº 4.721, de 2003, quais sejam: planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Organização e Modernização Administrativa, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, no âmbito do Ministério; promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais referidos no inciso I e informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas; promover e coordenar a elaboração e a consolidação dos planos, programas e atividades da sua área de competência, submetendo-os à decisão superior; acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades; e realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesa e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao Erário.

No tocante à Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, suas competências constam do art. 6º do referido Decreto, a seguir elencadas: planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e Orçamento, de Administração Financeira e de Contabilidade, no âmbito do Ministério; promover a articulação com os Órgãos Centrais dos Sistemas Federais referidos no inciso I e informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas; desenvolver, no âmbito do Ministério, as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil; acompanhar, por meio de relatórios gerenciais, a execução orçamentária, financeira e contábil, encaminhando relatórios mensais ao seu superior imediato; acompanhar e promover a avaliação de demandas de recursos orçamentários, submetendo-as a aprovação de seu superior imediato; planejar e controlar as atividades relacionadas com o programa de dispêndios globais, subsidiando os processos de alocação e de gestão de recursos públicos e realimentando as atividades de planejamento e orçamento federais; supervisionar e acompanhar a análise e a avaliação do comportamento das despesas programadas, propondo medidas necessárias para as eventuais correções das distorções identificadas; e promover estudos propondo medidas para aperfeiçoar o acompanhamento e a avaliação da execução orçamentária.

Importante ressaltar que algumas disposições do Decreto nº 4.721, de 2003, foram ultrapassadas pela realidade trazida por alterações normativas posteriores e por decisões estratégicas superiores, tornando ineficazes algumas das competências outorgadas a determinadas Secretarias finalísticas e seus departamentos. Diante de tal realidade, o Ministro de Estado dos Transportes, por meio do Aviso nº 204/MT, datado de 23 de dezembro de 2008, encaminhou ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, projeto de Decreto que aprova nova estrutura regimental e novo quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério dos Transportes.

Essas distorções existentes entre a realidade fática e o disposto no Decreto nº 4.721, de 2003, estão sendo corrigidas com a proposição deste novo Decreto. As atuais disposições atendem a necessidade de ampliação da estrutura que se tornou extremamente importante em decorrência, fundamentalmente: (i) do incremento das tarefas do Ministério em razão da execução das obras e serviços do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC; (ii) da operacionalização, atualização permanente e controle do Plano Nacional de Logística e Transportes - PNLT, recentemente instituído e operacionalizado pelo Ministério; (iii) do desenvolvimento de uma política economicamente ativa na Marinha Mercante; (iv) do fortalecimento das atividades de outorga, face à política governamental de incrementar a concessão de obras e serviços públicos, em todos os modais; (v) da indispensabilidade de instalar, no Ministério dos Transportes, um eficiente e eficaz sistema de gestão estratégico, fortemente apoiado no uso intensivo da tecnologia da informação; e (vi) da necessidade de institucionalizar a matéria relativa a meio-ambiente, cada dia mais relevante na execução das obras da Pasta.

Os esforços desenvolvidos pelo Ministério dos Transportes desde o ano de 2006 para a retomada do planejamento, mediante a elaboração do PNLT, que evidenciou as graves distorções existentes no processo de planejamento geradas pelas modificações institucionais implementadas em períodos anteriores, com destaque para a fragilização e posterior extinção da Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT, que detinha, até então, os quadros técnicos de planejamento de transportes e, principalmente, coletava, produzia e gerenciava os dados e informações necessárias ao planejamento.

Neste momento, em que se busca a revitalização do planejamento setorial, teme-se pela perda dos esforços desenvolvidos a partir de 2006, em virtude da ausência de uma estrutura capacitada para organizar e manter permanentemente atualizados os dados e informações obtidas pelo PNLT, bem como implementar seus produtos.

A reestruturação proposta nada mais é do que o aprimoramento dos processos internos de informação, de decisão e de execução adaptados às necessidades administrativas, técnicas e operacionais das áreas que exigem maior esforço de mudança para que estejam aptas a se tornarem eficientes. É exemplo disso as alterações que se pretende promover na Secretaria de Política Nacional de Transportes, cujas atribuições serão aumentadas para melhor atender a área estratégica de planejamento e desenvolvimento das políticas de transportes a serem desenvolvidas pelo Ministério e executadas por seus órgãos vinculados.

Vale realçar as recentes orientações dos órgãos de controle no sentido de dotar os órgãos/entidades da Administração Pública Federal de estrutura adequada no que se refere à tecnologia da informação, o que justifica a criação do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicações vinculado hierarquicamente à Secretaria-Executiva.

Ademais, o Ministério dos Transportes, desde 2003, não sofreu qualquer alteração em sua estrutura, estando, de fato, muito aquém de um modelo organizacional moderno e eficiente, capaz de dar resultados positivos no que pertine à política de transportes.

Sem prejuízo de suas atribuições institucionais, a Secretaria-Executiva, como órgão de coordenação máxima das atividades de gestão do Ministério dos Transportes, no ano de 2008 participou, direta e sistematicamente, no encaminhamento, desenvolvimento e articulação setorial e multisetorial de ações relacionadas com as relevantes questões de transportes, como a busca de oportunidades de investimento pelo setor privado, considerando que cada vez mais a iniciativa privada está sendo chamada a suprir ou colaborar com a Administração Pública, desenvolvendo importantes atividades para o desenvolvimento do país; e cooperação inter e intra-governo, identificação de gargalos e proposição de soluções para a melhoria da infraestrutura de transportes, estudos para aperfeiçoamento e ajustes legislativos, cujo extrato significativo segue abaixo.

2.1.1 – Dimensão da Responsabilidade do Setor

a) Rodovias

- Malha Rodoviária: 74 mil km de malha, sendo 60 mil km pavimentados
- Malha Concessionada: 4.710,00 km

b) Ferrovias

- 28 mil km de ferrovias operados pelo setor privado

c) Portos

- Companhia Docas do Maranhão - CODOMAR

d) Hidrovias

- 28 mil km de vias navegáveis interiores e potencial de aproveitamento de mais 15 mil km.
- Efetivamente utilizadas para transporte de cargas: 10 mil km.

2.1.2 - Visão de Governo

- Compreensão do papel estratégico da infra-estrutura e logística de transportes como base para o desenvolvimento econômico.
- Nova visão gerou crescimento nos investimentos em infra-estrutura voltados à superação de gargalos e à garantia de condições de competitividade e de escoamento da produção nacional.

2.1.3 – Desafios Gerais

Infra-Estrutura de Transportes capaz de:

- Atender com eficiência à demanda decorrente do crescimento interno e do comércio exterior.
- Reduzir os níveis de ineficiência:
 - Acidentes

- Tempos de viagem
- Custos de transportes
- Estruturar os corredores estratégicos de transportes.
- Estimular a participação dos modais hidroviário e ferroviário, com maior utilização da intermodalidade.
- Escoar adequadamente a produção de granéis sólidos, líquidos e cargas containerizadas.
- Apoiar o desenvolvimento da indústria do turismo.
- Permitir a ligação do Brasil com os países limítrofes, fortalecendo a integração na América do Sul.

2.1.4 - Desafios Específicos

a) Manutenção dos Níveis de Investimento

- Há necessidade de manutenção e até mesmo de ampliação dos níveis de investimento para garantir a continuidade do processo de expansão e habilitação da logística de transportes.

b) Reforço na Estrutura de Gestão

- A elevação no patamar de investimentos não foi acompanhada do aparelhamento dos órgãos de gestão, sobretudo do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes/DNIT, resultando em desempenho operacional carente de ajustes visando a dar capacidade executiva às ações.
- Faz-se mister concluir o processo de qualificação da gestão (bens e pessoas), com o aparelhamento dos órgãos e a realização de contratação por concurso público.

2.1.5 – Atos Normativos

Segue um extrato dos atos normativos que foram discutidos no exercício de 2008 e que tiveram a participação e o acompanhamento da Secretaria-Executiva, sem prejuízos dos demais atos que estão descritos no teor deste relatório.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

EXPOSIÇÃO DE MOTIVO	ASSUNTO	SITUAÇÃO ATUAL
<u>MEDIDA PROVISÓRIA</u> EM Nº 00005/MT, de 29/02/2008	Reestrutura a VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., acrescenta e altera dispositivos nas Leis no 5.917, de 10 de setembro de 1973, no 9.060, de 14 de junho de 1995, e no 11.297, de 9 de maio de 2006, e dá outras providências.	Esta EM foi substituída pela EMI nº 0002/MT/MP/MF, de 22 de abril de 2008.

<p><u>DECRETO NORMATIVO</u></p> <p>EM Nº 00007/MT, de 10/03/2008</p>	<p>Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Concessionária FERRONORTE S/A - Ferrovias Norte Brasil, os imóveis que menciona, localizados nos municípios de Alto Araguaia e Itiquira, no Estado de Mato Grosso, necessários à execução das obras de prolongamento da Estrada de Ferro FERRONORTE.</p>	<p>DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 2008. Publicado no DOU de 17/04/2008, Seção 01 – Página 21.</p>
<p><u>DECRETO NORMATIVO</u></p> <p>EM Nº 00009/MT, de 17/03/2008</p>	<p>Institui o Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis, e dá outras providências.</p>	<p>EM substituída pela EMI nº 00001/MT, de 17/03/2008, em conjunto com o Ministério do Meio Ambiente.</p>
<p><u>DECRETO NORMATIVO</u></p> <p>EM Nº 00010/MT, de 17/03/2008</p>	<p>Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, total ou parcial, ou de instituição de servidão de passagem em favor da VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, os imóveis que menciona.</p>	<p>DECRETO DE 04/04/2008, publicado no Diário Oficial da União de 07/04/2008, Seção 01 – Página 04.</p>
<p><u>DECRETO NORMATIVO</u></p> <p>EM Nº 00011/MT, de 15/04/2008</p>	<p>Concessão da Medalha do Mérito Mauá.</p>	<p>DECRETO DE 22 DE ABRIL DE 2008. Publicado no DOU de 23/04/2008, - Seção 1 – Página 8.</p>
<p><u>DECRETO NORMATIVO</u></p> <p>EM Nº 00012/MT, de 15/04/2008</p>	<p>Concessão da Medalha do Mérito Mauá.</p>	<p>DECRETO DE 22 DE ABRIL DE 2008. Publicado no DOU de 23/04/2008, - Seção 1 – Página 8.</p>
<p><u>DECRETO NORMATIVO</u></p> <p>EM Nº 00013/MT, de 15/04/2008</p>	<p>Concessão da Medalha do Mérito Mauá.</p>	<p>DECRETO DE 22 DE ABRIL DE 2008. Publicado no DOU de 23/04/2008, - Seção 1 - Página 8.</p>
<p><u>PROJETO DE LEI</u></p> <p>EM Nº 00019/MT, de 12/06/2008</p>	<p>Acrescenta e altera dispositivos na Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, incluindo no item 2.2.2 – Relação Descritiva das Rodovias do Sistema Rodoviário Federal, integrante do Anexo do Plano Nacional de Viação, aprovado pela Lei nº 5.917, de 10 de setembro de 1973, a Rodovia de Ligação BR-478.</p>	<p>Aguardando publicação da Lei.</p>

<p><u>DECRETO</u> <u>NORMATIVO</u></p> <p>EM Nº 00020/MT, de 20/06/2008</p>	<p>Altera o art. 3º do Decreto 2.521, de 20 de março de 1998, que dispõe sobre a exploração, mediante permissão e autorização, de serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e dá outras providências.</p>	<p>DECRETO Nº 6.503, DE 3 DE JULHO DE 2008.</p> <p>Publicado no DOU de 04/07/2008 - Seção 1 – Página 1.</p>
<p><u>DECRETO</u> <u>NORMATIVO</u></p> <p>EM Nº 00022/MT, de 25/06/2008</p>	<p>Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Concessionária Autopista Fluminense S.A., os imóveis que menciona, localizados nos Municípios de Campos dos Goytacazes, Casimiro de Abreu, Rio Bonito e São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, necessários à construção das obras de implantação das Praças de Pedágio P1, P2, P3, P4 e P5.</p>	<p>DECRETO DE 14 DE JULHO DE 2008.</p> <p>Publicado no DOU de 15/07/2008 - Seção 1 – Página 2.</p>
<p><u>DECRETO</u> <u>NORMATIVO</u></p> <p>EM Nº 00023/MT, de 26/06/2008</p>	<p>Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A., os imóveis que menciona, localizados nos Municípios de Nova Granada, José Bonifácio, Lins e Marília, no Estado de São Paulo, necessários à construção das obras de implantação das Praças de Pedágio P1, P2, P3 e P4.</p>	<p>DECRETO DE 14 DE JULHO DE 2008.</p> <p>Publicado no DOU de 15/07/2008 - Seção 1 – Página 7.</p>
<p><u>DECRETO</u> <u>NORMATIVO</u></p> <p>EM Nº 00024/MT, de 26/06/2008</p>	<p>Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Concessionária Autopista Planalto Sul S.A., os imóveis que menciona, localizados nos Municípios de Mandirituba, Rio Negro, no Estado do Paraná, e nos Municípios de Monte Castelo, Santa Cecília e Correia Pinto, no Estado de Santa Catarina, necessários à construção das obras de implantação das Praças de Pedágio P1, P2, P3, P4 e P5.</p>	<p>DECRETO DE 14 DE JULHO DE 2008.</p> <p>Publicado no DOU de 15/07/2008 - Seção 1 – Página 3.</p>

<p><u>DECRETO</u> <u>NORMATIVO</u></p> <p>EM Nº 00026/MT, de 26/06/2008</p>	<p>Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Concessionária Autopista Litoral Sul S.A., os imóveis que menciona, localizados nos Municípios de São José dos Pinhais e Tijucas do Sul, no Estado do Paraná, e nos Municípios de Garuva, Araquari, Porto Belo e Palhoça, no Estado de Santa Catarina, necessários à construção das obras de implantação das Praças de Pedágio P1, P2, P3, P4 e P5.</p>	<p>DECRETO DE 14 DE JULHO DE 2008.</p> <p>Publicado no DOU de 15/07/2008 - Seção 1 - Página 3.</p>
<p><u>DECRETO</u> <u>NORMATIVO</u></p> <p>EM Nº 00027/MT, de 03/07/2008</p>	<p>Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Concessionária Autopista Fernão Dias S.A., os imóveis que menciona, localizados nos Municípios de Mairiporã e Vargem, no Estado de São Paulo, e nos Municípios de Cambuí, São Gonçalo do Sapucaí, Carmo da Cachoeira e Carmópolis, no Estado de Minas Gerais, necessários à construção das obras de implantação das Praças de Pedágio P1, P2, P3, P4, P5 e P7.</p>	<p>DECRETO DE 14 DE JULHO DE 2008.</p> <p>Publicado no DOU de 15/07/2008 - Seção 1 - Página 1.</p>
<p><u>DECRETO</u> <u>NORMATIVO</u></p> <p>EM Nº 00028/MT, de 03/07/2008</p>	<p>Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Concessionária Rodovia do Aço S.A., os imóveis que menciona, localizados nos Municípios de Sapucaia, Paraíba do Sul e Barra do Piraí, no Estado do Rio de Janeiro, necessários à construção das obras de implantação das Praças de Pedágio P1, P2 e P3 e Bases Operacionais nº 3 e nº 5.</p>	<p>DECRETO 14 DE JULHO DE 2008.</p> <p>Publicado no DOU de 15/07/2008 - Seção 1 - Página 6.</p>
<p><u>DECRETO</u> <u>NORMATIVO</u></p> <p>EM Nº 00030/MT, de 17/07/2008</p>	<p>Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da concessionária Autopista Régis Bittencourt S.A., os imóveis que menciona, localizados nos Municípios de São Lourenço da Serra, Miracatu, Juquiá e Cajati, no Estado de São Paulo, e no Município de Campina Grande do Sul, no Estado do Paraná, necessários à construção das obras de implantação das Praças de Pedágio P1, P2, P3, P4 e P6.</p>	<p>DECRETO DE 04 DE AGOSTO DE 2008.</p> <p>Publicado no DOU de 05/08/2008, Seção 01, página 11.</p>

<p><u>DECRETO SEM NÚMERO</u></p> <p>EM Nº 00032/MT, de</p>	<p>Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A., os imóveis que menciona, localizados nos Município de Guaratinguetá, no Estado de São Paulo, necessários à obra de alargamento da ponte sobre o Rio São Gonçalo.</p>	<p>DECRETO DE 16 DE SETEMBRO DE 2008.</p> <p>Publicado no DOU de 17.9.2008, Seção 01, página 06.</p>
<p><u>DECRETO SEM NÚMERO</u></p> <p>EM Nº 00034/MT, de 06/10/2008</p>	<p>Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da concessionária Autopista Fernão Dias S.A., os imóveis que menciona, localizado no Município de Mairiporã, no Estado de São Paulo, necessários à construção da obra de implantação da Praça de Pedágio P1 – Pedágio Sul.</p>	<p>DECRETO DE 25 DE NOVEMBRO DE 2008.</p> <p>Publicado no DOU de 26/11/2008, Seção 01, página 10.</p>
<p><u>DECRETO SEM NÚMERO</u></p> <p>EM Nº 00039/MT, de 19/11/2008</p>	<p>Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, em favor da Concessionária Ferrovia Centro Atlântica - FCA, os imóveis que menciona, localizados nos municípios de Santa Leopoldina, Cariacica, Viana, Vila Velha, Guarapari, Anchieta, Piuma, Iconha, Rio Novo do Sul, Itapemirim e Cachoeiro do Itapemirim, no Estado do Espírito Santo, necessários à execução das obras de implantação da Variante Ferroviária Litorânea Sul.</p>	<p>DECRETO DE 12 DE JANEIRO DE 2009.</p> <p>Publicado no DOU de 13 de janeiro de 2009, seção 01, página 15.</p>
<p><u>MEDIDA PROVISÓRIA</u></p> <p>EM Nº 00040/MT, de 23/12/2008.</p>	<p>Altera o art.19 da Lei nº 11.314, de 03 de julho de 2006, que autoriza o DNIT a executar obras nas rodovias transferidas a Entes da Federação por meio da MP 82, de 2002.</p>	<p><u>Em trâmite na PR</u></p>
<p><u>DECRETO NORMATIVO</u></p> <p>EM Nº 00041/MT, de 23/12/2008</p>	<p>Acresce e altera dispositivos do art. 4º do Decreto no 5.269, de 10 de novembro de 2004, que dispõe sobre a competência, composição e funcionamento do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante – CDFMM</p>	<p><u>Em trâmite na PR</u></p>

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS INTERMINISTERIAL – MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS INTERMINISTERIAIS	ASSUNTO	SITUAÇÃO ATUAL
<p><u>DECRETO NORMATIVO</u></p> <p>EMI Nº 00001/MT/MMA, de 17/03/2008</p>	<p>Institui o Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis, e dá outras providências.</p>	<p>Aguardando assinatura do Ministério do Meio Ambiente</p>
<p><u>MEDIDA PROVISÓRIA</u></p> <p>EMI Nº 00002/MT/MP/MF, de 22/04/2008</p>	<p>Reestrutura a VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., acrescenta e altera dispositivos nas Leis no 5.917, de 10 de setembro de 1973, no 9.060, de 14 de junho de 1995, e no 11.297, de 9 de maio de 2006, e dá outras providências.</p>	
<p><u>MEDIDA PROVISORIA</u></p> <p>EMI Nº 00003/MT/MP/MF, de 05 de maio de 2008.</p>	<p>Acrescenta e altera dispositivos na Lei no 5.917, de 10 de setembro de 1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, reestrutura a VALEC Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., encerra o processo de liquidação e extingue a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes GEIPOT, altera as Leis no 9.060, de 14 de junho de 1995, e no 11.297, de 9 de maio de 2006, e dá outras providências.</p>	<p>Convertida - LEI Nº 11.772, de 17 de setembro de 2008.</p>
<p><u>DECRETO NORMATIVO</u></p> <p>EMI Nº 00004/MT/MP/MF, de 08 de maio de 2008.</p>	<p>Regulamenta o parágrafo único do art. 22 da MP nº 427, de 9.05.2008, que acrescenta e altera dispositivos na Lei no 5.917, de 10.09.1973, que aprova o Plano Nacional de Viação, reestrutura a VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., encerra o processo de liquidação e extingue a Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT, altera as Leis no 9.060, de 14 de junho de 1995, e no 11.297, de 9 de maio de 2006, e dá outras providências.</p>	<p>DECRETO No- 6.485, DE 17 DE JUNHO DE 2008. Publicado no DOU de 18/06/2008 - Seção 1 - Página 3.</p>

<p><u>DECRETO</u> <u>NORMATIVO</u></p> <p>EMI Nº 00004/MT/MDIC, de 07/07/2008</p>	<p>Acresce incisos ao art. 1º do Decreto nº 2.444, de 30 de dezembro de 1997, que dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização - PND, das rodovias federais que menciona.</p>	
<p><u>DECRETO</u> <u>NORMATIVO</u></p> <p>EMI Nº 0005/MT/MDIC, de 08/07/2008</p>	<p>Dispõe sobre a inclusão, no Programa Nacional de Desestatização - PND, de linhas do serviço de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, e dá outras providências.</p>	<p>Decreto de 16 de julho de 2008. Publicado no DOU de 17/07/08.</p>

2.2. Estratégia de Atuação da Unidade na Execução das Políticas Públicas

Para fazer frente à necessidade de modernização e ampliação da infra-estrutura de transportes, requisito essencial para sustentação de um ciclo de desenvolvimento harmônico dos setores e regiões do País, bem como para a melhoria da qualidade de vida da população, o Ministério dos Transportes elaborou o PNLT - Plano Nacional de Logística de Transportes, sistema de planejamento estratégico, sistemático, com visão de médio e longo prazo, baseado em estudos consistentes de demandas que possibilitam identificar os projetos prioritários e recuperar progressivamente a capacidade de investimento.

Com vistas à perenização do PNLT, o Ministério dos Transportes deu continuidade em 2008 ao estudo que objetivou dar maior consistência ao ajuste entre as modelagens macroeconômicas e de transportes, promovendo o refinamento das premissas e variáveis utilizadas pelas duas modelagens e aprimorando os parâmetros de alocação ou imigração de carga geral para os modais ferroviários e de cabotagem, desconcentrando a atual alocação quase exclusivamente no modal rodoviário.

A política de imigração de carga geral para outros modais foi materializada em 2008 pela decisão, dentre outras, de construir a Ferrovia Bahia - Oeste nos estados da Bahia e Tocantins com o objetivo de integrar a malha ferroviária nacional com a Ferrovia Norte-Sul para transportar granéis, fertilizantes, combustíveis e minério de ferro, com previsão de geração de 10,0 mil empregos.

Em relação ao transporte marítimo, a realidade atual de ocupação dos estaleiros mundiais transformou a indústria naval brasileira em alternativa de curto prazo para construção de navios para os segmentos de petróleo e transportes de mercadorias na cabotagem e no longo curso. Os 205 projetos contratados advindos do Programa de Financiamento de Embarcações para a Marinha Mercante deram significativa escala à construção naval brasileira, gerando 32,0 mil empregos diretos e indiretos em 2008.

No ano de 2008, importantes obras do modal hidroviário avançaram, dentre elas podemos destacar as Eclusas de Tucuruí e os terminais fluviais na região amazônica.

No modal rodoviário, o Programa de Contratação, Restauração e Manutenção por Resultados de Rodovias Federais Pavimentadas – PROCREMA, criado por meio da Portaria GM/MT nº. 007 10/01/2008, juntamente com o Programa Integrado de Revitalização – PIR-IV representam uma evolução na concepção de contratação e gerenciamento de serviços de manutenção e conservação rodoviária, tendo em vista que nos contratos de restauração convencional o prazo de vigência contratual é de apenas um ano e não contemplam intervenções importantes como recuperação de passivo ambiental e manutenção da faixa de domínio, além da conservação da própria rodovia.

Segue um extrato das principais ações que foram discutidas no exercício de 2008 e que tiveram a participação e o acompanhamento da Secretaria-Executiva, sem prejuízos dos demais atos que estão descritos no teor deste relatório.

a) Rodovias

Vetor Logístico Amazônico

- Construção de Trecho Rodoviário - Entroncamento MT-240 (Novo Diamantino) - Campos Novos dos Parecis - na BR-364 - no Estado do Mato Grosso.
- Construção de Trecho Rodoviário - Manaus - Divisa AM/RO - na BR-319 - no Estado do Amazonas.
- Construção de Trecho Rodoviário - Sena Madureira - Cruzeiro do Sul - na BR-364 - no Estado do Acre.
- Construção de Trecho Rodoviário – Divisa MT/PA - Santarém - na BR-163 - no Estado do Pará.
- Construção de Trecho Rodoviário - Garantã do Norte - Divisa MT/PA - na BR-163 - no Estado do Mato Grosso.
- Adequação de Trecho Rodoviário - Rondonópolis - Cuiabá - Posto Gil - na BR-163 - no Estado do Mato Grosso.

Vetor Logístico Centro-Norte

- Construção de Trecho Rodoviário - Marabá - Altamira - na BR-230 - no Estado do Pará.
- Construção de Trecho Rodoviário - Divisa PA/MT - Ribeirão Cascalheira - na BR-158 - no Estado do Mato Grosso.
- Construção de Trecho Rodoviário - Ferreira Gomes - Oiapoque (Fronteira com a Guiana Francesa) - na BR-156 - no Estado do Amapá.

Vetor Logístico Leste

- Adequação de Trecho Rodoviário - Vitória - Divisa ES/RJ - na BR-101 - no Estado do Espírito Santo.
- Adequação de Contorno Rodoviário - no Município de Vitória - na BR-101 - no Estado do Espírito Santo.
- Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa GO/MG - Entroncamento BR-365 - na BR-153 - no Estado de Minas Gerais.
- Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-050 - Entroncamento BR-153 - na BR-365 - no Estado de Minas Gerais.
- Adequação de Trecho Rodoviário – Santa Cruz – Mangaratiba - na BR-101 - no Estado do Rio de Janeiro.
- Construção de Trecho Rodoviário – Entroncamento MG-170 (Ilicínea) - Entroncamento BR-491/MG-050 (São Sebastião do Paraíso) - na BR-265 - no Estado de Minas Gerais.
- Adequação de Trecho Rodoviário - Km 0 - Águas Lindas de Goiás - na BR-070 - no Estado de Goiás.
- Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento MG-420 (Anguereta) – Entroncamento MG-424 (Sete Lagoas) - na BR-040 - no Estado de Minas Gerais.

Vetor Logístico Nordeste Setentrional

- Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa RN/PB - Divisa PB/PE - na BR-101 - no Estado da Paraíba.
- Adequação de Trecho Rodoviário - João Pessoa - Campina Grande - na BR-230 - no Estado da Paraíba.
- Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa PB/PE - Divisa PE/AL - na BR-101 - no Estado de Pernambuco.
- Adequação de Trecho Rodoviário - Natal - Divisa RN/PB - na BR-101 - no Estado do Rio Grande do Norte.

Vetor Logístico Nordeste Meridional

- Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa BA/SE - Entroncamento BR-235 - na BR-101 - no Estado do Sergipe.
- Construção de Trecho Rodoviário - São Desidério - Divisa BA/MG - na BR-135 - no Estado da Bahia.

Vetor Logístico Centro-Sudeste

- Adequação de Trecho Rodoviário - Aparecida de Goiânia - Itumbiara - na BR-153 - no Estado de Goiás.
- Construção de Trecho Rodoviário - Ventania - Alto do Amparo - na BR-153 - no Estado do Paraná.
- Apoio à Construção do Rodoanel - Trecho Sul - no Estado de São Paulo.

Vetor Logístico Sul

- Construção de Trecho Rodoviário - São Miguel do Oeste - Fronteira Brasil/Argentina (Ponte sobre o rio Peperiguaçu) - na BR-282 - no Estado de Santa Catarina.
- Adequação de Trecho Rodoviário - Palhoça - Divisa SC/RS - na BR-101 - no Estado de Santa Catarina.
- Construção de Trecho Rodoviário - Santa Maria - Rosário do Sul - na BR-158 - no Estado do Rio Grande do Sul.
- Adequação de Trecho Rodoviário - Divisa SC/RS - Osório/RS - na BR-101 - no Estado do Rio Grande do Sul.
- Adequação de Acesso Rodoviário ao Porto de Itajaí - na BR-101 - no Estado de Santa Catarina.
- Construção de Trecho Rodoviário - São José Cerrito - Campos Novos - na BR-282 - no Estado de Santa Catarina.

b) Ferrovias

Vetor Logístico Centro-Norte

- Construção da Ferrovia Norte-Sul - Aguiarnópolis - Palmas - no Estado do Tocantins.

Vetor Logístico Centro Sudeste

- Construção do Contorno e Pátio Ferroviário de Tutóia - no Município de Araraquara - no Estado de São Paulo.

d) Hidrovias

Vetor Logístico Amazônico

- Construção de Terminal Fluvial – no município de São Raimundo – no Estado do Amazonas.

- Construção de Terminal Fluvial – no município de Coari – no Estado do Amazonas.
- Construção de Terminal Fluvial – no município de Manaquiri – no Estado do Amazonas.
- Construção de Terminal Fluvial – no município de Itacoatiara – no Estado do Amazonas.
- Construção de Terminal Fluvial – no município de Manacapuru – no Estado do Amazonas.
- Construção de Terminal Fluvial – no município de Manicoré – no Estado do Amazonas.
- Construção de Terminal Fluvial – no município de Maués – no Estado do Amazonas.
- Construção de Terminal Fluvial – no município de Tabatinga – no Estado do Amazonas.
- Construção de Terminal Fluvial – no município de Benjamin Constant – no Estado do Amazonas.
- Construção de Terminal Fluvial – no município de Borba – no Estado do Amazonas.
- Construção de Terminal Fluvial – no município de Fonte Boa – no Estado do Amazonas.
- Construção de Terminal Fluvial – no município de Lábrea – no Estado do Amazonas.
- Construção de Terminal Fluvial – no município de Santa Isabel do Rio Negro – no Estado do Amazonas.
- Construção de Terminal Fluvial – no município de Urucurituba – no Estado do Amazonas.
- Construção das Eclusas de Tucuruí – no Rio Tocantins – no Estado do Pará.

A Secretaria-Executiva, seja pelo seu dirigente máximo, seja pelos órgãos componentes de sua estrutura básica, seja pelas secretarias substantivas, sem descuidar da autonomia administrativa e financeira de que são detentores, procedeu à indispensável articulação e supervisão dos órgãos vinculados ao Ministério.

No tocante ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, o presente relatório ressalta plenamente a atuação da Secretaria-Executiva, eis que o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, de inegáveis resultados, demandou a conjugação de todos os esforços possíveis pelas unidades e subunidades organizacionais.

Relativamente à VALEC – Engenharia, Construção e Ferrovias SA, a Lei nº 11.772, de 17 de setembro de 2008, resultou no cometimento de novas atribuições à empresa para a construção e exploração da infra-estrutura ferroviária, além de estender o traçado inicial da Ferrovia Norte-Sul.

Em dezembro de 2008 foi inaugurado o segmento ferroviário localizado entre o pátio de Araguaia e o pátio de Colinas do Tocantins, com 24 km de extensão.

A expansão das atribuições da VALEC e as novas ferrovias que lhe foram concedidas, totalizando mais de 9.000 km, oferecem clara visão do Governo Federal quanto à importância da revitalização ferroviária.

Menção especial é de ser feita à Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT e à Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE.

O GEIPOT foi dissolvido pela Lei nº 10.233, de 5 de junho de 2001, cujo procedimento de liquidação foi disciplinado pelo Decreto nº 4.135, de 20 de fevereiro de 2002.

A Medida Provisória nº 427, de 9 de maio de 2008, convertida na Lei nº 11.772/2008, extinguiu a empresa e encerrou o processo de liquidação.

Nos termos dos citados diplomas legais foi expedido o Decreto nº 6.485, de 17 de junho de 2008, regendo o processo de inventariança.

A FRANAVE foi constituída na forma da Lei nº 2.599/1955 e o Decreto nº 99.666, de 1º de novembro de 1990, inseriu a companhia no Programa Nacional de Desestatização – PND.

O Decreto nº 6.020, de 22 de janeiro de 2007, procedeu a dissolução da entidade e determinou a sua liquidação.

No exercício de 2008 foram ultimados os trabalhos de inventariança do GEIPOT e da liquidação da FRANAVE.

As atividades concernentes à inventariança da extinta Rede Ferroviária Federal S/A foram implementadas, em 2008, buscando-se uma maior interatividade com os órgãos governamentais envolvidos no inventário da extinta RFFSA, em conformidade com a Lei nº 11.483, de 31/05/2007 e o Decreto nº 6.018, de 22/01/2007, quais sejam: o DNIT; a ANTT; a Secretaria de Patrimônio da União – SPU, o IPHAN, o Arquivo Nacional, a Advocacia-Geral da União – AGU; a Secretaria do Tesouro Nacional, a Secretaria de Recursos Humanos do MPOG, além da VALEC.

O universo dos trabalhos abrange cerca de 1.525 municípios da malha ferroviária, mil fornecedores de materiais e serviços, sete concessionárias de transporte ferroviário de carga, aproximadamente vinte mil mutuários e locatários de imóveis, além de demandas constantes do Ministério Público Federal, da Controladoria-Geral da União, do Tribunal de Contas da União e entidades representativas da sociedade civil organizada.

Nesse contexto, apresenta-se uma síntese dos resultados obtidos de modo mais significativo:

- o balanço patrimonial de extinção da RFFSA, referente a data de publicação da Medida Provisória nº 353, de 2007, foi concluído e submetido ao Ministro de Estado da Fazenda visando à aprovação e demais providências decorrentes.

- concluído o inventário da dívida contratada com a REFER, gerando Termo Declaratório quanto à certeza, liquidez e exatidão das obrigações para com a REFER e encaminhado à Controladoria-Geral da União – CGU, em atendimento ao Inciso III, do artigo 9º, do Decreto no 6.018/07.
- concluído o inventário da dívida com o BNDES, sendo a mesma reconhecida pela SFC/CGU e encaminhada à STN para sua liquidação.
- o valor da dívida com a Companhia Docas do Estado de São Paulo S.A. CODESP foi aprovado pela SFC/CGU, cujo processo pertinente foi encaminhado à STN/MF para liquidação.
- indicado pela Inventariança ao agente operador do Fundo Contingente da extinta RFFSA, Caixa Econômica Federal – CEF, o quantitativo de 204 imóveis, encaminhando-se a documentação e informações disponíveis dos imóveis indicados para comporem o Fundo Contingente o quantitativo de 86 itens. Tais imóveis estão localizados em quinze estados da Federação, 58 cidades, cujo valor estimado atinge o montante aproximado de R\$ 130,1 milhões.
- inventário dos bens: de acordo com levantamento preliminar foram identificados os bens que deverão ser inventariados: 47.937 locomotivas e vagões; 30.771 itens de bens móveis; 25.843 km da malha ferroviária e 52.336 bens imóveis.

O inventário da extinta RFFSA, de expressiva importância, haja vista sua magnitude, dispersão geográfica dos ativos e a relevância do seu valor, sofreu expressivo avanço.

Destaca-se agora, as principais atuações da Secretaria-Executiva na qualidade de órgão supervisor e coordenador das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério dos Transportes e das entidades a ele vinculadas.

Na área de Política e Planejamento de Transportes, a cargo da Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT, no exercício de 2008, foram contempladas, prioritariamente, as seguintes ações:

- *Perenização do Plano Nacional de Logística e Transportes – PNLT, contemplando as seguintes atividades:* incremento na compatibilização metodológica dos modelos de macroeconomia e de simulação de transportes e adequação metodológica e atualização das projeções de carga geral; e desenvolvimento de estudos para atualização da base de dados georreferenciada do plano nacional de logística e transportes, em apoio ao processo de perenização – Etapa II.
- *Estudo para o Aprimoramento de Outorgas de Rodovias:* importante para o aprimoramento da modelagem a ser adotada quando da implementação da 3ª etapa (1ª fase e 2ª fase) do Programa de Concessão de Rodovias Federais – PCRF.

Complementarmente, a SPNT desenvolveu ainda as seguintes ações:

- *Integração da América do Sul*: atividades relacionadas à IIRSA – Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-americana, entre as quais se destacam as reuniões dos grupos técnicos executivos para discussão da visão estratégica e atualização do portfólio de projetos dos eixos sul-americanos de integração e desenvolvimento.
- *Cooperação com o Timor-Leste*: esta iniciativa responde à prioridade política atribuída pelo Brasil às relações com Timor-Leste, único país da Ásia e Oceania que tem o Português como idioma oficial. O Grupo Executivo incorpora um novo elemento na agenda bilateral: projetos específicos na área de infra-estrutura.
- *Trem de Alta Velocidade*: implantação do trem de alta velocidade Campinas – São Paulo – Rio de Janeiro, destacando-se: missões técnicas de reconhecimento das tecnologias empregadas na Europa e no Oriente; reuniões de coordenação com a Casa Civil, MDIC e FINEP para discussão da absorção da tecnologia ferroviária a ser transferida pelo futuro concessionário; e reuniões de acompanhamento dos estudos em desenvolvimento, contratados pelo BNDES.
- *PPA 2008 – 2011*: participação em reuniões para avaliação e revisão do PPA coordenadas pela SPO; participação em reuniões com os coordenadores setoriais de ações; e acompanhamento e validação das ações do PPA 2008-2011.
- *Programa Nacional de Segurança de Trânsito nas Rodovias Federais*: realização de reuniões com os órgãos executivos da Política de segurança nas rodovias federais, como Departamento de Polícia Rodoviária; participação de técnico como membro do Fórum Catarinense de Preservação da Vida no Trânsito; articulação de reuniões com as concessionárias de Rodovias Federais – com a participação da ANTT e DPRF, a fim de definir formas de implementação do Programa de Segurança e Educação para o Trânsito ao longo das rodovias concedidas; e participação de técnico em reunião da CEPAL/ONU em Buenos Aires Argentina, como Representante do Brasil, na Política de redução de acidentes e seguridade Viária Mundial – Coordenada pela ONU na América Latina e Caribe.
- *Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN*: participação de técnico em reuniões do CONTRAN, como Conselheiro titular do Ministério dos Transportes; participação de técnico em reuniões do Sistema Nacional de Trânsito e eventos envolvendo a Segurança de Trânsito; visitas técnicas para conhecimento de novas tecnologias do sistema de trânsito; análise de propostas de resoluções para regulamentação do CTB, no setor de transportes; e análise de processos de multas em segunda instância, aplicados aos infratores da legislação de trânsito, como relator e membro do CONTRAN.
- *Comitê Nacional de Saúde, Segurança e Paz no Trânsito*: participação de técnico em reuniões bimestrais do Comitê, representando o Ministério dos Transportes, na elaboração e análise da Lei 11.705 (lei seca) que proíbe pessoas que tenham ingerido bebida alcoólica a conduzir veículos, além de analisar também a proposta de revisão do Código de Trânsito Brasileiro – CTB.

- *Grupo Paritário Técnico da Rodovia Presidente Dutra - GPT - DUTRA*: participação de técnico como membro do GPT, pelo Ministério dos Transportes, reuniões em São Paulo e Brasília, para discussão e acompanhamento das ações referentes à concessão da Via Presidente Dutra.
- *Iniciativas em Terminais Logísticos no Arco Metropolitano do Rio De Janeiro*: em face da importância estratégica do Projeto Arco Metropolitano do Rio de Janeiro, atualmente em implantação pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, o estudo visa identificar as possibilidades existentes e selecionar, na área de influência do Arco Metropolitano, a melhor localização para instalação de uma plataforma logística de carga (terminal de integração modal) e, ainda, realizar a modelagem preliminar da proposta selecionada.
- *Regulação e Supervisão das Rodovias Concedidas aos Estados por meio de Convênio de Delegação – Paraná*: no exercício de 2008 os trabalhos voltaram-se à administração e gestão dos convênios de delegação celebrados, dando atendimento ao estabelecido pelo item 22 do Anexo V da Portaria GM nº 501/2004 do Ministério dos Transportes, de 17/11/2004, publicada em 02/12/2004.
- *Regulação e Supervisão das Rodovias Concedidas aos Estados por Meio de Convênio de Delegação – Rio Grande Do Sul*: no exercício de 2008 os trabalhos voltaram-se à administração e gestão dos convênios de delegação celebrados, dando atendimento ao estabelecido pelo item 22 do anexo V da Portaria GM nº 501/2004, do Ministério dos Transportes, de 17/11/2004, publicada em 02/12/2004.
- *Programa Passe-Livre*: o programa passe-livre concede credencial para pessoas portadoras de necessidades especiais viajarem, gratuitamente, em ônibus interestadual. No ano de 2008 foram emitidas 51.256 credenciais, totalizando desde a sua criação 274.356 beneficiados.
- *Plano de Desenvolvimento Sustentável da Região Turística do Meio-Norte*: a participação da SPNT/MT no GTI do PDSRT do Meio Norte tem por objetivo apoiar as ações que devem ser tomadas no âmbito do setor de transportes, para a consecução do objetivo do Plano: promoção do desenvolvimento turístico sustentado da Região.
- *Projeto de Modificação do Traçado da Linha Ferroviária de Cargas (ALL) no Aeroporto de Viracopos, Campinas – SP*: a participação da SPNT no GTI do Aeroporto de Viracopos tem por objetivo coordenar as ações que devem ser tomadas no âmbito do setor transportes, para solucionar o tráfego ferroviário que hoje cruza a área de expansão daquele Aeroporto.

Na área de Gestão, a cargo da Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – SEGES, foi desencadeado o processo de institucionalização de instrumentos para o planejamento, monitoramento e avaliação das ações do Ministério, tendo por atividades principais:

- *Acompanhamento e monitoramento do PAC:* a atual estratégia foi definida a partir da publicação da Portaria nº 143, de 27 de maio de 2008, do Ministro de Estado dos Transportes, que criou o Grupo Gestor do PAC, responsável pela coordenação executiva e pelas decisões estratégicas do Programa neste Ministério. Integra o Grupo Gestor o Comitê Técnico de Informações, responsável pela harmonização e alinhamento às estratégias e pela orientação e definição de diretrizes relativamente à gestão e acompanhamento do PAC. Neste sentido, a coleta e atualização das informações são realizadas obedecendo a padrões definidos, envolvendo a identificação do empreendimento, caracterização física, mapa de localização, restrições e providências, status (ritmo e percentual de execução), fotografias, execução orçamentária e financeira e diagrama unifilar. Estas informações são utilizadas na elaboração de relatórios sobre obras em execução e que são apreciados pelo Comitê Técnico de Informações, pelo Grupo Gestor do PAC e para subsidiar a elaboração dos balanços quadrimestrais do PAC – Transportes, produzido pela Casa Civil da Presidência da República.
- *Elaboração e Aperfeiçoamento de Indicadores:* a implementação do sistema de indicadores para avaliação de desempenho dos programas de transportes dos planos plurianuais será composta de duas etapas: a primeira tratará da coleta de dados para o cálculo dos indicadores e a segunda do desenvolvimento dos softwares destinados ao tratamento e armazenamento de dados, visualização e análise dos indicadores.
- *Acompanhamento dos Programas de Trabalho da CIDE dos Estados e do Distrito Federal:* em conformidade com os parágrafos 8º e 11 do art. 1º - A, da Lei da CIDE, as prioridades para o ano de 2008 foram: i) publicar no Diário Oficial da União, até o último dia útil do ano, os programas de trabalho dos Estados e do Distrito Federal, referidos no parágrafo 7º do art. 1º - A, incluindo os custos unitários e totais e os cronogramas financeiros correlatos; ii) receber e analisar as eventuais alterações dos programas de trabalho enviados pelos Estados e pelo Distrito Federal e publicá-los no Diário Oficial da União, em até 15 dias após o recebimento; e iii) examinar os relatórios contendo os demonstrativos da execução orçamentária e financeira dos respectivos programas de trabalho e o saldo das contas vinculadas em 31 de dezembro de 2007, encaminhados pelos Estados e pelo Distrito Federal.
- *Monitoramento e Avaliação dos Planos Plurianuais:* a estratégia de atuação consistiu, inicialmente, em dotar as medidas necessárias para a elaboração do relatório de monitoramento do exercício de 2007, referente ao PPA 2004/2007. Para o PPA 2008/2011, a estratégia adotada envolveu a preparação das informações para transferência da atividade de gestão do plano para a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO/MT, englobando sugestão dos instrumentos legais, com proposta de atribuição de responsabilidade dos gerentes e coordenadores, e disponibilização da sistemática de acompanhamento a ser utilizada.

Na área de Fomento, a cargo da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes - SFAT, foi desencadeado o processo de institucionalização de instrumentos para a elaboração e supervisão da implantação das políticas e diretrizes para a captação de recursos, tendo por atividades principais:

Merece destaque a inclusão do Programa de Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Construção Naval no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, conferindo alguma segurança quanto ao não contingenciamento dos recursos disponíveis. A participação da Casa Civil, em defesa do Programa, propiciou o aporte de recursos que veio garantir a realização, em 2008, da 15ª Reunião Ordinária do CDFMM.

Ressalte-se ainda o contínuo desenvolvimento do Sistema Eletrônico de Arrecadação do Adicional do Frete para a Renovação da Marinha Mercante (MERCANTE), que deu tratamento adequado às informações provenientes das operações de transporte de carga, implantando rotinas, com a participação de aproximadamente 20.000 usuários, como empresas de navegação, agências de navegação, consignatários de cargas e despachantes aduaneiros. Esse Sistema está conferindo ao setor maior eficiência, por meio de medidas de desburocratização e otimização de procedimentos, gerando redução de custos operacionais para liberação de cargas nos portos brasileiros. A arrecadação, em consequência, tem sofrido constante incremento.

No exercício de 2007, o DEFMM trabalhou, em conjunto com a Receita Federal do Brasil, na integração do MERCANTE com o Siscomex/Carga, o que levou à publicação da Instrução Normativa Conjunta RFB/MT nº 797, de 20 de dezembro de 2007, que dispõe sobre a prestação de informações necessárias ao controle aduaneiro de embarcações, cargas e unidades de carga e à arrecadação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante.

No mês de março de 2008, foi implantada a interligação do Sistema Eletrônico de Arrecadação do AFRMM, o MERCANTE, com o SISCOMEX – Carga, da Receita Federal do Brasil.

As medidas adotadas são responsáveis pela arrecadação recorde do tributo, que atingiu no exercício o montante de R\$ 2,3 bilhões, proporcionando a consolidação da retomada dos investimentos na área da navegação e indústria naval brasileira. Esta arrecadação foi 64% superior à verificada no ano de 2007 e 158% superior à de 2006.

Os recursos disponibilizados propiciaram a construção de 02 (dois) estaleiros e 90 (noventa) embarcações, das quais 53 (cinquenta e três) foram entregues no decorrer de 2008, totalizando investimentos na ordem de R\$ 2,1 bilhão. Foram priorizados 137 (cento e trinta e sete) novos projetos o que representa investimento no montante de cerca de R\$ 11,0 bilhões, a preços atuais.

No exercício foram assinados 72 novos contratos de construção, consequência de prioridades pretéritas, representando investimentos de cerca de R\$ 1,6 bilhões, entre estas: 08 embarcações para apoio portuário; 09 embarcações para apoio marítimo; 07 embarcações para serviços portuários; 06 navios para a cabotagem; 41 embarcações fluviais e 01 embarcação pesqueira.

O número de projetos que buscam financiamentos é sempre crescente. O Ministério dos Transportes fechou o exercício de 2008 com 424 projetos já priorizados pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante. Destes, 219 estão em análise pelos Agentes Financeiros e representam investimento total de R\$ 15,5 bilhões a preços atuais. Os demais 205 projetos já estão contratados implicando num investimento total de R\$ 11,3 bilhões a preços atuais. Em média, 90% dos valores serão financiados com recursos do FMM.

Os contratos advindos do Programa darão significativa escala à construção naval brasileira. A meta que se busca é a implantação de novos estaleiros no Brasil, o aumento nas encomendas de embarcações, a modernização do processo produtivo e a redução dos custos de produção, fatores estes decisivos para a alavancagem da ainda incipiente indústria de navieças.

A reativação da indústria de construção e reparação naval tem pulverizado resultados positivos para inúmeros segmentos da economia brasileira. O setor utiliza, mão de obra de forma intensiva e a cada emprego direto gerado, outros 3 indiretos são criados. No ano de 2007 foram contabilizados 28.500 empregos diretos e indiretos gerados. Em 2008 este indicador chegou a 32.000 empregos diretos e indiretos.

Hoje, a integralidade dos recursos do FMM é absorvida pelo Programa. Somente a execução das obras já contratadas e daquelas cujos projetos se encontram em análise representará investimentos totais de R\$ 26,8 bilhões, a preços atuais.

O objetivo do programa, como será detalhado adiante, é renovar e expandir a frota brasileira, mediante financiamento, reembolsável, de embarcações construídas em estaleiros brasileiros, para o transporte aquaviário nacional e internacional de cargas e de passageiros, na navegação interior, de apoio marítimo e portuário e na atividade pesqueira.

Além disso, a SFAT desenvolveu várias atividades que propiciaram o alcance dos expressivos resultados comentados no item específico do desempenho operacional.

Destaca-se agora, as principais atuações da Secretaria-Executiva na qualidade de órgão supervisor e coordenador das atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de organização e modernização administrativa, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do Ministério dos Transportes e das entidades a ele vinculadas.

A Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD tem por finalidade planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Organização e Modernização Administrativa, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, no âmbito do Ministério dos Transportes.

A SAAD tem a seguinte estrutura:

- **A Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL**, que tem por missão regimental planejar, coordenar e controlar as atividades relativas à aquisição de bens, e contratação de serviços, administração de material e patrimônio, administração e manutenção predial, obras e serviços de engenharia, transporte, telecomunicações, comunicação administrativa e serviços de apoio operacional no âmbito do Ministério dos Transportes.

A CGRL, no transcorrer de suas atividades, procurou manter o planejamento inicial, considerando a proposta orçamentária apresentada para o exercício de 2008. No lugar de uma destinação orçamentária de R\$ 56.000.000,00 para fazer face aos custos administrativos, a unidade foi contemplada com recursos na ordem de R\$ 39.000.000,0. Mesmo assim, buscou as prioridades previamente estabelecidas, que foram compatibilizadas com os recursos orçamentários e financeiros alocados.

Priorizou-se, então, a manutenção da área de informática do Ministério, uma vez que o Coordenador-Geral de Modernização e Informática alertou sobre as dificuldades por que passava o setor e sobre as possíveis conseqüências em razão de panes dos sistemas e equipamentos em uso.

Foram adquiridas mais de 500 (quinhentas) estações de serviços de informática, tendo em vista que a maior parte dos equipamentos em uso já ultrapassava 8 anos de aquisição, causando grandes dificuldades na consecução dos trabalhos e um custo altamente elevado quando de sua manutenção.

Programa-se adquirir, em 2009, outra quantidade idêntica, de forma a completar a atualização dos equipamentos.

Mesmo assim não se descuidou dos serviços de natureza contínua, cujas execuções ocorreram de forma normal não apresentando, durante o exercício, qualquer problema nos processos de segurança, limpeza e conservação dos bens e instalações a serviço do Ministério.

Uma das metas a serem alcançadas em 2009 é a digitalização do acervo documental do Ministério dos Transportes, com prioridade para os documentos arquivados nesta sede e nos galpões localizados no SGON. Em razão disso, providenciou-se a reforma daqueles galpões, cuja conclusão, apesar de prevista para outubro de 2008, só se deu em janeiro de 2009, em razão da estação das chuvas.

Entretanto, a obra já está concluída e com isso, a documentação fica mais protegida e preparada para o processo de digitalização. A licitação para a contratação dos serviços de digitalização está em andamento, ora em fase de contratação.

Quanto às demais ações, previamente planejadas e não realizadas, dentro das possibilidades, serão contempladas durante o exercício de 2009, de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras.

- **A Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH**, que tem por finalidade coordenar e acompanhar no âmbito do Ministério, a política e as ações de recursos humanos, compreendendo as atividades de administração e pagamento de pessoal, de desenvolvimento de recursos humanos, em consonância com a legislação vigente; coordenar e acompanhar a execução da política de assistência médico-social no âmbito do Ministério; e coordenar e acompanhar a política e as ações das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes - CIPA, no âmbito do Ministério. No desempenho das suas atividades, atua como unidade administradora e executora dos assuntos afetos a recursos humanos, em que a Secretaria-Executiva figura como órgão setorial, em relação ao Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal -SIPEC.

As atividades desenvolvidas em 2008 revelam uma tendência às complexidades já percebidas desde 2007, reflexo natural do contexto social, político e econômico em que se insere o Poder Público atualmente.

Dentre as motivações e subsídios para as ações exercidas, destaca-se o volumoso número de expedientes recebidos de múltiplas origens, na forma de processos, ofícios, memorandos, cartas, fax e e-mails que passam de 56.000 (cinquenta e seis mil) unidades.

Para o desenvolvimento de suas atividades internas e no propósito de prover de recursos humanos todas as áreas da Pasta, a CGRH defronta-se com os impactos decorrentes da política de ingresso de servidores no Serviço Público Federal.

Por essa razão, buscando minimizar a carência de pessoal, mediante processo licitatório regular, mão-de-obra terceirizada foi contratada para atuar temporariamente na execução de tarefas afetas ao Ministério.

Registra-se que em dezembro de 2006 foi elaborada e encaminhada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão proposta para realização de Concurso Público no âmbito do MT, compreendendo 394 (trezentos e noventa e quatro) postos de nível superior e 945 (novecentos e quarenta e cinco) de nível intermediário, ainda pendente de atendimento.

Com o propósito de reduzir o prejuízo da força de trabalho deste Ministério, resultado da significativa quantidade de servidores do seu quadro cedidos a outros órgãos da Administração Federal Direta, autárquica e fundacional, bem como para outros Poderes da União, Estados e Municípios, contingente que atinge considerável parcela de toda a lotação de pessoal ativo permanente, continuamos a restringir as liberações aos casos inevitáveis.

Também de significativa importância para as unidades administrativas do Ministério são as atividades conveniadas para a admissão de estagiários de níveis médio e superior das instituições de ensino do Distrito Federal.

A gestão das ações de capacitação obedece a diretrizes estabelecidas, proporcionando aos servidores opções pré-determinadas e de livre escolha para treinamento, dentro dos limites da Portaria n.º 271/2005-SE/MT, mas também afinadas com o Plano Anual de Capacitação que agrega os critérios de aperfeiçoamento, conciliando conveniência e relevância ao serviço.

As atividades de Assistência Médica e Social continuam sendo, em parte, garantidas pelo Convênio de Cooperação Mútua celebrado entre o DNIT, DPRF e MT, viabilizando as realizações de perícias e juntas médicas dos servidores, pensionistas e dependentes e, ainda, em exames admissionais.

O atendimento odontológico foi prejudicado pelo lento procedimento que envolve a compra dos materiais necessários ao seu funcionamento, já que as provisões não são imediatas. A expectativa para os próximos anos é a implantação do SIASS – Sistema de Atenção à Saúde do Servidor, que integrará as ações de todos os Órgãos do Executivo Federal, com logística adequada e rotinas desburocratizadas.

Vale destacar a outorga do TCU para a prorrogação do Convênio com a GEAP, cujo plano de saúde atende aos servidores do Ministério e seus dependentes, por mais 90 (noventa) dias, enquanto transcorria o processo licitatório para contratação de empresa que opere sistemática semelhante. Além disso, também foi criado Grupo de Trabalho para apurar e analisar as cobranças feitas pela UNIMED/Brasília, de pendências relativas a procedimentos médico-hospitalares prestados antes da GEAP, cujas conclusões, sob o visto da CONJUR/MT, consta em relatório apresentado à SAAD/MT.

As atividades inerentes a administração de aposentados e pensionistas se referem à concessão, revisão e manutenção de aposentadorias e pensões, razão pela qual todos os procedimentos estabelecidos visam agilizar a análise de aproximadamente 42.000 (quarenta e dois mil) processos e manter atualizados os cadastros de:

- 27.612 (vinte e sete mil seiscientos e doze) beneficiários originários do Ministério da Fazenda;
- 25.758 (vinte e cinco mil setecentos e cinqüenta e oito) beneficiários originários do extinto Departamento Nacional de Estradas e Rodagem; e
- 17.836 (dezesete mil oitocentos e trinta e seis) beneficiários originários do INSS.

Assim, deu-se continuidade às novas rotinas destinadas a atualizações cadastrais, de forma ininterrupta e constante, em função do recadastramento de aposentados e pensionistas iniciado em agosto de 2006.

Dentre as rotinas de serviço adotado, insere-se providências no sentido de que todas as concessões e alterações de pensão ou aposentadoria fiquem registradas em súmulas que serão anexadas em seus respectivos processos após o pleito ser devidamente autorizado pelo Coordenador-Geral de Recursos Humanos. Como a referida rotina inverteu o fluxo de trabalho, a partir da competência do mês de novembro de 2008, houve queda nas concessões.

A medida citada reduziu a produção em 466 (quatrocentos e sessenta e seis) concessões de pensão, com relação ao exercício de 2007. Entretanto, as súmulas que passaram a constar dos respectivos processos estão agilizando a análise dos pleitos relacionados a cálculo de exercícios anteriores e atendimento de demandas judiciais.

O Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE teve seu calendário de operação frequentemente alterado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, sendo o prazo dado para inclusão e/ou alteração de dados cadastrais drasticamente reduzido, o que dificultou a inclusão de pensionistas em folha de pagamento.

Nos meses de setembro, outubro e novembro, houve problemas relacionados com a homologação de contas bancárias abertas pelos requerentes junto ao Banco do Brasil S/A e Caixa Econômica Federal, meses esses em que poucos beneficiários puderam ser incluídos ou ter seus dados cadastrais alterados.

Os ajustes na forma de instrução dos processos, com o objetivo de melhorar a qualidade das informações prestadas foi fundamental, já que, a partir de setembro de 2008 os dados necessários à defesa da União nos referidos processos passaram a ser encaminhados pela CGRH diretamente às Procuradorias da União, por força das disposições contidas na Portaria/GM n.º 204, de 28/08/2008, publicada no Diário Oficial da União no dia seguinte.

Entretanto, por oportuno, cabe salientar a necessidade de adequação da estrutura das Unidades, visto que apesar de todos os esforços envidados, a atual não comporta os recursos necessários para a execução das atividades de competência da Coordenação, tendo em vista as suas múltiplas e crescentes atribuições.

Desde o exercício de 2005, várias medidas vêm sendo adotadas para dar atendimento às determinações constantes da Decisão 950/2000 – Plenário do Tribunal de Contas da União, sendo que um dos problemas apontados na citada decisão se relaciona com a realização de depósito indevido na conta corrente de servidores inativos e pensionistas após o óbito, o que ocorria não por ato de ilegalidade da administração, mas pela falta de comunicação do óbito dos titulares dos benefícios pelos familiares e representantes legais, e pela falta de mecanismos de controle, agora bem aperfeiçoados.

Desta forma, após a revisão geral de todo o sistema que vinha sendo utilizado para o pagamento de auxílio funeral e de controle de óbitos de servidores aposentados e de pensionistas por parte da Coordenação de Informática, possibilitou-se maior celeridade ao processo de exclusão por óbito, com a criação de novas formas de controle do recebimento das certidões de óbito e para o processamento das exclusões no Sistema SIAPE.

Paralelamente ao recadastramento de aposentados e pensionistas, até meados de 2008 as necessárias exclusões eram realizadas pelo Serviço de Cálculos e Pagamento de Aposentados – SECAP, não só pela forma de distribuição das tarefas como também por limitações anteriores existentes no sistema.

A partir daí, a atividade em questão foi desmembrada, sendo que o SECAP ficou com a atribuição de proceder à exclusão somente dos aposentados falecidos e a exclusão de pensionistas foi repassada para o Serviço de Cálculos e Pagamento de Pensões – SEPEN.

Outra rotina de trabalho que foi iniciada no final do exercício de 2007 e continuou sendo adotada no exercício de 2008 foi o encaminhamento de ofícios aos cartórios indicados no relatório do Cruzamento de Óbitos SIAPE X SCO, solicitando a remessa de certidão de óbito de aposentados e pensionistas, cujos óbitos foram detectados pelo referido cruzamento, sendo que o resultado apresentado superou as expectativas do setor em face do grande número de certidões recebidas, o que possibilitou a exclusão de vários benefícios cujos titulares já haviam falecido e os familiares ou representantes legais não tinham comunicado a ocorrência do óbito.

Saliente-se, por oportuno, que apesar do citado desmembramento de atribuições, os pedidos de reversão de crédito, tanto de aposentados como de pensionistas, continuam sendo encaminhados às instituições bancárias pelo SECAP em face da necessidade de um controle mais eficaz e também para atender a determinações do Tribunal de Contas da União.

O recadastramento de aposentados e de pensionistas também apresentou grande reflexos no que se refere aos acertos cadastrais e financeiros realizados no Sistema SIAPE e a realização de pagamentos EXTRA-SIAPE no exercício de 2008, atividades estas que apresentarem considerável acréscimo em relação ao exercício de 2007.

- **A Coordenação-Geral de Modernização e Informática - CGMI**, que tem por finalidade planejar, coordenar, controlar e supervisionar os planos, programas e projetos relativos à organização, reforma e modernização administrativa, recursos de informação e de informática, no âmbito do Ministério, em consonância com as diretrizes do Órgão Central do Sistema.

Os bons resultados que a CGMI vem alcançando nos últimos anos ao garantir a qualidade e agilidade necessárias aos diversos níveis de gestão do Ministério, são frutos de ações que tem buscado, sistematicamente, a melhoria dos serviços oferecidos aos usuários da área de Tecnologia da Informação e Comunicações. O crescimento dos recursos de infraestrutura, o investimento em melhorias nos sistemas informatizados que canalizam cada vez mais um maior número de informações para os níveis de decisão, o aumento e a diversidade das operações que vêm sendo postas em prática pela CGMI para atendimento das ações fundamentais do Órgão se encaminham para sua consolidação, apesar de estarem permanentemente sendo revistas e atualizadas.

A não realização de concurso público para preenchimento de vagas de servidores ativos vem ocasionando sérios transtornos a CGMI, que detém em seu quadro funcional inúmeras vagas disponíveis. Ante a esse desafio, os gestores da CGMI buscaram as melhores estratégias para a consecução das metas propostas em seu planejamento o que, invariavelmente, vem considerando ao longo do tempo a contratação de empresas especializadas para dar conta de seus processos internos de caráter operacional.

Assim, a CGMI vem dando continuidade a um processo de gestão que tem como base a visão de futuro como estratégia para o desenvolvimento da área. Nesse sentido, o ano de 2008 revelou-se extremamente importante onde as ações executadas permitiram, por exemplo:

- A migração do Sistema Gerenciador de Banco de Dados ORACLE 9i para 10g. A nova versão possibilitou níveis altos de performance permitindo, inclusive, a implementação de novas rotinas gerenciais (Business Inteligency, Georeferenciamento de dados, Data warehouse, etc.), além de garantir uma estabilidade maior do Banco de Dados.
- A segmentação da rede do edifício anexo. O que propiciou maior estabilidade da rede como um todo, além de possibilitar uma gerência mais efetiva e pró-ativa e viabilizou um melhor tráfego de dados pela rede.
- O gerenciamento de máquinas virtuais (VMWERE). Com esta implementação, os aplicativos usados pelo MT ganharam maior desempenho, otimizando os recursos dos equipamentos, possibilitando *backup* e *restore*, utilizando a tecnologia de *snap shot*.

- A implementação da impressão departamental. Com esta ação, foram recolhidas centenas de impressoras com tecnologia ultrapassada (jato de tinta) e em seus lugares foram instaladas modernas impressoras com tecnologia a laser. Este processo, conhecido como *outsourcing*, trouxe uma economia substancial de recursos, uma vez que o MT deixou de fazer gastos com manutenção e suprimentos (tinta, toner, reveladores, cartuchos, etc.) que ficaram, agora, a cargo da contratada do serviço.
- A substituição dos servidores PROXY. Com a adição dessas medidas foi possível garantir a disponibilidade prevista em contratos de acordos de níveis de serviços.
- A implementação do sistema de detecção de intrusão (IDS SNORT). Com esta ação se possibilitou detectar intrusões que podem afetar a segurança e também o vazamento indesejado de informações e garantir que, acessos indevidos serão sempre descartados e marcados para futuras apreciações da equipe de segurança da informação.
- A Migração do EXCHANGE. Com ela, favoreceu-se o nível de segurança, maior rapidez e gerenciamento do ambiente de correio eletrônico do Ministério.
- A implementação do analisador de vulnerabilidades (FOUNDSTONE). Com esta ação, todos os serviços do ambiente de TIC passaram a ter sua vulnerabilidade analisada. Os ganhos com esse tipo de serviço elevam-se sobremaneira, tendo em vista a garantia de que sempre que houver uma situação adversa de vulnerabilidade a gerência saberá que medidas tomar no sentido de resolver o problema.
- A disponibilização do sistema de Pleitos da Área de Tecnologia da Informação e Comunicações foi extremamente importante na medida em que propiciou a captação das demandas institucionais do Ministério de forma organizada, reforçando o planejamento e a prestação de serviços da CGMI.

A partir das projeções que realizou ao final do exercício de 2007, a CGMI traçou as seguintes metas para iniciar os trabalhos em 2008:

a) Coordenação-Geral de Modernização e Informática:

- Participar de projeto para fins de elaboração do Plano Estratégico do Ministério dos Transportes - PE;
- Desenvolver, em parceria com entidade externa, projeto de elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI da Coordenação-Geral de Modernização e Informática do MT com vistas à implantação das melhores práticas de Gestão (COBIT e ITIL);
- Avaliar, priorizar e implementar as demandas dos diversos segmentos do Ministério dos Transportes;
- Participar, em articulação com as demais áreas do MT, em especial a CGRH, dado o volume do acervo existente, da implantação do Sistema de Gerencia Eletrônica de Documentos.

b) Coordenação de Informática:

- Concluir projeto para contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e softwares que compõem a SAN para o Centro de Informática;

- Concluir o projeto para contratação de empresa especializada em manutenção de cabeamento estruturado de rede local, incluindo fornecimento de materiais e equipamentos;
- Concluir o projeto para aquisição de equipamentos ativos de rede (switches de borda);
- Diagnóstico que possibilite implantar melhorias no processo de gestão;
- Promover internamente a divulgação dos procedimentos de operação da rede;
- Implementar serviços centralizados de impressão (impressão departamental) visando a implantação de um modelo de gestão voltado para a criação de um centro de custos e monitoramento com vistas a um alto índice de disponibilidade e contingência;
- Elaborar projeto para aquisição de licenças de uso do software básico Windows 2003 Server, de modo a viabilizar a uniformização de seu uso nas unidades do DMM. Com isso, será possível à Coordenação realizar a atualização de licenças do sistema operacional Windows para alguns servidores de rede, o que regularizará parte de seu parque de equipamentos, faltando os demais, da DMM e do Ministério dos Transportes;
- Implementar sistema Windows 2003-AD no âmbito das redes do DMM – Departamento de Marinha Mercante;
- Disponibilizar, advindos de licitação, o acréscimo dos recursos de armazenamento (storage) e de backup para o Centro de Informática, de modo a viabilizar projeto de criação dos “servidores de arquivos” e armazenamento dos documentos classificados como de “pesquisa imediata”;
- Concluir processo de informatização dos Núcleos de Recursos Humanos nos estados;
- Aprimorar os procedimentos operacionais para manutenção dos bancos de dados;
- Rever e definir política e procedimentos de backup/restore para o Centro de Informática;
- Implementar a documentação e a oficialização da passagem de sistemas do ambiente de desenvolvimento para o de produção;
- Implementar turno noturno de operação do Centro de Informática, tendo em vista a necessidade de se operacionalizar e operar os procedimentos de manutenção das bases de dados no período em questão;
- Estabelecer um plano de contingência da área de operação com efetivo treinamento nos seus procedimentos de execução;
- Estabelecer plano de trabalho com o fito de aprimorar a Política de Segurança de TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Ministério dos Transportes;
- Elaborar, mediante processo licitatório, a contratação de empresa especializada em manutenção do parque de desktops, notebooks, impressoras, monitores e plotters, que não estejam contemplados com garantia ou conforme demanda;
- Elaborar processo de licitação do projeto que regulariza e atualiza o uso do software Office 2003 baseado na plataforma Windows 2003;
- Elaborar projetos de renovação dos contratos e/ou termos aditivos vigentes no âmbito da CGMI;
- Implementar na Intranet, os resultados das ações da CGMI;
- Migrar e documentar o software de monitoramento (Nagios) para VMWARE em sua nova versão;
- Migrar e documentar software de gerenciamento de banda (Cacti) para VMWARE em sua mais nova versão;
- Implementar servidor DNS externo secundário;
- Documentar servidor DNS externo em VMWARE;
- Construir novo servidor Firewall (interno) com bloqueio de strings e Layer7;
- Implementar novo servidor Proxy com filtro de conteúdo Dansguardian;

- Documentar as configurações do software Dansguardian;
- Implementar e documentar novo servidor com HIDS (Sistema de detecção de intrusão baseado em Hosts), chamado OSSEC;
- Implementar e documentar novo servidor com NIDS (Sistema de detecção de intrusão baseado na Rede), chamado Snort;
- Implementar o balanceamento de carga entre os firewall's externos, ativando assim, um sistema de alta disponibilidade. Obs: após implementação do firewall interno;
- Migrar o Sistema Operacional Solaris 9 para o Solaris 10 nos domínios SOL (Produção), LUA (Produção) e MARTE (desenvolvimento);
- Migrar o Servidor de Aplicação WebLogic para o Servidor de aplicação SunOne;
- Virtualizar as seguintes máquinas:

Nome	Descrição
DCMT01	Controlador de domínio Active Directory 2003
DCMT02	Controlador de domínio Active Directory 2003
DBMT01	Banco de dados SQL 7.0 e executáveis dos sistemas
SRVBKP	Gerenciador de backups

- Migrar o Exchange Server 5.5 para o Exchange Server 2003;
- Migrar o OWA 5.5 para o OWA 2003;
- Segmentar a rede do Ed. Anexo;
- Instalar nas salas dos racks do Ed. Anexo o ar condicionado central;
- Trocar os Short -breaks das salas dos racks do MT;
- Aumentar as salas de racks do Ed. Anexo;
- Laboratório dos switches core, departamental e de borda para melhor desempenho dos mesmos;
- Documentar a infra estrutura para 2008;
- Instalar o Oracle 10g;
- Migrar o Oracle 9i para Oracle 10g;
- Implementar o rman;
- Eliminar a instância mtran após migração de suas bases;
- Implementar e implantar nova versão do sistema SICAP, com base no levantamento de sugestões de melhoria e aperfeiçoamento realizado junto aos usuários dos setores de apoio das áreas do MT;
- Promover a integração do sistema de gestão de contrato da CGRL com o SIASG, através da internalização dos dados de execução orçamentária e financeira dos contratos gerenciados pela CGRL;
- Implantar em produção, módulo de gestão de benefícios (auxílio alimentação, transporte e pré-escolar);
- Implantar em produção o sistema de cadastramento de aposentados e pensionistas integrado ao banco de dados de RH;
- Promover o aperfeiçoamento do módulo de plano de saúde, estabelecendo um modelo independente das empresas prestadoras de serviço (GEAP, UNIMED, etc.);
- Converter os sistemas desenvolvidos na plataforma Delphi para funcionarem em ambiente Web, através da utilização de componentes IntraWeb;
- Integrar as versão Delphi e Web do sistema CIDE numa única versão Web;

- Implantar em produção o módulo do sistema CIDE que atende aos usuários nos estados;
- Promover a adequação do sistema SICPAD - Sistema de processos administrativos disciplinares e sindicâncias, incorporando dados e procedimentos envolvendo o fato investigado (onde ocorreu, Data ou período da suposta irregularidade), dados sobre o ato instaurador (autoridade instauradora, veículo de publicação, data de publicação, data de registro, data de ciência da suposta irregularidade pela autoridade instaurador, quem solicitou a instauração do processo), penalidades (registro nos assentos funcionais, advertência, suspensão, demissão e exoneração), vinculação de PAD'S, revisão de processo, agentes do processo (envolvidos no processo);
- Implementar e implantar na SPO, sistema para integrar dados e processos das diversas coordenações, no que se refere à gestão e acompanhamento da execução orçamentária (emissão e autorização de avisos de liberação de empenho) e financeira (programação e reprogramação financeira) dos empreendimentos sob responsabilidade do MT, bem como integrar com os dados de execução física sob responsabilidade da SEGES;
- Implantar em produção na SPO, sistema de acompanhamento da programação e reprogramação financeira, constando de cadastro de ofícios de programação e reprogramação, controle dos saldos a programar para o exercício e restos a pagar, por classificação orçamentária, autorização total ou parcial dos valores solicitados, reprogramação de saldos de caixa não utilizados, e relatório para os ofícios de programação e reprogramação financeira;
- Implantar em produção sistema de gestão de contrato para a CGRL, constando de dados e funcionalidades envolvendo Contrato, Pendências, Pessoa Jurídica, Usuário, Empenho, liquidação e pagamento, informações financeiras por ano de exercício, Envio de email na Intranet para todos os usuários cadastrados em um determinado tipo de pendência, Pendências e providências das pendências em relação ao contrato, Acompanhamento do contrato, Aditivo de Contrato, Cálculo do valor global do contrato, Notificação de necessidade de Reforço Empenho, com verificação do valor limite mensal do empenho, Tipo Modalidade de Contrato, Controle de Pagamentos, Relatório de Contratos, Relatório de Empenhos, Relatório de Termos Aditivos, Relatório de Informações Financeiros do Contrato, Empenho, Nota Fiscal e Pagamento, Importação de dados do SIASG, Reforço Empenho, Vencimento do Contrato, Vencimento de Nota Fiscal;
- Implantar processo de carga de dados da execução orçamentária e financeira dos contratos controlados pela CGRL, oriundos do sistema SIASG;
- Implantar em produção sistema de consulta gerencial aos dados de recursos humanos;
- Viabilizar sistema de Acompanhamento de Terceirizados, para controle de profissionais terceirizados que exercem atividade no Ministério;
- Implementar trilhas de auditoria – “Log” de atualização em todos os sistemas;
- Integrar o sistema SIADIP ao banco de dados de RH;
- Implantar sistema de controle e acompanhamento de solicitações de serviços em sistemas;
- Planejar as manutenções corretivas, adaptativas e evolutivas nos diversos sistemas hoje em produção no MT;
- Implantar a utilização do sistema SCA – Sistema de Controle de Acesso em todas as aplicações em produção;
- Implantar no sistema SIGAT, a gestão das ações do modal HIDROVIÁRIO, e a manutenção das questões ambientais dos empreendimentos;
- Implantar em produção, o cadastro de empreendimentos do MT.

c) Coordenação de Informação:

- Finalizar a informatização da Biblioteca;
- Proceder à manutenção evolutiva da INTRANET, agregando novas funcionalidades;
- Proceder à migração da INTRANET, hoje em “ASP”, para a linguagem “JAVA”
- Iniciar a elaboração e a implantação da Política de Segurança da Informação, no âmbito do Ministério;
- Participar, juntamente com a Assessoria de Comunicação Social – ASCOM, da implantação do novo site do MT.

d) Coordenação de Modernização:

- Continuar o desenvolvimento do Projeto para implantação de Escritório de Projetos na Coordenação - Geral de Modernização e Informática;
- Levantar as rotinas e necessidades para otimização dos procedimentos da CGMI;
- Fazer mapeamento das rotinas e atividades pertinentes à Coordenação-Geral de Modernização e Informática;
- Implementar projeto de modelagem dos processos com metodologia a ser escolhida de acordo com a realidade da Coordenação-Geral de Modernização e Informática;
- Continuar a elaboração do Projeto de Inclusão Digital juntamente com as áreas de Informação e Informática;
- Desenvolver plano de trabalho para criar laboratório de migração do Office para o BR Office;
- Criar Projeto de Gestão por Competência na CGMI, objetivando a otimização da gestão de pessoal em seu âmbito de aplicação;
- Acompanhar e desenvolver cartilhas e manuais no âmbito do MT;
- Elaborar a nova Estrutura Regimental do MT, juntamente com o Regimento Interno e seus organogramas, por unidade administrativa;
- Acompanhar e atualizar o Manual de Serviço “A quem Pedir”;
- Acompanhar e atualizar os Personogramas (nomeação e exoneração dos DAS’s);
- Acompanhar e atualizar a Sinalização interna do MT;
- Cadastrar os processos administrativos e/ou sindicâncias junto à Controladoria-Geral da União – CGU, no Sistema CGU/PAD;
- Controlar a legislação de portarias, leis e decretos referentes ao MT.

A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO atua como Órgão Setorial de Orçamento, Planejamento e Programação Financeira, e tem por finalidade estabelecer a ligação entre as Unidades da Administração Direta e Indireta deste Ministério com a Secretaria de Orçamento Federal, de Planejamento e Investimentos Estratégicos, e o Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e também com a Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, no ciclo de gestão orçamentária e financeira.

No exercício de 2008, a SPO descentralizou para as Unidades Gestoras deste Ministério (Administração Direta), conforme abaixo indicadas, créditos destinados ao atendimento de gastos com Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos:

- 390004/00001 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos.
- 390007/00001 – Coordenação-Geral de Recursos Humanos.
- 390015/00001 – Rede Ferroviária Federal S/A – Inventariança.
- 273087/27202 – Extinto Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER.
- 275056/27204 – Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT – Liquidada.
- 276001/27206 – Companhia de Navegação do São Francisco – FRANAVE – Liquidada.

A SPO planeja, coordena e supervisiona a execução das atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e Orçamento, de Administração Financeira e de Contabilidade, no âmbito do Ministério e de suas unidades supervisionadas.

Em 2008, apresentou informações gerenciais que permitiram tomadas de decisões para a distribuição, entre as unidades do Ministério, dos seguintes referenciais orçamentários e financeiros:

- limites para a elaboração da proposta orçamentária anual;
- limites para movimentação e empenho; e
- limites de pagamento.

Também apresentou, ao longo de 2008, informações quanto à previsão, execução financeira e orçamentária, detalhadas por Programa de Trabalho e Ação, relatórios gerenciais em apoio à Secretaria-Executiva e ao titular da Pasta, com vistas à análise da implementação das políticas públicas do Governo.

Por ocasião da elaboração da proposta orçamentária anual, foram observados todos os objetivos e metas estabelecidos no Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, bem como as disposições contidas na Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2008.

Com relação aos limites orçamentários e financeiros destinados a disponibilizar e desembolsar as dotações dos grupos de despesas Outras Despesas Correntes (Custeio), Capital e Inversões Financeiras, foram observados os referenciais definidos por meio do Decreto n.º 6.439, de 22 de fevereiro de 2008, e alterações posteriores.

No tocante às atribuições decorrentes do Decreto n.º 3.590, 06/09/2000, que dispõe sobre o Sistema de Administração Financeira Federal, a Coordenação de Contabilidade, da Coordenação – Geral de Finanças e Contabilidade da SPO, procedeu a elaboração sistemática de relatórios com informações e orientações a respeito das análises realizadas nas contas contábeis das Unidades Gestoras subordinadas ao Órgão Superior – Ministério dos Transportes. Esses relatórios foram encaminhados pelo titular da SPO aos responsáveis por essas Unidades, com vistas a regularizações das restrições contábeis durante o exercício, evitando, dessa forma, incompatibilidades nos Balanços dos Órgãos e, conseqüentemente, no BGU – Balanço Geral da União.

Quanto à capacitação de servidores, durante o ano de 2008, os técnicos da SPO realizaram os seguintes treinamentos:

- Orçamento Público - ênfase na Execução Orçamentária e Financeira à luz do Modelo Programa
Realizado pela CVI Cursos e Treinamentos Empresariais em suas dependências, no período de 25/02/2008 a 27/02/2008 – com 24 horas/aulas
Participantes: 2 técnicos da Coordenação de Contabilidade.
- SIAFI Gerencial – Básico
Realizado pelo Coordenador-Geral de Finanças e Contabilidade/SPO/SE/MT nas dependências do Centro de Treinamento do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, com 2 turmas com 35 horas/aulas cada turma, no período de 16/06/2008 a 20/06/2008 e 23/06/2008 a 27/06/2008
Participantes: 4 técnicos da SPO e 30 técnicos do DNIT.
- SIAFI Gerencial – Avançado
Realizado pelo Coordenador Geral de Finanças e Contabilidade/SPO/SE/MT nas dependências do Centro de Treinamento deste Ministério, com 2 turmas com 10 horas/aulas cada turma, no período de 15/9/2008 à 19/09/2008
Participantes: 14 técnicos da SPO.
- Atualização em Legislação de Pessoal, com Análise da Reforma da Previdência
Realizado por Cursos Livres de Ensino Continuoado, Professor Paulo Diniz, no Auditório Parlamundi – Brasília, com 24 horas/aulas, no período de 20 a 22/08/2008.
Participante: 01 técnico da Coordenação de Contabilidade.
- V Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas do Governo Federal
Realizado pela STN/MF nas dependências da ESAF, no período de 24/11/2008 a 28/11/2008 – com 40 horas/aulas
Participantes: 3 técnicos da Coordenação de Contabilidade e 1 da Coordenação de Finanças.
- Portal de Convênios - SICONV - Legislação
Realizado pelo Ministério do Planejamento, nas dependências da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel com 04 horas/aulas, no dia 28/11/2008.
Participante: 01 técnico da Coordenação de Contabilidade.
- Portal de Convênios - SICONV - Prática
Realizado pelo Ministério do Planejamento, nas dependências da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel com 04 horas/aulas, no dia 06/11/2008
Participante: 01 técnico da Coordenação de Contabilidade.
- Treinamento Documento de Pagamento de Folha de Pessoal no SIAFI
Realizado pela Coordenação de Contabilidade/CGFC/SPO/SE/MT nas dependências do Centro de Treinamento deste Ministério, com 16 horas/aulas, nos dias 15 e 16/10/2008
Participantes: 07 técnicos das Unidades Gestoras vinculadas ao Ministério dos Transportes.

- 2º Fórum Nacional de Gestão e Contabilidade Pública
Realizado pelo Conselho Regional de Contabilidade – CRC/MG no auditório do Hotel Ouro Minas em Belo Horizonte - MG, no período de 15 a 17/10/2008
Participantes: 02 técnicos da Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade

- Curso de Capacitação em Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar
Realizado pelo Ministério dos Transportes e Advocacia-Geral da União, nas dependências do Centro de Treinamento deste Ministério, com 24 horas/aulas, no período de 09 a 11/01/2008
Participante: 01 técnico da Coordenação de Finanças.

Com o objetivo de transmitir orientações relativas ao encerramento do exercício e proferir palestra a respeito de Restos a Pagar, Despesas de Exercícios Anteriores e ao processo de inscrição do diferido em 2009, a CGFC/SPO enviou 3 (três) técnicos a Fortaleza – CE para o encontro anual das Superintendências Regionais do Departamento Nacional de Infra-Estrutura – DNIT, bem como para a cidade do Rio de Janeiro - RJ para atender a VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A, o Departamento do Fundo da Marinha Mercante – DFMM e a Inventariança da Rede Ferroviária Federal S/A.

A Coordenação de Contabilidade da CGFC/SPO, no exercício de 2008, instaurou uma Tomada de Contas Especial, elaborou e encaminhou relatório, atendendo solicitação da Coordenação – Geral de Recursos Logísticos – CGRL/SAAD, referente ao Convênio nº 005/2005 - SIAFI nº 553602 entre o Ministério dos Transportes e a Fundação Universitária de Brasília- FUBRA.

Com apoio dos técnicos da SPO, foram realizadas diversas adaptações no sistema e banco de dados desenvolvido pela Coordenação-Geral de Modernização e Informática da SAAD/MT, com vistas à obtenção de informações da execução orçamentária e financeira do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, alimentado via extrator de dados do SIAFI pelo SERPRO o que proporcionou a elaboração do Sistema de Programação Financeira – SPF com previsão de implantação a partir de 2009.

A gestão orçamentária para o exercício de 2008, no que se refere a Outras Despesas Correntes (Custeio)/Capital/Inversões, inclusive contrapartida e ingresso de recursos, ficou condicionada aos limites para movimentação e empenho atribuídos pelo Decreto nº 6.439/2008, e alterações posteriores, acrescentando os créditos extraordinários e o PAC, os quais foram distribuídos às Unidades deste Ministério, representando o equivalente a 90% do orçamento aprovado pela Lei nº 11.647, de 24/03/2008, LOA/2008 e seus créditos adicionais.

No que se refere ao limite para pagamento, concedido pelo citado Decreto nº 6.439, de 22/04/2008, publicado no DOU de 23/04/2008, e alterações posteriores, foram destinados à programação financeira das entidades vinculadas a este Órgão, por meio de cotas mensais, 63 % do limite para movimentação de empenho mais Restos a Pagar. É importante esclarecer que os recursos direcionados às sentenças judiciais, pessoal e encargos, inversões financeiras do Fundo da Marinha Mercante e destaques recebidos foram excepcionalizados pelo mencionado Decreto.

COMPARATIVO DA DOTAÇÃO AUTORIZADA E LIMITES CONCEDIDOS PARA OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL							
Milhões R\$							
"DEMAIS AÇÕES", "PROJETO PILOTO" E "PAC"	LEI + CRÉDITOS	LIMITE PARA EMPENHO	RESTOS A PAGAR INSCRITOS	LIMITE DE PAGAMENTO	PAGAMENTOS EFETIVADOS	%	
[A]	[B]	[C]	[D]	[E]	[F]	[G] = E / (C + D)	[H] = (C/B)
CUSTEIO/INVESTIMENTOS/ INVERSÕES	12.305,10	11.036,60	7.424,37	11.603,39	7.175,16	63%	90%
Fontes próprias e tesouro Obs: Não está incluso Sentenças Cíveis e Inversões Financeiras do FMM [A] - Despesas sujeitas aos limites de empenho e pagamento do Decreto 6.439 de 22/04/2008 acrescido dos Créditos Extraordinários. [F] - Pagamento do Orçamento de 2008 e Restos a Pagar [E] - Composição do Limite de Pagamento de R\$ 11.603,39 - Demais Ações R\$ 1.701,59 - Projeto Piloto R\$ 7.802,90 - PAC R\$ 1.214,90 - Créditos Extraordinários R\$ 884,00 [C] - Composição do Limite para Empenho (Disponibilizado) R\$ 11.036,60 - Demais Ações R\$ 1.134,80 - Projeto Piloto R\$ 7.802,90 - PAC R\$ 1.214,90 - Créditos Extraordinários R\$ 884,00							

É imperioso acrescentar que não surgiu na Unidade qualquer fato que indicasse a necessidade de instauração de sindicância, processo administrativo ou diligência do Tribunal de Contas da União.

2.3. Programas

A CGRL possui sob sua responsabilidade a Ação 2272 do Programa 0225 e a CGRH possui sob sua responsabilidade a Ação 4572 do Programa 0225 e a Ação 09HB, a Ação 2000, a Ação 2004, a Ação 2010, a Ação 2011, a Ação 2012, do Programa 0750.

A SPO atua como Órgão Setorial de programação orçamentária e financeira, e os recursos alocados na Lei Orçamentária Anual – LOA relativos à Administração Direta são descentralizados às Unidades Gestoras. No entanto, a gestão dos programas e ações ficam a cargo das Unidades Administrativas responsáveis.

2.3.1. Programa 0750 – Gestão da Política dos Transportes

Dados gerais do programa

Tipo de programa	Programa de Gestão de Políticas Públicas
Objetivo geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e o controle dos programas da área de transportes
Objetivos específicos	Integrar os modais de transportes no território brasileiro
Gerente do programa	Marcelo Perrupato e Silva
Gerente executivo	Edson Dias Gonçalves
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Coordenação-Geral de Recursos Logísticos
Indicadores ou parâmetros utilizados	O programa não possui indicadores
Público-alvo (beneficiários)	Governo

2.3.1.1. Principais Ações do Programa

Ação 2000 – Gestão e Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Construir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
Descrição	Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que tem por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para divulgação e discussão, formulação e divulgação de políticas, etc. produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério dos Transportes
Coordenador nacional da ação	Estevam Pedrosa
Unidades executoras	Secretaria Executiva
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

DESPESA	(*) VALOR REPASSADO (a)	VALOR EXECUTADO (b)	% (b/a)	SALDO DE DOTAÇÃO
Diárias	223.037,30	223.037,30	100	-
Material de Consumo	545.386,41	544.362,19	99	1.024,22
Passagens	989.240,61	989.240,61	100	-
Diárias a Col.Event. no País	-	-		-
Locação de Mão de Obra Pessoa Física	3.740.559,17	3.740.559,17	100	-
Serv.Consultoria P. E. R. Técnica	8.000,00	8.000,00	100	-
Deposito compulsório	138.132,19	138.132,19	100	-
Serv. Pessoa Jurídica	30.550.810,91	30.508.103,71	96	42.707,20
Obrig. Trib./Contributiva Jurídica	34.925,03	34.925,03	100	-
Disp. Exerc. Anteriores	3.162,00	3.162,00	100	-
Indenizações e Restituição	412.997,29	412.997,29	100	-
Outro Serv. Terceiros	237,07	237,07	100	-
Equip. Mat. Permanente	1.886.200,00	1.547.246,44	82	338.953,56
TOTAIS	38.592.616,20	38.150.003,02	98	382.684,98

• Provisão Recebida da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO/MT

Cumpra salientar que os recursos contemplados pela Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, no programa 26.122.0750.2000.00001 – Gestão e Administração foram quase na sua totalidade executados, 98%.

Resultante das ações praticadas pela CGRL é de fundamental relevância dar uma idéia da dimensão das atividades executadas.

Foram abertos 69.494 processos via serviço de protocolo. Para aquisição de bens e contratação de serviços, foram realizadas 50 dispensas de licitações, 09 inexigibilidades, 46 licitações através de Pregões, 01 Adesão a Ata de Registro de Preços e não ocorreu licitação na modalidade de convite.

Foram emitidas 1.959 Ordens Bancárias, das quais 63 foram canceladas, 380 Notas de Lançamento, 1.128 Notas de Empenho e 020 Notas de Créditos.

Foram redigidos, assinados e publicados 72 contratos e 93 termos aditivos, de cunho administrativo, 829 bilhetes de passagens nacionais no valor total de R\$ 989.240,61 e 24 bilhetes de passagens internacionais no valor de R\$ 175.739,32. É importante informar que o quantitativo de bilhetes internacionais e os valores pagos a menor no sistema SIAFI são em virtude de viagens canceladas e notas de crédito abatidas nas faturas. Foram pagas 1.341 diárias nacionais no valor total de R\$ 190.228,68 e 128,5 diárias internacionais no valor total de R\$ 77.998,10.

Registramos os seguintes resultados da ação:

- **Contração de empresa de engenharia para execução de obras de reforma de 02 (dois) galpões do Ministério dos Transportes, localizados no setor de garagens oficiais Norte de Brasília-DF.**

A contratação teve por objeto a reforma de dois galpões, localizados no setor de garagens oficiais norte, em Brasília-DF, por apresentar condições precárias, em face do tempo decorrido desde a sua construção. Os imóveis se apresentavam com problemas de vazamento pluviais e corrosão das estruturas metálicas. Também se buscou com a obra otimizar os espaços ocupados pelo arquivo geral do Ministério dos Transportes, dotando-o de melhores condições de trabalho.

- **Contratação de empresas especializadas na prestação de serviço de impressão departamental no Âmbito do Ministério dos Transportes.**

A contratação dessa modalidade de serviço de impressão departamental visou prover o Ministério dos Transportes de um modelo eficiente e eficaz, capaz de atender a demanda de impressão de suas unidades e órgãos integrantes, mediante a instalação de equipamentos e do fornecimento de suprimentos, exceto papel, atendendo de forma continuada e controlada, evitando desperdícios e descontinuidade causada pela falta de suprimento. A opção pela contratação de serviço se deu pelos seguintes benefícios:

- Proporcionar redução de custos com os insumos e consumíveis;

- Melhor distribuição das estações de impressão;
 - Suprir as demandas de impressão nos locais definidos, com serviços de qualidade, agilidade e confiabilidade;
 - Diminuir tempo do atendimento das solicitações de serviços, reparos e/ou manutenção aos equipamentos, melhorando sensivelmente os índices de disponibilidade dos equipamentos;
 - Economia com contrato de manutenção de impressoras.
- **Contratação de empresa para fornecimento e instalação de forros, pisos, luminárias e remanejamento de paredes divisórias, pontos elétricos, telefônicos e lógicos, no 6º pavimento do Edifício Sede do Ministério dos Transportes.**

A substituição de contra piso, piso, forro e luminária no 6º andar do edifício sede deste Ministério foi em decorrência do desgaste natural ocorrido ao longo dos anos. Esta melhoria das instalações visou eliminar as ocorrências de desnivelamento dos pisos que estavam despreendendo, propiciando sérios riscos de acidentes, além de uniformizar e modernizar as instalações através da aplicação de forro e iluminação mais eficiente.

- **Modernização dos equipamentos – Switches da Coordenação-Geral de Modernização de Informática.**

Foram adquiridos 50 (cinquenta) switches em continuidade à instalação de uma rede local de informática estável, confiável e produtiva em toda a sua plenitude, promovendo a reestruturação do parque de equipamento e serviços, com a finalidade de obter melhor desempenho de suas atividades.

Além do acréscimo de pontos de conexão em atendimento à demanda criada com a expansão das estações de trabalho, existe a necessidade de substituição dos equipamentos obsoletos e de capacidade limitada que operam precariamente a rede local do Ministério.

Com a aquisição o Ministério passa a contar com parque totalmente compatível com os serviços existentes.

A rede local atual já conta com um parque de equipamentos (switches) atendendo a todo o prédio do Edifício Sede, Anexo e também do Núcleo dos Transportes. Grande parte destes equipamentos já esta fora de linha de fornecimento de seu fabricante, sem gerenciamento ativo, bem como sem suporte técnico, o que ocasiona grande risco para o ambiente de rede do Ministério. Os equipamentos adquiridos vêm cobrir esta lacuna.

2.3.2. Programa 0225 – Gestão da Política dos Transportes

Dados gerais do programa

Tipo de programa	Apoio as Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e o controle dos programas da área de transportes.
Objetivos específicos	Integrar os modais de transportes no território brasileiro
Gerente do programa	Marcelo Perrupato e Silva
Gerente executivo	Secretaria-Executiva
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
Indicadores ou parâmetros utilizados	O programa não possui indicadores
Público-alvo (beneficiários)	Governo

2.3.2.1. Principais Ações do Programa

Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrições em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério dos Transportes
Coordenador nacional da ação	Robson de Souza Andrade
Unidades executoras	Secretaria-Executiva
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

Metas e resultados da ação no exercício

Meta	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO / PREVISÃO %
Financeira	200.000,00	195.835,00	97,92
Física	623	214	34,35

2.3.3. Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados gerais do programa

Tipo de programa	Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais
Objetivo geral	Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos
Objetivos específicos	Não definido
Gerente do programa	-
Gerente executivo	Secretaria-Executiva
Responsável pelo programa no âmbito da UJ	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
Indicadores ou parâmetros utilizados	O programa não possui indicadores
Público-alvo (beneficiários)	Governo

2.3.3.1. Principais Ações do Programa

Ação 09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais - Ação marcada para compor a PCPR 2008

Dados gerais da ação

Tipo	Operações especiais
Finalidade	Assegurar o pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais, na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004
Descrição	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais, na forma do art. 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério dos Transportes
Coordenador nacional da ação	Robson de Souza Andrade
Unidades executoras	Secretaria-Executiva
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

Metas e resultados da ação no exercício

Meta	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO / PREVISÃO %
Financeira	8.755.651,00	8.585.022,00	98,05
Física	-	-	-

Ação 2000 – Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Construir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias constantes dos orçamentos da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações financeiras
Descrição	A atividade padronizada "Administração da Unidade" substituiu as antigas atividades 2000 – Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 – Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 – Ações de Informática. Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação administrativa da unidade (2000)
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério dos Transportes
Coordenador nacional da ação	Robson de Souza Andrade
Unidades executoras	Secretaria-Executiva
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

Metas e resultados da ação no exercício

Meta	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO / PREVISÃO %
Financeira	40.807.692,00	39.546.637,00	96,91
Física	-	-	-

Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes*Dados gerais da ação*

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas, condições para manutenção da saúde física e mental.
Descrição	Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério dos Transportes
Coordenador nacional da ação	Robson de Souza Andrade
Unidades executoras	Secretaria-Executiva
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

Metas e resultados da ação no exercício

Meta	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO / PREVISÃO %
Financeira	44.543.457,00	31.299.533,00	70,27
Física	102.269	21.000	20,53

Ação 2010 – Assistência pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados*Dados gerais da ação*

Tipo	Atividade
Finalidade	Oferecer aos servidores, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme art. 3º do Decreto nº 977, de 10 de novembro de 1993.
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar, conforme dispõe o Decreto nº 977/93.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério dos Transportes
Coordenador nacional da ação	Robson de Souza Andrade
Unidades executoras	Secretaria-Executiva
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

Metas e resultados da ação no exercício

Meta	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO / PREVISÃO %
Financeira	85.085,00	70.149,00	82,45
Física	74	59	79,73

Ação 2011 – Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei n.º 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória n.º 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério dos Transportes
Coordenador nacional da ação	Robson de Souza Andrade
Unidades executoras	Secretaria-Executiva
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

Metas e resultados da ação no exercício

Meta	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO / PREVISÃO %
Financeira	1.846.823,000	1.669,036,00	90,37
Física	1.101	830	82,67

Ação 2012 – Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Conceder o auxílio-alimentação, sob forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção do refeitório.
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados, ativos, de acordo com a Lei n.º 9.527/97, ou mediante requisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou, ainda, por meio de manutenção de refeitório.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Ministério dos Transportes
Coordenador nacional da ação	Robson de Souza Andrade
Unidades executoras	Secretaria-Executiva
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução da ação	Coordenação-Geral de Recursos Humanos
Competências institucionais requeridas para a execução da ação	

Metas e resultados da ação no exercício

Meta	PREVISÃO	EXECUÇÃO	EXECUÇÃO / PREVISÃO %
Financeira	1.927.448,000	1.860.047,00	96,50
Física	994	1.011	101,71

2.4. Desempenho operacional

Destaca-se agora, os principais desempenhos obtidos nas Secretarias integrantes da estrutura do Ministério dos Transportes e que estão sob a supervisão e coordenação da Secretaria-Executiva.

A *Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT* não utilizou indicadores numéricos que meçam quantitativamente os resultados e avanços dos processos gerenciados pela Unidade ou mesmo o desempenho da própria Secretaria enquanto organização. Entretanto, o tema constitui uma das prioridades do Ministério dos Transportes, o qual, através da Secretaria de Gestão, está desenvolvendo um sistema que permitirá auferir, através de indicadores o grau de satisfação dos usuários do sistema de transporte, incluindo as atividades da SPNT. A Secretaria, porém, faz sempre avaliações específicas e periódicas de cada produto enquanto estão sendo desenvolvidos.

Importa destacar que a formulação de diretrizes políticas para o setor transportes e, em consequência, o planejamento estratégico multimodal constituem a atuação principal da SPNT, assim, o desempenho operacional da Secretaria pode ser caracterizado pelas intervenções e/ou produtos a seguir mencionados:

- Cinco projetos para apoiar a atuação de planejamento da SPNT:
 - a) Desenvolvimento de Estudos para Atualização da Base de Dados Georreferenciada do PNLT, em Apoio do Processo de Perenização – Etapa II;
 - b) Incremento na Compatibilização Metodológica dos Modelos de Macroeconomia e de Simulação de Transportes, e Adequação Metodológica e Atualização das Projeções de Carga Geral;
 - c) Iniciativas para Implantação de Terminais Logísticos no Arco Metropolitano do Rio de Janeiro;
 - d) Realização de Estudos Técnicos na Área de Transportes e Logística; e
 - e) Sistema de Informações Geográficas em Transporte – SIG-T.

- Fornecimento, em 2008, de 51.256 credenciais para pessoas portadoras de necessidades especiais pelo Programa Passe Livre, que totalizou, desde a sua criação, 274.356 beneficiados.

- Curso de capacitação, em avaliação de projetos, para técnicos do Ministério dos Transportes e suas vinculadas (Avaliação Econômico-Financeira de Projetos de Infraestrutura de Transportes).

- Seminário técnico, para subsidiar a equipe do MT e de suas vinculadas, no domínio da Avaliação Ambiental Estratégica (Seminário para Definição de Metodologia para Avaliação Ambiental Estratégica – AAE, aplicável ao PNLT).
- Participação nos trabalhos para viabilização e implantação do Trem de Alta Velocidade – TAV, com ênfase nos estudos de definição do traçado, de demanda de passageiros, da viabilidade econômico-financeira e da transferência de tecnologia. Realização de visitas técnicas internacionais, com vistoria dos centros de controle operacional, da estrutura de operação e manutenção ferroviária e do *funding* de cada projeto dos trens de alta velocidade dos países: Japão, Coréia do Sul, Alemanha, França, Espanha e Itália.
- Cooperação com o Timor Leste, em colaboração com a Casa Civil e o Ministério das Relações Exteriores – MRE. Foram realizadas duas missões a Díli, com a SPNT representando o MT no Grupo Executivo Brasil - Timor-Leste, com atendimento técnico nas áreas de estradas, portos, aeroportos e planejamento de transportes.
- Participação em Conselhos, Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho junto ao Ministério de Agricultura, Produção e Abastecimento – MAPA, Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – MDIC, Ministério da Integração Nacional – MI, Ministério da Defesa – MD e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG.
- Participação, representando o MT, nas reuniões técnicas promovidas pela Procuradoria Geral da República - PGR sobre o Plano Geral de Outorgas que trata da licitação dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.
- Participação em Congressos, Seminários e Encontros Técnicos referentes ao Setor Transportes, em todo o Brasil, na maior parte deles como palestrantes.
- Acompanhamento e emissão de Pareceres sobre o Projeto de Lei do Sistema Nacional de Viação – SNV.
- Elaboração de Pareceres, Notas Técnicas e Despachos sobre assuntos diversos submetidos à apreciação da SPNT/MT.

A Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES não está medindo o desempenho de suas atividades mediante o emprego de indicadores de desempenho. Sendo assim, o resultado do desempenho operacional da Unidade está informado a seguir, em formato discursivo:

➤ **Acompanhamento e Monitoramento do PAC:**

Com objetivo de interagir e estabelecer cooperação, harmonizando procedimentos com órgãos da Administração Federal, tais como a Casa Civil da Presidência da República, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, o Ministério da Fazenda e o Ministério do Meio Ambiente, representantes desta Secretaria participaram de 17 “Salas de Situação” em rodovias, ferrovias, hidrovias e marinha mercante, visando à implementação do PAC.

Como parte do processo de gestão, foram produzidos três relatórios apresentando as principais informações sobre a realização física, orçamentária e financeira dos empreendimentos do PAC que se encontram com obras em execução, envolvendo adequação e construção de rodovias e construção de ferrovias. Os relatórios produzidos foram:

- 1º Relatório: atualizado até agosto/2008, apresentando um total de 33 obras, sendo 29 em rodovias e 4 em ferrovias.
- 2º Relatório: atualizado até outubro/2008, apresentando um total de 36 obras, sendo 32 em rodovias e 4 em ferrovias.
- 3º Relatório: atualizado até dezembro/2008, apresentando um total de 36 obras, sendo 32 em rodovias e 4 em ferrovias.

Foram também fornecidos insumos para a elaboração dos seguintes balanços quadrimestrais do PAC – Transportes, produzidos pela Casa Civil da Presidência da República:

- 3º Balanço: referente a janeiro/2008, com 127 ações, sendo 68 em rodovias, 16 em ferrovias, 42 em hidrovias e 1 em marinha mercante;
- 4º Balanço: referente a abril/2008, com 117 ações, sendo 68 em rodovias, 22 em ferrovias, 26 em hidrovias e 1 em marinha mercante;
- 5º Balanço: referente a outubro/2008, com 111 ações, sendo 67 em rodovias, 18 em ferrovias, 25 em hidrovias e 1 em marinha mercante.

Visando capacitar a equipe encarregada do acompanhamento dos empreendimentos do Programa, foi realizado, em parceria com o Centro de Formação de Recursos Humanos em Transportes – CEFTRU, da Universidade de Brasília, o “Curso de Gestão de Obras de Infra-Estrutura de Transportes”. A formação priorizou as áreas de engenharia rodoviária, engenharia ferroviária, inspeção de obras de arte especial, conhecimentos básicos de hidrovias, geoprocessamento e uso de instrumentos de medição e acompanhamento com auxílio de Global Position System – GPS.

Em dezembro foi realizado “Seminário de Ambientação e Nivelamento para os Analistas e Especialistas em Infra-Estrutura de Transportes” aprovados em concurso público realizado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e lotados no Ministério dos Transportes.

➤ **Elaboração e Aperfeiçoamento de Indicadores:**

O processo licitatório para contratação dos trabalhos necessários à implantação do “Sistema de Indicadores para Avaliação de Desempenho dos Programas de Transportes dos Planos Plurianuais”, com até 42 indicadores, foi preparado prevendo a execução de todos os serviços num único contrato.

Para atendimento de exigências legais, o processo foi desmembrado em dois: o primeiro a ser inicialmente licitado envolve a coleta, armazenamento provisório e tratamento primário dos dados; o segundo, para consultoria na área de Tecnologia da Informação - TI, tem como objetivo desenvolver o sistema de tratamento, armazenamento de dados, visualização e análise dos indicadores.

➤ **Acompanhamento dos Programas de Trabalho da CIDE dos Estados e do Distrito Federal:**

As atividades desenvolvidas foram:

- Análise dos relatórios demonstrativos da execução orçamentária e financeira encaminhados pelos Estados e pelo Distrito Federal, relativos ao exercício de 2007, totalizando 1.767 ações;
- Análise e publicação de 24 alterações de Programas de Trabalho de 2008 dos Estados e do Distrito Federal, englobando 724 ações; e
- Análise e publicação dos Programas de Trabalho de infra-estrutura de transportes para 2009, elaborados pelas 27 Unidades da Federação, referentes às obras ou serviços em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos e transporte multimodal, num total de 445 ações.

➤ **Monitoramento e Avaliação dos Planos Plurianuais:**

A SEGES, em articulação com a SPO/MT, elaborou, em janeiro de 2008, o “Relatório de Monitoramento do Exercício de 2007” com o objetivo oferecer um balanço das atividades de monitoramento da gestão do PPA 2004/2007, que pudesse subsidiar as decisões do Comitê de Coordenação dos Programas, atendendo ao que determinavam os artigos 8º e 9º da Portaria n.º 501, de 17 de novembro de 2004, do Ministro de Estado dos Transportes.

No âmbito da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes - SFAT não houve a definição prévia de metas, ou mesmo de indicadores voltados à gestão dos processos internos, ou à gestão das ações desvinculadas de programas constantes do PPA. Em relação ao Programa de Fomento ao Desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria Naval, há a definição de metas em algumas ações, cujo monitoramento está a cargo do DEFMM. Sendo assim, o resultado do desempenho operacional da Unidade está informado a seguir, em formato discursivo:

- Continuidade na realização de estudos visando o aperfeiçoamento da legislação do AFRMM e do FMM.
- Acompanhamento da tramitação de atos legislativos afetos à matéria de competência da SFAT, como a Medida Provisória n.º 433, de 2008, que reduziu a zero as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS incidentes na importação e na comercialização do mercado interno de farinha de trigo, trigo e pão comum e isenta do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante – AFRMM as cargas de trigo e de farinha de trigo, até 31 de dezembro de 2008, à qual foram apresentadas emendas que versavam sobre alterações na Lei n.º 10.893, de 13 de julho de 2004, e na Lei n.º 9.432, de 8 de janeiro de 1997, com encaminhamento de notas técnicas à Assessoria Parlamentar do Gabinete do Ministro.
- Participação e realização de Reunião Ordinária pelo CDFMM.

- Realização de duas reuniões do Comitê Gestor Interministerial da Subvenção ao Prêmio do Seguro-Garantia, presidido pelo atual Secretário de Fomento para Ações de Transportes, que resultaram na edição da Resolução nº 4, de 16 de dezembro de 2008, que aprovou o Regimento Interno da Subvenção ao Prêmio do Seguro-Garantia, e da Resolução nº 5, da mesma data, que aprovou o Regulamento para a concessão da subvenção ora em comento, ambas publicadas no Diário Oficial da União em 23 de dezembro de 2008;
- Participação no Grupo de Trabalho constituído pela Portaria nº 200, de 15 de agosto de 2008, publicada no DOU de 18 de agosto de 2008, com o objetivo de elaborar o Projeto Básico e o Termo de Referência visando à contratação de empresa para o acompanhamento, manutenção e desenvolvimento do Sistema Mercante.
- Destaca-se ainda a coordenação do Grupo de Trabalho de Transporte Fluvial de Passageiros e Cargas, instituído pela Portaria nº 152, de 11 de junho de 2008, do Senhor Ministro de Estado dos Transportes, publicada no DOU do dia seguinte, com as atribuições de diagnosticar a atual situação do transporte fluvial de passageiros e cargas no país e propor diretrizes para a formulação de políticas públicas para o transporte fluvial de passageiros e cargas.

Outras atividades, ainda que não diretamente afetas às atribuições definidas no Decreto nº 4.721, de 2003, são relacionadas à atuação da Secretaria de Fomento na articulação com outros órgãos e entidades, na defesa dos interesses do setor de transportes:

- Representação do Ministério dos Transportes no Conselho Nacional de Turismo;
- Representação do Ministério dos Transportes no Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA;

Em relação às demais áreas de atuação da SFAT, não vinculadas a um programa finalístico constante do Plano Plurianual, e mais voltadas à gestão da política de transportes, e ao cumprimento de atribuições consuetudinárias nem sempre definidas em norma, merecem menção as principais atividades desenvolvidas.

Neste particular, observa-se que muitas das atividades desempenhadas não se relacionam com as atribuições constantes do Decreto nº 4.721, de 2003, mas decorrem da capacidade de seus técnicos, que não podem se furtar a colaborar na gestão das políticas de transportes, ou nas matérias afetas ao Ministério, em virtude de um descompasso regimental cuja correção já foi proposta em minuta de Decreto enviada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Lembre-se, ainda, que a SFAT sucedeu a antiga Secretaria de Transportes Aquaviários - STA, herdando boa parte de seu corpo técnico, mas não necessariamente suas atribuições.

Durante o exercício de 2008, técnicos do DEFIT continuaram realizando atividades relacionadas com o desenvolvimento das vias navegáveis, das quais são relacionadas abaixo as mais significativas:

- Acompanhamento de diversas atividades de vias navegáveis interiores, desenvolvidas pela Diretoria de Infra-Estrutura Aquaviária – DAQ, bem como na elaboração e análise de Programas e Ações para as vias navegáveis;
- Participação nos Grupos de Trabalho Interministeriais criados no âmbito da Casa Civil, para o rio Taquari, o rio Madeira e a Ilha do Marajó;
- Atualização do Mapa dos Principais Rios Navegáveis Brasileiros, disponibilizados no site do Ministério dos Transportes;
- Análises, discussões e proposições das principais vias navegáveis a serem incluídas no Projeto de Lei do Sistema Nacional de Viação, assim como nas definições que deverão constar no PL, em elaboração por Grupo de Trabalho no Ministério dos Transportes;
- Colaboração com a Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT na realização do Plano Nacional de Logística de Transportes – PNLT, em elaboração pelo CENTRAN, nas partes e capítulos que contemplam as proposições relacionadas para as vias navegáveis e em reuniões e pareceres técnicos relacionados aas hidrovias, entre os quais podem ser citadas a Hidrovia Teles-Pires-Tapajós;
- Representação do Ministério dos Transportes no Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, com participação nas Câmaras Técnicas de Análise de Projetos, Integração da Gestão das bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira, do Plano Nacional de Recursos Hídricos e de Recursos Transfronteiriços;
- Representação do Ministério dos Transportes na Comissão Brasileira para Programas Hidrológicos Internacionais – COBRAPHI, órgão vinculado ao Programa Hidrológico Internacional no âmbito da UNESCO;
- Representação do Ministério dos Transportes no Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraná-Paraguai, e demais Grupos Técnicos que o compõem, sob a égide do Acordo para Navegação Fluvial da Hidrovia, firmado entre os cinco países da Bacia do Prata;
- Representação do Ministério dos Transportes como membro, nas reuniões e atividades da Comissão Interamericana de Portos da Organização dos Estados Americanos, sempre e quando autorizado a participar nas reuniões;
- Participação e acompanhamento, inclusive de reuniões gerais de coordenação, das atividades do DNIT relacionadas às vias navegáveis interiores e das Administrações Hidroviárias, assim como em reuniões relacionadas com o andamento de ações judiciais, licenciamento ambiental e reuniões técnicas, com órgãos relacionados, como AGU, ANA, ANEEL, ONS, EPE, etc;
- Análise e pronunciamento sobre pleitos diversos de naturezas públicas e privadas nas hidrovias do Tietê-Paraná, São Francisco, Tocantins-Araguaia, Madeira e Parnaíba, entre outras;

- Participação em Reuniões, Seminários e Congressos, inclusive internacionais, representando o Ministério dos Transportes, com a elaboração e a apresentação de palestras e conferências e coordenação de Mesas e Debates;
- Atuação do Diretor, a convite da Permanent International Association of Navigation Congresses – PIANC, como representante do Brasil, no grupo de trabalho WG-29 – Innovations in Lock Design, como parte da Inland Navigation Commission – In Com.;
- Visita técnica do Diretor ao Sistema Hidroviário do Mississippi de 26 a 03 de agosto, em missão brasileira, com a recepção nos Estados Unidos a cargo do United States Army Corps of Engineers. A visita deverá render frutos com a possibilidade de operacionalização de um Acordo de Cooperação Técnica na área de Vias Navegáveis com o Brasil. Relatório da viagem foi apresentado aos Superintendentes das Administrações Hidroviárias do DNIT, em reunião em Brasília – DF;
- Organização pelo DEFIT de Seminário Técnico com a presença de técnicos especialistas do US Corps of Engineers em Brasília, dia 19 de novembro, no auditório do MT, com a vistas a definir os temas e assuntos de interesse das vias navegáveis interiores passíveis de cooperação técnica com base nas necessidades do sistema hidroviário brasileiro e da experiência secular do US Corps nessa atividade.

Já em relação à Coordenação-Geral de Captação de Recursos/DEFIT, entre as várias atividades desenvolvidas no exercício de 2008, cabe destacar:

- Participação na continuidade do processo de transferência de rodovias federais aos Estados, autorizada pela Medida Provisória nº 82/2002, mediante esclarecimentos às autoridades estaduais, parlamentares, e outros órgãos da administração federal sobre as medidas ainda a serem adotadas para a finalização do processo. O Ministério dos Transportes, através da Secretaria-Executiva, criou Grupo de Trabalho para avaliação da documentação de prestação de contas encaminhada pelos diversos Estados;
- Acompanhamento e assistência na execução do Programa de Assistência Técnica para o Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável – PACE, com financiamento parcial do Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. A Coordenação-Geral, em conjunto com a Secretaria Nacional de Políticas de Transporte – SPNT, acompanhou o processo licitatório e posterior contratação da Universidade de Brasília – UNB, para a realização do Curso de Extensão “Avaliação Econômico-Financeira de Projetos de Infra-Estrutura no setor de Transportes”, que ocorreu em Brasília, no período de 08 de setembro a 03 de outubro de 2008;
- Adicionalmente, ainda no âmbito do PACE, realizou-se em Brasília, nos dias 25 e 26 de novembro de 2008, o Seminário sobre Metodologia para Avaliação Ambiental Estratégica aplicável ao PNLT. A Coordenação-Geral de Captação de Recursos acompanhou todo o procedimento administrativo para a contratação dos palestrantes, hotel, logística e demais providências pertinentes à realização do referido Seminário;

- Acompanhamento da execução do Programa de Redução de Custos Logísticos – PREMEF (SWAp transportes), objeto de Contrato de Empréstimo no valor de US\$ 501,25 milhões, firmado entre a União e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento – BIRD. Nesse sentido, várias atividades previstas no âmbito do referido Programa foram desenvolvidas, incluindo os procedimentos para a elaboração dos primeiros Termos de Referência para contratação das atividades técnicas previstas: treinamento e estudos nas áreas de meio-ambiente, regulação, informática, entre outras;
- Conclusão da negociação, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, em 28.07.2008, de operação de crédito externo no valor de US\$ 100,0 milhões, para o financiamento parcial do Programa de Ampliação da Capacidade e Modernização do Corredor MERCOSUL-BR-101/SC/RS – Florianópolis-Osório;
- Participação nos entendimentos entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e a Itaipu Binacional para a elaboração de estudos de pré-viabilidade - transposição da barragem da hidrelétrica. A realização do estudo será feita com a participação financeira do FIRII - Fundo para o Financiamento de Operações de Cooperação Técnica para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana, que ampara as iniciativas da IIRSA - Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana;
- Acompanhamento, junto ao DNIT, do desenvolvimento do PREMEF, particularmente no tocante às atividades de assistência técnica a serem desenvolvidas com os recursos da operação de crédito externo.

Destaca-se agora, os principais desempenhos obtidos nas Subsecretarias integrantes da estrutura do Ministério dos Transportes e que estão sob a supervisão e coordenação da Secretaria-Executiva.

No âmbito da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos - CGRL procurou-se manter o planejamento inicial, considerando a proposta orçamentária apresentada para o exercício de 2008. No entanto, no lugar de uma proposição orçamentária de R\$ 56.000.000,00 para fazer face aos custos administrativos, a unidade foi contemplada com recursos na ordem de R\$ 39.000.000,0. Mesmo assim, buscou as prioridades previamente estabelecidas, logicamente dentro das possibilidades orçamentárias então oferecidas.

O Desempenho operacional da CGRL é medido com base no desempenho de suas atividades meio, atividades de suporte às áreas fins do Órgão.

Embora se planeje uma gama de ações, este planejamento fica sujeito a atuação de outras áreas e ao nível de necessidades surgidas no decorrer do período, e mesmo ao nível de prioridades destas necessidades não programadas.

Assim, se constatada a eficaz satisfação das demais áreas, pode-se concluir pelo bom desempenho da área de apoio logístico do Ministério.

Visando tal satisfação, é que priorizou a manutenção da área de informática do Ministério, tendo em vista as dificuldades relatadas pela CGMI, adquirindo estações de serviços de informática, considerado que a maior parte dos equipamentos em uso já ultrapassava 8 (oito) anos de utilização, o que vinha causando grandes dificuldades na consecução dos trabalhos e um custo altamente elevado quando de sua manutenção.

Foram adquiridas mais de 500 (quinhentas) estações de trabalho e manteve-se o propósito de, em 2009, com a aquisição de outra quantidade idêntica dos equipamentos, completar a atualização do contingente.

Mesmo assim não se descuidou dos serviços de natureza contínua que tiveram suas execuções feitas de forma normal, não apresentando, durante o exercício, qualquer problema nos processos de segurança, limpeza e conservação dos bens e instalações a serviço do Ministério.

Uma das metas a serem alcançadas em 2009 é a digitalização do acervo documental do Ministério dos Transportes, com prioridade para os documentos arquivados nesta sede e nos galpões localizados no SGON, o que será possível em razão da mencionada reforma desses galpões.

A obra já está concluída e com isso, a documentação fica mais protegida e preparada para o processo de digitalização. A licitação para a contratação dos serviços de digitalização está em andamento, neste momento em fase de contratação.

Quanto às demais ações planejadas para 2008 e que não puderam ser implantadas, serão realizadas, dentro das possibilidades, durante o exercício de 2009.

A Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH, no exercício de 2008, atingiu significativos objetivos e metas no desempenho de suas atividades.

No contexto de todas as mencionadas atividades da CGRH foram geradas e expedidas portarias, ofícios, memorandos, cartas, despachos, certidões, declarações, formulários, boletins e e-mails, num total superior a 150.000 (cento e cinquenta mil) unidades.

As ações de capacitação de pessoal foram executadas com uma provisão de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), aperfeiçoando 340 servidores com aproveitamento de cerca de 97,89% do orçamento destinado a esse fim. Destaque-se, já no final de 2008, a realização do Seminário de Ambientação que recepcionou 127 novos servidores Especialistas e Analistas da carreira de Infra-Estrutura de Transportes, que se agregarão às rotinas desta Pasta junto às ações do PAC. Registre-se, também, os cursos de línguas (inglês e espanhol) oferecidos sem ônus para o Ministério, com grande adesão de servidores.

Quanto aos resultados do Plano de Assistência à Saúde dos servidores ativos, aposentados, seus dependentes e pensionistas, prestado, por meio do Convênio de Adesão celebrado entre a União, por intermédio do Ministério dos Transportes e a GEAP – Fundação de Seguridade Social, assinado em 05 de junho de 2003, são caracterizados como se segue:

PAGAMENTOS EFETUADOS PARA A GEAP – ANO 2008				
MÊS	Contribuição Patronal R\$	Mensalidade Participante R\$	Participação Custo do Serviço R\$	Total de Beneficiários
JANEIRO	1.840.164,00	1.552.092,01	404.769,88	20.730
FEVEREIRO	1.825.301,00	1.544.937,44	423.097,21	20.653
MARÇO	1.831.442,00	1.545.641,52	404.036,40	20.565
ABRIL	1.818.092,00	1.533.207,19	362.736,23	20.562
MAIO	1.811.684,00	1.697.123,90	346.352,59	20.502
JUNHO	1.811.773,00	1.429.357,74	444.206,56	20.347
JULHO	2.576.835,42	1.693.149,07	399.374,23	20.057
AGOSTO	2.439.985,68	1.533.375,72	357.418,76	25.145
SETEMBRO	2.430.256,08	1.532.954,76	370.622,20	25.035
OUTUBRO	2.419.973,84	1.558.866,45	376.985,78	24.927
NOVEMBRO	2.387.050,14	1.554.657,86	369.081,02	24.581
DEZEMBRO	2.377.223,34	1.549.833,84	393.460,16	24.465
TOTAL R\$	25.569.780,50	18.725.197,50	4.652.141,02	267.569

No decorrer do exercício de 2008, a UNIMED BRASÍLIA – Cooperativa de Trabalho Médico, protocolou no Ministério, sob o SICAP nº 2008/0003.8238, documentação solicitando ressarcimento pelos serviços médicos prestados aos servidores e seus dependentes antes da GEAP.

Embasados no Parecer n.º 229-2007-MT/CONJUR/CGTA, de 23/07/2007, aprovado pelo Despacho MT/CONJUR n.º 630/2007, de 25/07/2007, que evidencia a possibilidade de pagamento administrativo de segunda via de faturas apresentadas pela UNIMED Brasília, sobre as quais os gestores internos não tenham qualquer dúvida quanto à efetiva prestação dos serviços, bem como dos juros moratórios, segundo índices oficiais estabelecidos, daquelas que foram pagas após o prazo de vencimento, a origem e pertinência dos créditos e objetivando atender a solicitação protocolada constante do Processo nº 50000.041764/2008-99, a Divisão de Benefícios elaborou Planilha de Cálculo relativa ao primeiro lote de faturas com os valores devidos à UNIMED Brasília, analisadas e conferidas, com saldo atualizado pela Taxa SELIC diária, totalizando o valor de R\$ 2.900.732,81 (dois milhões, novecentos mil, setecentos e trinta e dois reais e oitenta e um centavos).

Consultando a CGTA/CONJUR/MT sobre a sistemática de cálculo adotada pela CGRH, a mesma, mediante Parecer n.º 253-2008/MT/CONJUR/MT, de 26/08/2008, reconsiderou o Parecer nº 229-2007/MT/CONJUR/CGTA, no que se referia à incidência de juros de mora em relação aos pagamentos em atraso efetuados pelo Ministério dos Transportes à UNIMED Brasília, opinando por nova análise, conferência e recálculo do faturamento, aplicando apenas a correção monetária com os índices do IPCA-E divulgados pelo IBGE.

De acordo com a orientação exarada no Parecer n.º 253-2008/MT/CONJUR/CGTA, o valor requerido foi recalculado, apurando-se o total de R\$ 1.036.912,70 (um milhão, trinta e seis mil, novecentos e doze reais e setenta centavos).

Objetivando estabelecer procedimentos para exame e conferência da cobrança apresentada pela UNIMED Brasília, constante do processo administrativo n.º 50000.041764/2008-99, constituiu-se Grupo de Trabalho pela da Portaria/SAAD n.º 104, de 16/10/2008, prorrogada pela Portaria/SAAD n.º 117, de 18/11/2008, com a finalidade de analisar a regularidade do faturamento apresentado pela empresa, relativo ao pagamento em atraso das despesas com serviços médicos prestados aos servidores deste Órgão.

Em seu relatório final, o Grupo de Trabalho, após análise e conferência da cobrança apresenta, elaborou Planilha de Cálculo com aplicação dos índices do IPCA-E até o mês de setembro/2008, conforme emanado do Parecer n.º 253-2008/MT/CONJUR/CGTA, totalizando o montante de R\$ 7.052.063,44 (sete milhões, cinquenta e dois mil, sessenta e três reais e quarenta e quatro centavos).

Pagamentos efetuados à UNIMED BRASÍLIA – Cooperativa de Trabalho Médico:

Mês	Valor
OUTUBRO	R\$ 1.036.912,70 (um milhão, trinta e seis mil, novecentos e doze reais e setenta centavos)
DEZEMBRO	R\$ 7.052.063,14 (sete milhões, cinquenta e dois mil, sessenta e três reais e quatorze centavos)
TOTAL	R\$ 8.088.976,14 (oito milhões, oitenta e oito mil, novecentos e setenta e seis reais e quatorze centavos)

Em 2008, foram desarquivados e novamente analisados 2.890 (dois mil oitocentos e noventa) processos de pensão e aposentadoria para o atendimento de ações judiciais, diligências da Secretaria Federal de Controle Interno e Tribunal de Contas da União, além de cumprir integralmente 18 (dezoito) auditorias realizadas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Iniciativa importante foi a proposta de criação de Núcleos de Recursos Humanos do Ministério dos Transportes nos estados do Espírito Santo, Paraíba e Maranhão, vinculados diretamente à Coordenação-Geral de Recursos Humanos, destinados ao atendimento da clientela de aposentados e pensionistas (Memorandos n.º 426/2007 e n.º 433/2007 – COAP/CGRH/SAAD/SE/MT, de 17 e 18 de dezembro de 2007, respectivamente).

Realizou-se o acompanhamento dos trabalhos da Coordenação-Geral de Modernização e Informática no que se refere à integração dos SISTEMAS DE RECURSOS HUMANOS (SIGEF) e quanto ao levantamento dos equipamentos e sistemas de informática utilizados pelos Núcleos de Recursos Humanos instalados em 14 unidades da federação.

Acompanhou-se as atividades inerentes à Central de Relacionamento no que se refere ao atendimento telefônico da clientela de aposentados e pensionistas e distribuição da demanda gerada, dando tramitação e concluindo 107.663 (cento e sete mil seiscentos e sessenta e três) atendimentos telefônicos, e, em decorrência, apenas 5.219 (cinco mil duzentos e dezenove) solicitações precisaram ser convertidas em ordens de serviço. Atualmente, a clientela contata com o Ministério para buscar orientações quanto ao seu cadastramento.

Propiciou-se treinamento específico em serviço para o aperfeiçoamento de servidores que estão atuando nas rotinas de REVERSÃO DE CRÉDITO e RECADASTRAMENTO DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS, em conformidade com o relatório final da Comissão de Sindicância instituída pela Portaria/GM n.º 259/2005 e com a Decisão nº 950/2000, conforme já constatado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG e Tribunal de Contas da União, com o atendimento dos Acórdãos n.ºs 1.886 e 2.003/2007 – TCU.

Também foi realizado treinamento em serviço para aperfeiçoamento das equipes localizadas nos Núcleos de Recursos Humanos. Registre-se que a maior parte desses funcionários exercia, em seus órgãos de origem (DNER, EBTU e PORTOBRÁS) funções incompatíveis com as atividades administrativas necessárias para o atendimento de aposentados e pensionistas.

Levantamento feito na folha de pagamento deste Órgão demonstrou a exclusão de 825 (oitocentos e vinte e cinco) beneficiários de pensão, identificados como filhas maiores solteiras, as quais recebiam também pensões na condição de companheiras; netos ou menores sob guarda que, por questões de ordem operacional do Sistema SIAPE, ainda se encontravam em folha, apesar da maioridade; e filhas maiores solteiras que exerciam cargo público.

Outro fator a ser considerado é que, por intermédio dos Núcleos de Recursos Humanos, uma grande demanda anteriormente direcionada para a CGRH está sendo solucionada por meio das referidas unidades, com um atendimento de 133.944 (cento e trinta e três mil novecentas e quarenta e quatro) casos, apesar da carência de recursos humanos, materiais e tecnológica:

ATENDIMENTOS REALIZADOS NOS NRHs			
Unidades	2006	2007	2008
NRH – 01 (Manaus – AM)	298	3.850	3.950
NRH – 02 (Belém – PA)	4.370	2.152	3.280
NRH – 03 (Fortaleza – CE)	13.200	22.150	22.780
NRH - 04 (Recife – PE)	13.311	14.038	16.045
NRH – 05 (Salvador - BA)	1.600	5.475	6.239
NRH – 06 (Belo Horizonte – MG)	1.080	35.591	22.250
NRH – 07 (Rio de Janeiro – RJ)	21.858	23.200	26.546
NRH – 08 (São Paulo – SP)	2.952	3.657	4.562
NRH – 09 (Curitiba – PR)	5.554	8.767	9.506
NRH – 10 (Porto Alegre – RS)	382	2.003	3.601
NRH – 11 (Cuiabá – MT)	-----	528	893
NRH – 12 (Goiânia – GO)	-----	475	1.450
NRH – 13 (Florianópolis – SC)	6.929	7.797	8.562
NRH – 14 (Rio Grande do Norte – RN)	3.309	6.702	4.280
TOTAL	74.843	136.385	133.944

No exercício de 2008 foi encaminhado aos cartórios um total de 345 (trezentos e quarenta e cinco) ofícios sobre óbitos, dos quais 222 (duzentos e vinte e dois) foram respondidos com a remessa das certidões de óbitos solicitadas.

Conforme dados do Relatório Consolidado de Reversão de Créditos, em 2008 foram cadastrados no sistema 3.078 (três mil e setenta e oito) pedidos de reversão de créditos, sendo que o montante solicitado às instituições bancárias foi de R\$ 14.439.880,51 (quatorze milhões, quatrocentos e trinta e nove mil, oitocentos e oitenta reais e cinquenta e um centavos).

No que se refere ao retorno dos valores solicitados, foram respondidos 2.872 (dois mil, oitocentos e setenta e dois) pedidos e o valor recuperado alcançou o montante de R\$ 4.537.321,27 (quatro milhões, quinhentos e trinta e sete mil, trezentos e vinte e um reais e vinte e sete centavos).

Entre os exercícios de 1997 e 2008, quando foi realizado um total de 24.623 (vinte e quatro mil seiscentos e vinte e três) pedidos de reversão de crédito, as instituições bancárias responderam a 17.743 (dezessete mil, setecentos e quarenta e três) solicitações, o que possibilitou o retorno aos cofres públicos do expressivo montante de R\$ 30.865.980,71 (trinta milhões, oitocentos e sessenta e cinco mil, novecentos e oitenta reais e setenta e um centavos).

Acrescente-se, ainda, o valor de R\$ 637.382,80 (seiscentos e trinta e sete mil, trezentos e oitenta e dois reais e oitenta centavos) recuperado por meio de compensação em planilhas de cálculos relativas a alvarás de interesse de servidores, aposentados e pensionistas falecidos. O valor total recuperado foi de R\$ 31.503.363,51 (trinta e um milhões, quinhentos e três mil, trezentos e sessenta e três reais e cinquenta e um centavos).

Quanto aos cálculos e pagamentos de pensionistas, foi atendida no exercício de 2008 uma demanda relativa a 69.885 (sessenta e nove mil, oitocentos e oitenta e cinco) casos.

No que se refere ao quantitativo de processos analisados com vistas ao levantamento e pagamento de valores relativos à atrasados de pensão, verificou-se a seguinte evolução em relação ao exercício de 2007:

Atividades executadas	Exercício 2007	Exercício 2008	AC/DEC (%)
Processos administrativos calculados, conferidos e lançados no sistema SIAPE e aguardando pagamento pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão conforme critérios estabelecidos por aquele órgão normativo	892*	346	-(61,21)
Processos calculados e conferidos-vinculados a ações judiciais	656	313	-(52,28)
Processos calculados e conferidos relativos a pensionistas excluídos da folha de pagamento.	92	24	-(73,91)
Processos calculados aguardando conferência e/ou lançamento no módulo de exercícios anteriores do SIAPE	947	1.824	92,60
TOTAL DE PROCESSOS FINALIZADOS	2.595	2.483	-(4%)

Os decréscimos verificados em relação ao exercício passado devem-se à implementação de novas rotinas de trabalho e aperfeiçoamento dos procedimentos adotados até então, em face das orientações expedidas pela Consultoria Jurídica deste Ministério e também pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

No exercício de 2008, em face da determinação constante do Parecer n.º 201/2008-AGU/CONJUR/CGAJ/memb, que versa sobre revisão de pensões e aplicabilidade da prescrição quinquenal de que trata o Decreto n.º 20910/1932, foi providenciada a revisão de 1.374 (mil trezentos e setenta e quatro) processos de pensão, que abrangem o cálculo de exercícios anteriores de 1.841 (mil oitocentas e quarenta e uma) pensionistas, o que corresponde a um montante de R\$ 45.598.707,47 (quarenta e cinco milhões, quinhentos e noventa e oito mil, setecentos e sete reais e quarenta e sete centavos), com a aplicação da prescrição quinquenal, de que trata o decreto mencionado, conforme detalhamento a seguir:

- Foram bloqueados ou desautorizados no módulo de exercícios anteriores do sistema SIAPE os pagamentos de 932 (novecentos e trinta e duas) pensionistas, perfazendo o montante de R\$ 35.982.295,17 (trinta e cinco milhões, novecentos e oitenta e dois mil, duzentos e noventa e cinco reais e dezessete centavos); e
- Antes da emissão do aludido parecer já haviam sido quitados, a título de exercícios anteriores, os pagamentos de 909 (novecentas e nove) pensionistas, perfazendo o total de R\$ 9.616.412,30 (nove milhões, seiscentos e dezesseis mil, quatrocentos e doze reais e trinta centavos)

Em decorrência da situação apresentada, a CGRH reelaborou as planilhas de cálculos de exercícios anteriores referente a 932 (novecentas e trinta e duas) pensionistas que tiveram os seus pagamentos bloqueados ou desautorizados, tendo sido adotadas posteriormente, as seguintes providências:

- 217 (duzentas e dezessete) pensionistas tiveram o desbloqueio ou a autorização de valores relativos aos exercícios anteriores, visto que estavam com seus cálculos corretos;
- 23 (vinte e três) pensionistas tiveram suas planilhas corrigidas e novos créditos a serem lançados no módulo de exercícios anteriores;
- De 14 (quatorze) pensionistas foram apurados débitos não cobrados em consonância com o item 07, do parecer supramencionado;
- 194 (cento e noventa e quatro) pensionistas estão com seus processos de pensão aguardando elaboração de portaria e posterior homologação do Tribunal de Contas da União – TCU;
- 254 (duzentas e cinquenta e quatro) pensionistas estão com seu processo de pensão aguardando conferência da planilha de cálculos de exercícios anteriores;
- 183. (cento e oitenta e três) pensionistas estão com seus processos de pensão aguardando elaboração do Plano de Classificação de Cargos dos seus respectivos instituidores de pensão; e
- 47 (quarenta e sete) pensionistas estão com seus processos de pensão aguardando informações do Instituto Nacional de Seguro Social-INSS e do Ministério da Fazenda.

Do quantitativo geral de processos relativos a exercícios anteriores de pensionistas já lançados no módulo próprio do sistema SIAPE até dezembro de 2008, considerando-se inclusive a revisão determinada pelos pareceres n.º 306/2007-CGAJ/CONJUR/MT e n.º 201/2008-AGU/CONJUR/CGAJ/MT/memb, foi efetivado pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de acordo com os critérios estabelecidos pela Portaria-Conjunta SRH/SOF n.º 1 de 28 de setembro de 2005 e alterações posteriores, o pagamento de um total de 714 (setecentos e quatorze) processos, num montante de R\$ 12.610.337,49 (doze milhões, seiscentos e dez mil, trezentos e trinta e sete reais e quarenta e nove centavos).

Continuam pendentes de definição os procedimentos a serem adotadas para o pagamento dos passivos de 28,86% e 3,17% de pensionistas, visto que os processos que envolvem a matéria estão sobrestados por força do entendimento firmado pela CGAJ/CONJUR, no sentido de que em face do tempo decorrido entre a edição da Medida Provisória n.º 1.704/98, de 01 de julho de 1998, os valores dos citados passivos, não recebidos em vida por servidores aposentados ou pensionistas, já se encontram prescritos por força das disposições constantes no Decreto n.º 20.910/32.

Além disso, está sendo aguardada a resposta da consulta formulada pela Consultoria Jurídica deste órgão à Consultoria Geral da União por meio do Ofício n.º 799/2008-CGAJ/CONJUR/MT/memb, sobre a legalidade ou não dos pagamentos do passivo de 28,86% aos herdeiros de pensionistas que não tenham firmado termo de acordo ou de transação judicial para o recebimento desta vantagem administrativamente.

No âmbito da Coordenação-Geral de Modernização e Informática – CGMI, podemos destacar os principais resultados atingidos:

a) Coordenação-Geral de Modernização e Informática:

- Relatórios de Acompanhamento das Ações de Transportes do PAC; elaborados;
- Modelo de Contratação, bem como os respectivos Projetos Básicos, do ambiente de Produção e o de desenvolvimento, respectivamente, desenvolvidos e apresentados;
- Documento de Planejamento e respectivos Projetos Básicos, visando à contratação dos serviços de Tecnologia da Informação para o Ministério dos Transportes, elaborados;
- Planilhas e gráficos relativos ao acompanhamento da execução orçamentária e financeira das Ações de Transportes relacionadas ao Programa de Aceleração do Crescimento – PAC elaborados e repassados à Secretaria Executiva para os devidos controles;
- Participações efetivadas em reuniões do Conselho de Administração do DNIT – CONSAD em assuntos relacionados à Tecnologia da Informação e Comunicações quando solicitado;
- Documentos de exposição de motivos e da estrutura do Comitê Executivo de Tecnologia da Informação do Ministério dos Transportes, elaborados;
- Documento elaborado com sugestões para contratação de Projeto que levasse em conta a Imersão dos principais dirigentes do MT com o propósito de discutir e traçar os principais objetivos e metas de um Planejamento Estratégico para o órgão;
- Avaliação documentada do Sistema de Acompanhamento de Contratos – SIAC elaborado pelo Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO;
- Proposta orçamentária para 2009 dos gastos relacionados à Tecnologia da Informação do MT, elaborada;
- Nono Modelo de Estrutura para o Ministério dos Transportes, elaborado e encaminhado à Secretaria Executiva do MT;
- Reuniões participativas em Grupo de Trabalho da Secretaria de Logística de Tecnologia da Informação – SLTI do Ministério do Planejamento, que teve como resultado, a criação da Instrução Normativa nº 04, documento que disciplina e normatiza a Contratação de Serviços e equipamentos da área de TIC do Governo Federal;
- Minuta de projeto com vistas à contratação de entidade externa para elaboração do Plano Estratégico de Tecnologia da Informação – PETI da Coordenação-Geral de Modernização e Informática do MT com vistas à implantação das melhores práticas de Gestão (COBIT e ITIL);

- Captação através do Sistema de Pleitos da área de Tecnologia da Informação e Comunicações – SPATIC, das demandas por serviços de informática atinente aos diversos segmentos do Ministério dos Transportes, realizada;
- Orientação na definição de Projeto Básico com vistas à contratação de Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos, oferecida.

b) Coordenação de Informática:

b.1) Gestão dos Contratos e Serviços.

- Dentre os contratos gerenciados, um dos principais resultados atingidos e que proporcionou benefícios significativos em termos de administração dos recursos até então disponibilizados teve a ver com o projeto que propiciou a implantação e gestão centralizada da impressão corporativa.

b.2) Ambiente de Rede Corporativa.

- Migração do Oracle 9i para o 10G. Esta medida melhorou significativamente a administração e segurança do banco de dados em produção deste órgão;
- Segmentação da rede do Ed. Anexo. A segmentação desta rede aumentou a segurança dos dados que transitam entre as estações de trabalho e servidores, além de agregar performance aos serviços de rede;
- Implantação de serviços centralizados de impressão (impressão departamental) visando redução de despesas e melhoria de qualidade. Contrato assinado com a empresa Simpress;
- Customização do sistema de helpdesk. A alteração deste visa incorporar à cultura da SECOD o hábito de gerar chamados para demandas de serviço;
- Implementação da ferramenta de inventário em software livre Cacic. Esta ferramenta permite gerar relatórios a níveis gerenciais informando dados das estações de trabalho relativos à instalação/remoção de software e hardware;
- Consolidação da tecnologia de virtualização de servidores.

b.3) Sistemas de Informações.

- Integrado o sistema de cadastramento de aposentados e pensionistas ao banco de dados de RH.
- Integrado o módulo de Auxílio Funeral e Reversão de Crédito à base de dados de RH.
- Integrado o sistema de plano de saúde ao banco de dados de RH.
- Implementado o sistema SICPAD, para acompanhamento de processos administrativos disciplinares e de sindicância, integrado ao SICAP, para atendimento das necessidades da SAAD.
- Implementado o sistema de programação e reprogramação financeira, para atendimento de necessidades na SPO.
- Implementada versão do sistema SICAP na plataforma Java.
- Implementado e implantado sistema SAEI, para atendimento das rotinas internas da assessoria especial de controle interno (AECI).
- Implementado e implantado sistema de gestão de contratos da CGRL.
- Implementada manutenção no sistema SIGAT para utilização da API Google Map.

- Implementada manutenção adaptativa no sistema FORMAR enquadrando-o às novas definições estabelecidas pelo Ministério do Planejamento.
- Implementado e implantado em produção sistema CIDE - Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico, para atendimento das necessidades dos usuários nos estados (planejar os gastos com a CIDE), contemplando Programa de Trabalho, Programas, Publicações, Empreendimentos, Empenhos, Restos a Pagar, Cronograma Financeiro, Resumo da Programação Orçamentária, Relatório Financeiro por UF e por Modal, Relatório de Programas Trabalhos cadastrados.
- Implementado e implantado em produção sistema de expedientes da CONJUR.
- Implementada manutenção no sistema SIGEF, para manutenção de informações de Pensão alimentícia, Função, Dependentes, Função, atividade e nível, Representante legal de aposentado e pensionista, Correção e atualização dos dados de ocorrência de lotação, Lotação do servidor, Auxílios alimentação, transporte e pré-escolar, Grupo Cargo Emprego, Incorporação de função do servidor.
- Concluída a migração dos bancos de dados dos sistemas para oracle versão 10g.
- Concluídas as rotinas de carga dos dados oriundos do sistema SIAPE.
- Concluídas as rotinas de carga de dados de movimentação financeira de pensionistas.
- Concluída a rotina de carga dos pensionistas.
- Concluída a rotina de carga da movimentação financeira de servidores e pensionistas do DNER.
- Implementada manutenção corretiva e evolutiva do sistema SIGEF, nos módulos de pensionistas, dados funcionais, endereço, dados bancários, e relatório de Licença Prêmio.
- Concluída a conversão do sistema SICAP da plataforma ASP para a plataforma Java.
- Concluída a conversão do sistema SICPAD da plataforma Delphi para a plataforma Java.
- Implementada manutenção corretiva e evolutiva nos sistemas das plataformas Delphi, Java e ASP.
- Implementada manutenção corretiva e evolutiva na Home page do site do Ministério dos Transportes.
- Implementada manutenção corretiva e evolutiva da solução corporativa Intranet no Ministério dos Transportes.

b.4) Suporte ao Usuário.

- Instalação e configuração dos 350 microcomputadores Itautec e configuração das impressoras departamentais nos micros dos usuários;
- Aumento do nível de satisfação dos usuários, uma vez que a manutenção de hardware e software ocorreu de forma satisfatória, sendo que as requisições foram prontamente atendidas não havendo nenhuma pendência relativa a atendimento técnico ou peças de reposição.

c) Coordenação de Informação.

Podemos destacar:

Estatística e gráficos demonstrando os principais resultados atingidos, nas atividades do Fale Conosco e atendimento da Divisão de Biblioteca:

Área	Quantidade	%
Transporte Rodoviário	2.062	30,52
Transporte Ferroviário	583	8,63
Transporte Hidroviário	105	1,55
Transporte Portuário	163	2,41
Informações Funcionais (Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas)	2.108	31,20
Projetos e Programas	476	7,04
Outros	1.258	18,62
Total	6.755	100

osco - Período de 14/12/2007 a 19/12/2008:

Comentários Enviados por Tipo		
Tipo de Comentário	Quantidade	%
Sugestão	333	4,92
Dúvidas	1.584	23,44
Reclamação	1.505	22,27
Elogios	58	0,85
Consulta	3.275	48,48
Total	6.755	100

Estatística Operacional dos Comentários		
Categoria	Quantidade	%
Comentários Respondidos	1.754	25,96
Comentários Respondidos Com Cópia	344	5,09
Comentários Encaminhados	4.027	59,61
Comentários Encaminhados Com Cópia	453	6,70
Comentários Excluídos por Duplicidade	68	1,00
Comentários Excluídos por Incoerência	109	1,61
Total de Comentários Excluídos	177	2,62
Total de Comentários Operacionalizados	6.755	100
Total de Comentários Recebidos	6.755	100

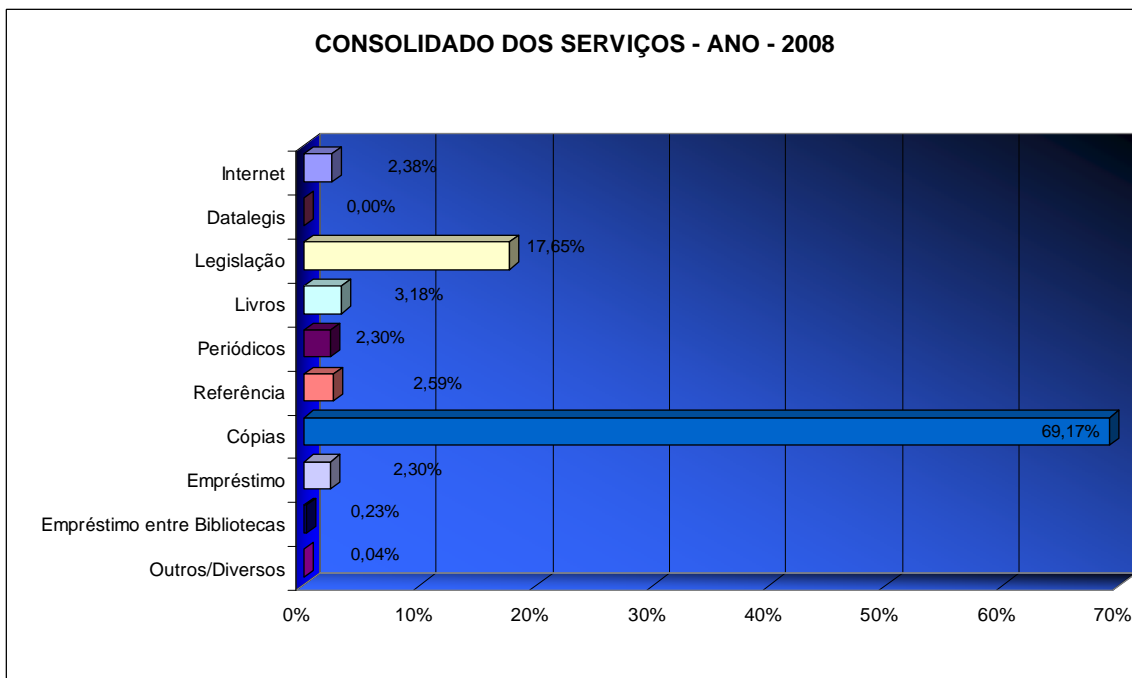
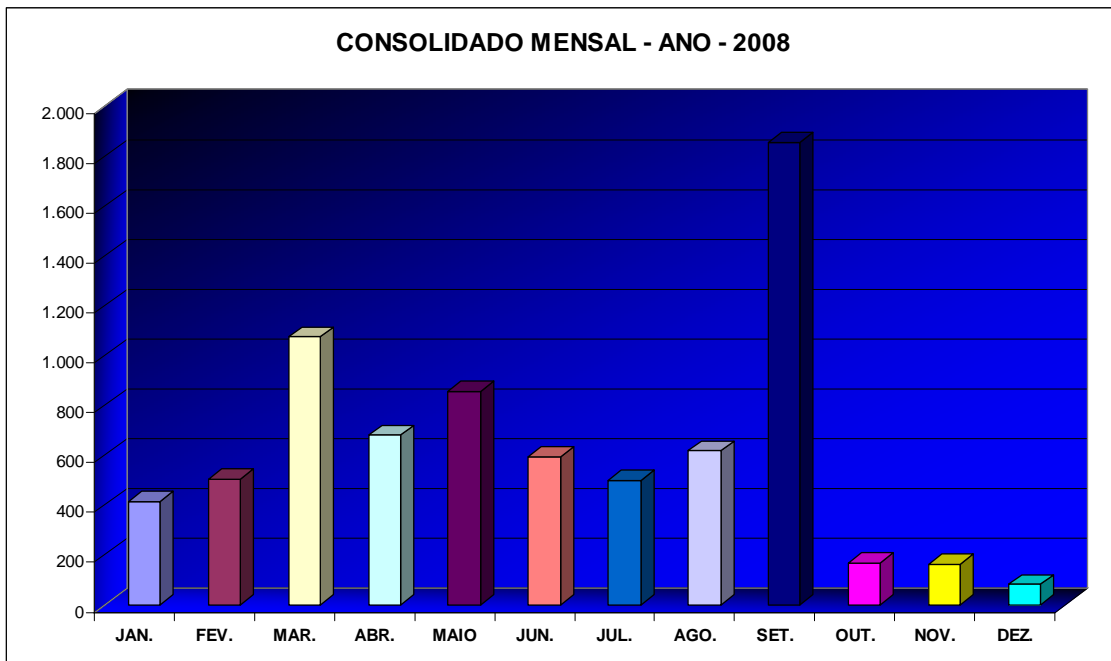
R
relatório
Estatístico
o –
Fale
Con

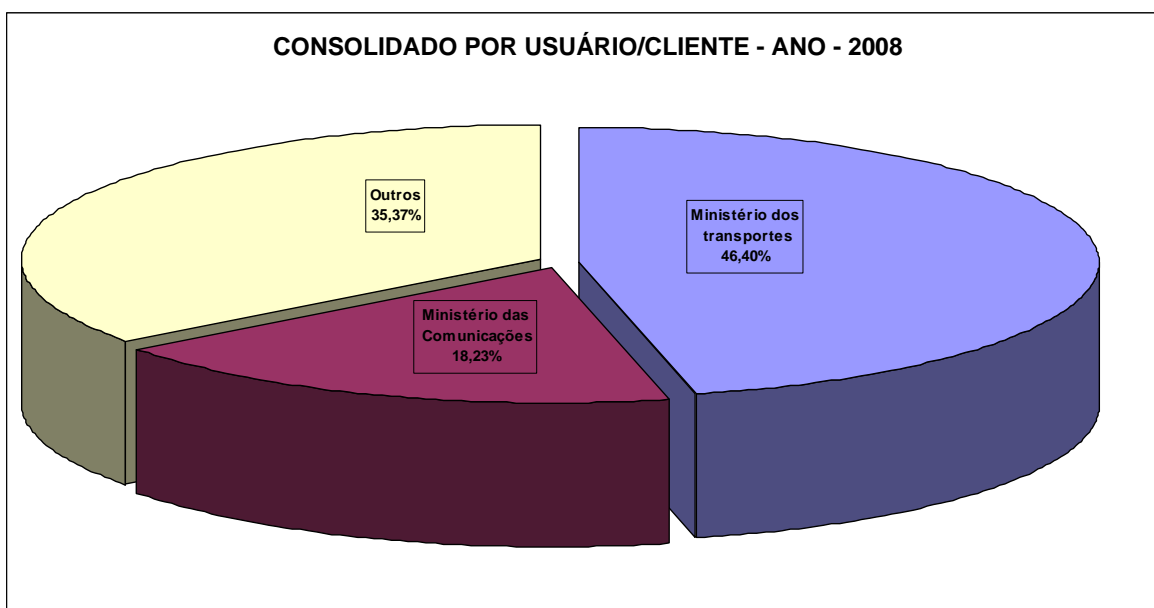
Estatística por Competência dos Comentários Encaminhados					
Órgão/Setor	Qtde. Enc.	Qtde. Enc. CC	Órgão/Setor	Qtde. Enc.	Qtde. Enc. CC
ANTAQ	41	6	ANTT	181	40
ASCOM	53	9	ASPAR	0	0
BIT	29	0	CGMI	0	0
CGRH	2.395	52	CIDE	1	0
CGRL	14	1	CONJUR	8	3
COMOR	0	0	CPL	10	0
CORIN	51	9	Codesp	0	0
CPMA	5	0	DMM	48	6
DIBIB	47	2	DPRF	0	0
DNIT	332	17	G M	69	8
Outro(s)	0	167	PARE	54	3
PASSELIVRE	538	203	RFFSA	0	0
SE	0	0	SEGES	2	0
SFAT	1	0	SPNT	147	9
Total de Destinatários Encaminhados				4.027	
Total de Destinatários Encaminhados CC				535	

ESTATÍSTICA DE PESQUISAS - BIBLIOTECA - MT														
Consolidado do Ano: 2008														
SERVIÇOS	JAN.	FEV.	MAR	ABR.	MAI O	JUN.	JUL.	AGO	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOT AL	(%)
Internet	28	2	8	1	3	20	6	8	92	9	0	2	179	2,38%
Datalegis														
Legislação	105	65	255	120	146	114	117	137	133	54	60	22	1.328	17,65%
Livros	38	42	23	27	37	18	14	31	9	0	0	0	239	3,18%
Periódicos	8	75	16	15	12	20	9	15	0	3	0	0	173	2,30%
Referência	15	5	14	39	28	19	52	23	0	0	0	0	195	2,59%
Cópias	204	244	752	465	614	393	296	374	1.602	103	103	54	5.204	69,17%
Empréstimo	12	68	8	14	19	10	5	31	6	0	0	0	173	2,30%
Empréstimo entre Bibliotecas	6	5	0	0	0	2	1	0	3	0	0	0	17	0,23%
Outros/Diversos	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	3	0,04%
TOTAL	416	506	1.076	681	859	596	500	619	1.858	169	163	81	7.524	100,00 %
Demanda Mensal (%)	5,53 %	6,73 %	14,30 %	9,05 %	11,42 %	7,92 %	6,65 %	8,23 %	24,69 %	2,25 %	2,17 %	1,08 %	100,00 %	

Observações: Os valores realçados representam uma demanda acima da Média Geral

Usuário/Cliente	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAIO	JUN.	JUL.	AGO.	SET.	OUT.	NOV.	DEZ.	TOTAL	(%)
Ministério dos transportes	210	277	667	298	439	336	289	310	592	34	21	18	3.491	46,40
Ministério das Comunicações	83	84	168	98	155	70	67	77	513	18	23	16	1.372	18,23
Outros	123	145	241	285	265	190	144	232	753	117	119	47	2.661	35,37
TOTAL	416	506	1.076	681	859	596	500	619	1.858	169	163	81	7.524	100,0
Demanda Mensal (%)	5,53	6,73	14,30	9,05	11,42	7,92	6,65	8,23	24,69	2,25	2,17	1,08	100,00	





Evidencia-se também, a utilização da ferramenta Intranet como elemento disseminador da Gestão do Conhecimento, no âmbito do Ministério; a constante atualização da “home Page” do Ministério e, a qualidade da informação prestada ao usuário externo, no que se refere ao atendimento de suas demandas relativas às atividades do MT.

d) Coordenação de Modernização.

Podemos destacar:

- Projeto de Implantação de Escritório de Projetos da CGMI:
 - Projeto Básico;
 - Pesquisa de Campo (coleta de dados através de pesquisas e reuniões setoriais) parcialmente concluído.
- Projeto de Modernização dos Processos da CGMI:
 - Mapeamento dos processos da CGMI.
- Elaboração da Reestruturação do MT juntamente com a Secretaria Executiva e áreas envolvidas:
 - Elaboração das novas competências das unidades organizacionais do MT;
 - Projeto de informatização e atualização de banco de dados da lista de Dirigentes do Ministério dos transportes em conjunto com a coordenação de informação;
 - Dados cadastrais dos servidores ocupantes de cargos comissionados atualizados disponíveis na INTRANET;
 - Conjunto de Personogramas das unidades do MT atualizados.
- Manuais do Ministério dos Transportes:
 - Revisão e atualização.
- Sinalização Interna do MT:
 - Layout revisado e atendimento das solicitações das unidades do MT.
- Alterações do Regimento Interno solicitadas pela CGRL e pela CONJUR/MT:

- Portarias nº. 172, 204 e 233, de 07 e 28 de agosto de 2006 e 24 de outubro de 2007, respectivamente.

A *Subsecretaria de Planejamento e Orçamento - SPO*, no exercício de 2008, cumpriu as metas fixadas para o exercício, com observância às normas legais e regulamentares pertinentes, que proporcionaram a exatidão na transferência dos recursos, atingindo, assim, os objetivos propostos pela Unidade Gestora.

2.4 1. Evolução de Gastos Gerais

No âmbito da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, temos a informar:

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	897.023,71	694.867,91	985.840,61
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	444.975,88	274.012,75	223.037,30
3. SERVIÇOS TERCEIRAZADOS			
3.1. Publicidade	7.705.127,73	3.085.672,30	-
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	2.436.205,24	2.416.865,39	2.172.896,92
3.3. Tecnologia da informação	4.505.391,41	4.814.219,55	5.045.354,07
3.4. Outras Terceirações	5.581.364,89	8.434.015,83	8.636.679,40
3.5. Suprimento de fundos	50.468,79	47.258,13	15.001,78
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO	-	-	10.376,45
TOTAIS	21.620.557,65	19.766.911,86	17.089.186,53

3. Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos

Não ocorreu no exercício de 2008.

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Em relação à *Coordenação-Geral de Recursos Logísticos*, temos a informar:

Ano de inscrição	RP processados			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar
2006				
2007				
2008				
TOTAL				

Ano de inscrição	RP não processados			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar
2006	31.854.790,54	6.975.631,38	25.714.895,58	879.017,75
2007	9.902.929,73	186.801,69	4.690.753,49	5.903.974,21
2008	46.289.730,74	4.070.479,21	43.441.755,22	4.678.456,40
TOTAL	88.047.451,01	11.232.912,28	73.847.404,29	11.461.448,36

Em relação à *Coordenação-Geral de Recursos Humanos*, temos a informar:

Ano de inscrição	RP processados			
	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar
2003	533.121,67	626.591,67	533.121,67	-
2004	1.841.218,66	-	1.841.218,66	-
2005	95,97	-	95,97	-
2006	-	-	-	-
2007	589.251,10	-	589.251,10	-

Ano inscrição	de	RP não processados			
		Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar
2003		-	-	-	-
2004		-	-	-	-
2005		7.176.123,92	-	-	7.176.123,92 *
2006		10.937.275,25	-	9.684,29	10.927.590,96 *
2007		11.416.429,99	-	3.212.408,90	8.204.021,09 *

*Empenhos inscritos em restos a pagar e que permaneceram por mais de um exercício financeiro aguardando encaminhamento de processos para pagamento. Está sendo providenciado o seu cancelamento.

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício.

Em relação à *Coordenação-Geral de Recursos Logísticos*, temos a informar:

Tipo	Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido/ transferido no exercício	Contra-partida	Beneficiário (razao social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e mestas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?)
Convênio	620194	conv./01-2007	Execução total dos serv. De terraplenagem, pavimentação asfáltica, obras de arte especiais e obras de arte correntes nas rodovias TO-070	17.01.2008	44.444.444,44	0	4.444.444,44	Estado do Tocantins 01.786.029/0001-03	liberado

Em relação à *Coordenação-Geral de Recursos Humanos*, temos a informar:

Tipo	Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido/ transferido no exercício	Contra-partida	Beneficiário (razao social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e mestas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?)
Convênio	484227	Processo nº 022.126/2003-64 1º TA 2º TA 3º TA		16.05.2003 25.11.2004 06.11.2006 11.06.2008		25.569.180,00	Prestação de Serviços de Assistência à saúde	Servidores e seus dependentes	

6. Previdência Complementar Patrocinada

Não se aplica.

7. Fluxo Financeiro de Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos

A Secretaria-Executiva não tem outros projetos ou programas além daqueles apresentados nos relatórios da Secretarias Finalísticas.

8. Renúncia Tributária

Não se aplica.

9. Declaração sobre a Regularidade dos Beneficiários Diretos de Renúncia

Não se aplica.

10. Operações de Fundos

Não se aplica.

11. Despesas com Cartão de Crédito

Cartão de crédito corporativo

Responsável: Adoniro Judson Barroso

Série histórica das despesas pagas mediante FATURA

2006	2007	2008
0,00	0,00	5.890,08

Detalhamento das despesas pagas mediante FATURA

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Valor
Material de Consumo	Compra de material p/Administração	5.844,08
Serviço	Serv. de Administ.-	46,00
Totais		5.890,08

Série histórica das despesas pagas mediante SAQUE

2006	2007	2008
0,00	0,00	304,24

Detalhamento das despesas pagas mediante SAQUE

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Valor
Material de Consumo	Combust. Viagem de inspeção da Rodovia BR 050, BR 153 e BR 365	304,24
Totais		304,24

Cartão de crédito corporativo

Responsável: Marcelo Henrique Rios dos Reis

Série histórica das despesas pagas mediante FATURA

2006	2007	2008
0,00	0,00	290,00

Detalhamento das despesas pagas mediante FATURA

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Valor
Material de Consumo	Material p/Administração	290,00
Serviço		
Totais		290,00

Cartão de crédito corporativo

Responsável: Maria Ivanildes G. Mota

Série histórica das despesas pagas mediante FATURA

2006	2007	2008
0,00	0,00	3.143,63

Detalhamento das despesas pagas mediante FATURA

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Valor
Material de Consumo	Material p/Administração	1.498,63
Serviço	Serv./ Administ. Ed. Predial	1.645,00
Totais		3.143,63

Cartão de crédito corporativo

Responsável: Maria Helena Ferreira Carreira e Sul

Série histórica das despesas pagas mediante FATURA

2006	2007	2008
0,00	0,00	1.052,74

Detalhamento das despesas pagas mediante FATURA

Descrição da Ocorrência	Justificativa	Valor
Material de Consumo	Material p/Administração	695,74
Serviço		357,00
Totais		1.052,74

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Este item será respondido individualizando cada Unidade Jurisdicionada abrangida.

a) Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD.

a.1) Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL:

Relatório nº 208590, que recomenda ao gestor apresentar à CGU, até o final deste exercício, informações quanto a mudanças na gestão do sistema, porventura implementadas, bem como, nova posição sobre o nível de migração de dados para o mesmo.

O sistema SophiA Biblioteca Avançado (SBA), da empresa Primasoft Comércio de Informática Ltda, é reconhecido, no mercado nacional, como um dos melhores e mais completos softwares aplicativo para a informatização de bibliotecas, haja vista a sua extensa utilização por vários órgãos públicos em Brasília, a exemplo do Tribunal de Contas da União – TCU, Ministério da Ciência e Tecnologia – MCT, Eletronorte, entre outros, sem que se tenha notícia de qualquer complicador a comprometer sua eficácia.

O Ministério dos Transportes, após cuidadosas consultas e a definição das necessidades relativas à informatização de suas unidades de Biblioteca, contemplando o Acervo Jurídico e as Unidades do Edifício Sede e Edifício Núcleo dos Transportes, conforme as recomendações normativas estabelecidas para casos do gênero, adquiriu o sistema SophiA Biblioteca Avançado (SBA), por meio de pregão eletrônico, objetivando o desenvolvimento dos seguintes módulos: Cadastramento de Obras, Cadastramento de Usuários, Controle de Empréstimos e Devoluções, CCN (Catálogo Coletivo Nacional), DSI (Disseminação Seletiva da Informação, Jurídico e Terminal de Consulta Intranet e Internet.

Destarte, como não poderia ser diferente, o referido sistema foi implantado e os serviços essenciais a sua manutenção foram contratados, não obstante o fato de a sua implantação parcial ocorrer em razão da não adoção de algumas condições, de certos materiais e recursos, que se acham em fase de provimento, como de acordo com o Termo de Referência para Reestruturação e Modernização da Biblioteca. Cumpre dizer que as ações previstas no referido Termo, caso materializadas, suprirão os meios à aplicação de todos os módulos adquiridos, e ainda, a validação dos dados migrados das 52.876 publicações transferidas do extinto GEIPOT, e que formam o acervo da Biblioteca/MT, Unidade Núcleo dos Transportes, localizada em outro endereço, assim como o cadastramento do restante do acervo da Biblioteca/MT, Unidade Edifício Sede, chegando ao total de aproximadamente 65.000 documentos nas duas unidades, em tempo hábil.

A essa iniciativa, em termos complementares e imediatos, o que descaracteriza qualquer ato de substituição ao Termo de Referência, soma-se também um Plano de Ação, o qual delinea as metas e os passos a serem dados no sentido de ampliar as condições julgadas indispensáveis a implementação mais completa e plena dos serviços contratados. Por consequência, tais explicações clarificam as observações contidas no relatório da CGU/PR quando admite não haver entre a evolução da situação fática, relativa à implementação do sistema, que ora sucede de forma parcial - pela razões já alegadas, e os serviços de manutenção que estariam sendo contratados.

Contudo é de se frisar que a aquisição do sistema SophiA Biblioteca Avançado (SBA) e a contratação de seus serviços de manutenção, foi feita com a finalidade de modificar a realidade funcional da Biblioteca do Ministério dos Transportes, modernizado-a, de modo a torná-la eficiente dentro do que representa o cumprimento de seu papel, e não, simplesmente, processar pequenos ajustes que em nada alterariam essa realidade. Para o caso em comento, o que se entende é que os meios justificam os fins, sem os quais a hipótese de se ter um serviço de qualidade, prestado com proficiência ao público em geral, não se justificaria.

Diante do exposto, passamos a comentar os diferentes aspectos da análise exarada no referido Relatório, que julgamos ser essencial no sentido não apenas de levantar incongruências no processo de Revitalização e Modernização da Biblioteca do MT, mas, principalmente, de possibilitar os meios a que a gestão dessa Biblioteca se aperfeiçoe e as dificuldades que se interpõem as suas ações programadas, não raro transcendentem aos limites dessa gestão, sejam de fato compreendidas e superadas de modo a garantir a eficácia buscada pela iniciativa em curso, cujo objetivo maior é transformar a Biblioteca do MT num instrumento eficaz de aporte de informações aos serviços de planejamento, execução e manutenção dos diversos sistemas viários do País.

Assim sendo, relativo aos questionamentos constantes do citado Relatório, vale dizer:

1 – Sobre a morosidade no cadastramento das publicações pertinentes ao acervo em geral, itens 1.1, 1.2 e 1.3 do Relatório, cabe informar que isto se deve: a) a insuficiência de pessoal especializado e treinado para inserção dos dados bibliográficos no sistema, ou seja, das duas Bibliotecárias que participaram do treinamento para operacionalizar o software em questão, uma se aposentou em junho de 2007, permanecendo apenas uma que ora acumula as suas funções com o cargo de gestora das duas unidades da Biblioteca do MT, situadas em diferentes endereços; b) a dificuldade em treinar pessoas fora da área de Biblioteconomia, restando apenas os estagiários de outros cursos que têm a sua atuação restrita a contratos temporários, gerando problemas de solução de continuidade; c) o não provimento do material necessário e específico (etiquetas, fita adesiva especial para lombada de livros, etc.) para finalização e disponibilização das obras para consulta e empréstimo; d) por fim, conforme informações do Conselho Regional de Biblioteconomia de Brasília – CRB-1, a estatística diária de um Bibliotecário dedicado exclusivamente à catalogação e classificação é de no máximo 20 obras/dias, quantidade que varia de conformidade com a complexidade da área de conhecimento da obra a ser classificada.

2 - Sobre o fato de a aquisição do sistema prever as dificuldades comuns ao serviço público, reduzindo esta não previsão a um problema de gestão, itens 1.4 e 1.5, temos a dizer: primeiramente o senso comum orienta que o serviço público não pode ficar refém de suas dificuldades, mas sim colocar-se de forma proativa no sentido de superar essas dificuldades, no afã da continuada busca de excelência na sua prestação, o que, a rigor, foi aspirado com a compra do referido sistema – isso não é ignorar a realidade, mas sim nela descobrir as possibilidades de sua transformação para melhor.

3 – Quanto as demais questões comentadas no alusivo Relatório, face a sua similitude com os problemas levantados anteriormente, reapresentado sempre com certa constância a inadequabilidade do sistema, ora por estar subutilizado ou mesmo por transcender as dificuldades presentes no serviço público, associando tais fatos a problemas de gestão, esperamos que os presentes esclarecimentos elidam as questões levantadas e que o diálogo entre essas instituições, MT e CGU/PR, persista na linha não apenas da identificação, mas da construção de saídas para os problemas existentes, por ser esta a razão mais nobre dos que planejam, executam e monitoram as ações na administração pública.

a.2) Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH:

1) Em maio de 2008, mediante a Solicitação de Auditoria n.º 208591, de 06/05/2008, foram pedidos esclarecimentos quanto ao pagamento de Auxílio Alimentação efetuado a servidor requisitado, tendo em vista que o mesmo recebia tal benefício pelo órgão de origem.

- Em levantamento realizado, não foi localizado requerimento do servidor que justificasse o recebimento do benefício em questão;

- Pela Carta n.º 021/DIBEN/COAD/CGRH/SAAD/SE/MT, datada de 12/05/2008, foi comunicado ao servidor o fato ocorrido, bem como solicitada autorização para desconto em folha de pagamento do valor recebido indevidamente;

- Foi, então, processado na folha de pagamento do servidor o desconto do valor recebido indevidamente.

2) Pelo Ofício n.º 19.867/DITRA/DI/SFC/CGU-PR, de 20/06/2008, foi constatado que por deficiência nos registros cadastrais dos servidores, possibilitou-se o recebimento do Auxílio Transporte em valor superior a R\$ 700,00.

- Foi feito o cruzamento do endereço cadastrado pelo servidor para o recebimento do citado auxílio com o endereço informado no Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos – SIAPE e na Base de Dados da Receita Federal – IRPF;

- Diligenciou-se junto aos servidores com informações divergentes, a devida atualização de endereço e valor de tarifa;

- Para os servidores que receberam o Auxílio Transporte com valores superiores ao devido, processou-se em folha de pagamento o desconto compensatório, informando ao interessado mediante carta;

- Elaborou-se e expediu-se Norma Interna estabelecendo os critérios para a concessão do auxílio em questão;

- No Relatório de Auditoria Anual de Contas, foi recomendada a realização de levantamentos periódicos sobre o pagamento do benefício Auxílio Transporte, objetivando evitar falhas na sua concessão, o que está sendo cumprido.

3) Igualmente no Relatório de Auditoria Anual de Contas de 2007, a CGU destacou a manutenção de contrato para prestação de serviço terceirizado, apesar da necessidade de sua revisão com o objetivo de melhor adequá-lo aos serviços de planejamento, implantação, treinamento e operação de Central de Relacionamento, nas modalidades Receptivo e Ativo.

- O Aviso da Licitação – Pregão n°. 25/2004, foi publicado no Diário Oficial da União de 10/12/04, sagrando-se habilitada a empresa Montana – Planejamento e Serviços Ltda, com proposta no valor de R\$ 2.324.996,88 (dois milhões, trezentos e vinte e quatro mil, novecentos e noventa e seis reais e oitenta e oito centavos), correspondendo a R\$ 193.749,74 (cento e noventa e três mil setecentos e quarenta e nove reais e setenta e quatro centavos) mensais, dando origem ao Contrato n°. 030/2005-MT assinado em 17/05/2005, que teve 10 (dez) aditivos, por diversas motivações ao longo de sua execução.

- Na avaliação do órgão de controle, apesar de acatar intrinsecamente os termos do referido ato, indicou-se ações com vistas a economicidade dos serviços prestados, propondo, inclusive, nova licitação ou verificação de preços junto a empresas do mesmo seguimento de mercado, o que foi feito sistematicamente, com resultados indicando que os preços praticados pela contratada eram, efetivamente, mais vantajosos para a administração, fato que, inclusive, também destacamos no Plano de Providências apresentado à CGU.

- Entretanto, convém registrar que as ações previstas no referido plano foram interrompidas em virtude de rescisão contratual, por parte do MT, em 19/02/09, motivada por descumprimento de suas cláusulas, o que causou sensíveis transtornos no desempenho das atividades pertinentes ao contrato, minimizados, em parte, pela permanência de grande parcela dos empregados da empresa em seus postos de trabalho, aguardando as providências tomadas pelo MT, na forma de contratação emergencial da CTIS – Soluções em TI, mediante o Contrato n°. 09/2009-MT, visando a não interrupção dos serviços até que se conclua o processo licitatório ora em andamento.

4) A equipe de auditores da Secretaria Federal de Controle Interno esteve presente na CGRH/MT em duas oportunidades, realizando exame em 838 (oitocentos e trinta e oito) atos de pensões e aposentadorias, ainda pendentes de pronunciamento conclusivo.

b) Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO.

1) Pelo ofício nº 4700/DITRA/DI/SFC/CGU-PR de 27/02/2008, relatório nº 201494, foi recomendado: i) aos responsáveis pela validação dos programas que observem os prazos constantes dos artigos 1º e 2º da Portaria nº 198/2005, como meio de fornecer, dentre outras tantas, informações sobre as ações de governo, com a devida periodicidade e confiabilidade, de forma a permitir a devida transparência do gasto público; ii) aos gerentes de programas que observem as disposições contidas na art 9º no Decreto nº 5.233/2004, tendo em vista que o Plano Gerencial consiste em um instrumento capaz de subsidiar os processos de tomada de decisão e estabelece compromissos entre os diversos atores que interagem para o alcance de seu objetivo; iii) recomenda-se ainda a indicação/vinculação de um Coordenador para a Ação 4641- Publicidade de Utilidade Pública.

- Setor responsável pela implementação: Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação.

- Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): no que se refere às recomendações da CGU, constante do Ofício acima referenciado, informamos que foram enviadas correspondências eletrônicas para todos os gerentes de programas e coordenadores de ação solicitando dar cumprimento aos dispositivos contidos no Decreto nº 5.233/2004 e Portaria nº 198/2005. Da mesma forma foi solicitado ao gerente do programa 225 – Gestão da Política de Transportes a indicação do coordenador de ação para a Ação 4641 – Publicidade de Utilidade Pública, a qual foi atendida.

2) Pelo ofício nº 19867/DITRA/DI/SFC/CGU-PR de 20/06/2008, relatório n.º 208592 – Comunicação de Encerramento dos trabalhos de campo, foi recomendado: i) Com fulcro nas obrigatoriedades estabelecidas na Portaria nº 198/2005, recomenda-se aos coordenadores de ação a fiel observância do citado dispositivo com vistas ao registro das informações no SIGPLAN de forma oportuna e nos moldes estabelecidos pela referida Portaria; ii) recomenda-se ainda aos gerentes de programas, a quem cabe validar as informações registradas pelos coordenadores de ações, a efetivação das mesmas de forma tempestiva para que os percentuais trimestrais de validação constantes dos relatórios pertinentes não repitam os índices apresentados durante o exercício de 2007, uma vez que tais informações constituem importante instrumento de gestão.

- Setor responsável pela implementação: Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação.

- Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento): visando atender as recomendações da Controladoria-Geral da União foram enviados expedientes as Unidades Gestoras deste Ministério, para solicitar que ao nomearem os Gerentes Executivos e Coordenadores de Ação esclareçam as atribuições e o papel que estes deverão desempenhar na Gestão de Planejamento de Transporte, bem como no preenchimento das informações do SIGPLAN.

13. Determinações e Recomendações do TCU

Este item será respondido individualizando cada Unidade Jurisdicionada abrangida.

a) Secretaria-Executiva.

1) Acórdão nº 2160/2008 – Plenário, de 2/10/2008, que determina a promoção de ações com vistas à compatibilização dos cargos comissionados da estrutura regimental vigente com as necessidades presentes, informando ao TCU as alterações realizadas; bem como abstenha-se de utilizar cargos comissionados na estrutura em unidade diversa da especificada, exercendo atribuições estranhas ao cargo que ocupa, em desacordo com o previsto no art. 117, inciso XVII, da Lei nº 8.112/90.

- Por meio do Aviso nº 204/MT, datado de 23 de dezembro de 2008, encaminhou ao Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, projeto de Decreto que aprova nova estrutura regimental e novo quadro demonstrativo dos cargos em comissão e das funções gratificadas do Ministério dos Transportes.

2) Acórdão nº 1875/2008 – Plenário, de 03/09/2008, que determinou ao DNIT, à Inventariança da RFFSA e à ANTT, sob a coordenação e supervisão do Ministério dos Transportes, com relação à transferência dos bens da extinta RFFSA.

- Para cumprimento da coordenação que lhe foi determinada, o Ministério dos Transportes nomeou um coordenador, pela Portaria nº 285, de 03/12/2008, para gerenciar a implantação de todas as providências determinadas a cada órgão vinculado. Encaminhou, pelo Ofício nº 092/SE/MT, de 16/02/2009, ao TCU o plano de ação formulado pelo DNIT em conjunto com a Inventariança da RFFSA e a ANTT, cuja execução está sob a supervisão do coordenador nomeado pelo MT.

3) Acórdão nº 5075/2008 – 1ª Câmara, de 02/12/2008, que apreciou o processo de tomada de contas da Secretaria-Executiva no exercício de 2004 e decidiu determinar a Secretaria-Executiva do Ministério dos Transportes que informe, em item específico do relatório do gestor, as medidas adotadas e os resultados alcançados em relação às situações apontadas no Acórdão nº 1886/2007 – Plenário.

- Quanto ao 8.2.1. que determinou a realização do recadastramento anual de que trata o Decreto 2.251, de 12.6.97, temos a informar:

Para fins de cumprimento à determinação constante do referido item, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos, dando seqüência às medidas até então adotadas para proceder ao recadastramento de aposentados e de pensionistas deste órgão, apresentou ao Senhor Subsecretário de Assuntos Administrativos, por intermédio do Memorando nº 218/2005 – CGRH/SAAD/SE/MT, proposta de recadastramento de aposentados e pensionistas consolidada a partir de estudos realizados junto aos Ministérios da Saúde e Ministério das Comunicações.

A referida proposta não visava somente o acompanhamento dos pagamentos efetuados e a manutenção de dados cadastrais/bancários dos servidores aposentados e pensionistas deste Ministério, mas também uma maior celeridade quanto à reversão dos créditos efetuados após o falecimento dos beneficiários de aposentadorias e pensões, bem como agilizar o ressarcimento e a tomada das providências legais nos casos em que os valores forem sacados indevidamente por familiares, procuradores ou terceiros, rotina esta que mereceu tratamento específico.

Assim sendo, o SREAP – Sistema de Recadastramento de Aposentados e Pensionistas foi desenvolvido pela Coordenação Geral de Modernização e Informática deste Ministério e recebido pela Coordenação-Geral de Recursos Humanos na competência do mês de junho de 2006.

O referido sistema extrai os dados dos recadastrandos (aposentados e pensionistas) diretamente do Sistema SIAPE, gerando assim os formulários de recadastramento e suas respectivas cartas explicativas.

Mensalmente são gerados pela referido sistema, atualmente administrado pela Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e Pensionistas – COAP, uma média de 8.000 (oito mil) formulários de recadastramento e 8.000 (oito mil) cartas explicativas que são encaminhadas para os endereços informados pelos próprios recadastrando, quando de sua inclusão no sistema SIAPE.

De acordo com os critérios constantes do projeto de recadastramento, o servidor ou pensionista recebe uma carta resposta com prazo de 30 dias para preencher o documento e devolvê-lo à Coordenação-Geral de Recursos Humanos via Correios.

Se por algum motivo o beneficiário deixar de encaminhar o documento, devidamente preenchido no prazo estipulado, uma nova correspondência é emitida e enviada a sua residência com novo prazo de 30 dias e vencido este último prazo, os proventos serão automaticamente suspensos da folha de pagamento até sua definitiva regularização

O SREAP – Sistema de Recadastramento de Aposentados e Pensionistas- O SREAP também controla o não atendimento dos prazos dados na segunda emissão, gerando relatório dos recadastramentos não atendidos para fins de suspensão de pagamento, as quais começaram a ser efetuadas em janeiro de 2007, para evitar questões relativas ao pagamento de exercícios anteriores por parte do Ministério do Planejamento, uma vez que nem toda clientela de inativos e pensionistas o tinha conhecimento da presente providência.

De início, cabe informar que no período compreendido entre setembro de 2006 e agosto de 2007 foram emitidas 85.066 (oitenta e cinco mil e sessenta e seis) correspondências explicativas, com seus respectivos formulários de recadastramento, sendo que 31.097 (trinta e um mil e noventa e sete) aposentados e pensionistas não responderam de imediato a primeira solicitação feita pela Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e Pensionistas – COAP.

Em conseqüência foram reiteradas 31.097 (trinta e um mil e noventa e sete) solicitações de cadastramento no período citado anteriormente, sendo que deste total 9.451 (nove mil quatrocentos e cinquenta e um) aposentados e pensionistas não atenderam à referida solicitação. Razão pela qual tiveram seus pagamentos suspensos em até dois meses após a data de seus respectivos aniversários.

Registre-se ainda, que aproximadamente metade dos titulares que tiveram seus pagamentos suspensos encaminhou, com uma média de até quatro meses de atraso, a documentação necessária para a reativação de seus pagamentos, sendo que aqueles que não se manifestaram foram excluídos definitivamente da folha de pagamento deste órgão, após esgotados todos os prazos para atendimento da solicitação de cadastramento.

No exercício de 2008, foram encaminhadas pela Coordenação, 85.830 (oitenta e cinco mil, oitocentos e trinta) solicitações de cadastramento, dentre as quais tiveram que ser reiteradas 37.550 (trinta e sete mil, quinhentas e cinquenta) correspondências, o que propiciou o efetivo cadastramento de 66.679 (sessenta e seis mil, seiscentos e setenta e nove) aposentados e pensionistas, encontrando pendente de resposta o total de 18.701 (dezoito mil, setecentos e um) pedidos.

Assim sendo, entendemos que as medidas adotadas pela CGRH estão apresentando um resultado significativo quanto ao efetivo cadastramento dos aposentados e pensionistas deste Ministério em consonância com a determinação do Tribunal de Contas da União.

- Quanto ao item 8.2.2, que determinou o estabelecimento de mecanismos eficazes de controle de exclusão de aposentados e pensionistas da folha de pagamento, temos a informar:

Conforme noticiado no Relatório de Gestão referente ao exercício de 2007, desde o exercício de 2004 várias medidas vem sendo adotadas pela Unidade para dar atendimento às determinações constantes item 8.2.2 da decisão 950/2000-Plenário-TCU, sendo que um dos problemas apontados na citada decisão se relacionam com a realização de depósitos indevidos na conta corrente de servidores inativos e pensionistas após o óbito.

Saliente-se que tais depósitos ocorriam não por ato de ilegalidade da administração, mas pela falta de comunicação do óbito dos titulares dos benefícios pelos familiares e representantes legais e pelas condições precárias de trabalho existente na Coordenação-Geral de Recursos Humanos, que não permitiam a utilização de mecanismos de controles eficazes.

Assim, a partir de 2004, o problema da exclusão de aposentados e de pensionistas da folha de pagamento e reversão dos créditos efetuados após a ocorrência do falecimento dos mesmos passou a se constituir juntamente com o cadastramento previsto no Decreto 2.251, de 12.6.97, um dos focos principais dos gestores da Coordenação-Geral de Recursos Humanos.

Foi solicitada, pela CGRH à Coordenação de Informática, a revisão geral de todo o sistema que vinha sendo utilizado para o pagamento de auxílio funeral e de controle de óbitos de servidores aposentados e de pensionistas, o que possibilitou o estabelecimento de novas rotinas de trabalho visando dar maior celeridade ao processo de exclusão por óbito, com a criação de novos mecanismos de controle do recebimento das certidões de óbito e para o processamento das exclusões nos Sistema SIAPE.

Além disso, paralelamente ao recadastramento de aposentados e pensionistas cujos resultados são apresentados no Relatório da Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas-COAP, foram estabelecidas na Coordenação de Pagamento de Aposentados e de Pensionistas-COPAP novas rotinas de trabalho, podendo destacar o encaminhamento de ofícios aos cartórios indicados no relatório do cruzamento de óbitos SIAPE X SCO, solicitando a remessa de certidão de óbito de aposentados e pensionistas cujos óbitos foram detectados pelo referido cruzamento.

O resultado obtido com este procedimento superou as expectativas do setor em face do grande número de certidões recebidas, o que possibilitou a exclusão de vários benefícios cujos titulares já haviam falecido e os familiares ou representantes legais não tinham comunicado a ocorrência do óbito.

No que se refere ao retorno de valores solicitados às instituições bancárias, no exercício de 2008 foram respondidos 2.872 (Dois mil, oitocentos e setenta e dois) e o valor recuperado alcançou o montante de R\$ 4.537.321,27 (Quatro milhões, quinhentos e trinta e sete mil, trezentos e vinte e um reais e vinte e sete centavos).

Ressalte-se, por oportuno, que a demanda relativa à exclusão de aposentados e de reversões de créditos sofreu influência direta do recadastramento de aposentados e de pensionistas que vem sendo realizado desde setembro/2006, em face da identificação da ocorrência de óbitos não comunicados à época própria pelos familiares e representantes legais.

Portanto, constata-se que as mudanças nas rotinas de desenvolvimento das atividades relativas a exclusão de aposentados e pensionistas falecidos da folha de pagamento proporcionaram a melhoria das atividades relativas a este seguimento, o que certamente apresenta grandes reflexos no que se refere às determinações emanadas do Tribunal de Contas da União, uma vez que a base cadastral do servidor aposentado e dos pensionistas se constitui no elemento inicial para a análise de qualquer processo no âmbito da CGRH, em matéria de aposentadorias e pensões.

Visando ainda dar cumprimento à determinação constante do Acórdão 5075/2008-TCU 1ª Câmara, sobre as medidas adotadas e os resultados alcançados em relação às situações apontadas no Acórdão 1886/2007-Plenário, especificamente no que se refere ao item 8.2.2 que determinou o estabelecimento de mecanismos eficazes de controle de exclusão de aposentados e de pensionistas por motivo de óbito, apresentamos a seguir um quadro demonstrativo onde se observa a evolução da situação a da reversão de créditos em relação ao período compreendido entre os exercícios de 2004 e 2008, conforme segue:

Exercício	Nº de pedidos de reversão	Pedidos respondidos	Valor recuperado (R\$)
2004	2.177	1.911	4.129.125,02
2005	2.166	1.692	4.222.636,98
2006	3.473	2.617	3.888.290,38
2007	3.674	2.684	4.002.869,43
2008	3.078	2.187	3.416.279,75
Total	14.568	11.091	19.659.201,56

No exercício de 2009, as atividades do setor continuarão a ser mapeadas para identificação de pontos de estrangulamento com vistas à adoção das medidas necessárias para que as falhas verificadas sejam sanadas com a maior urgência possível.

- Quanto ao item 8.2.6- que determinou o envio ao Tribunal de Contas da União dos atos de aposentadorias e pensões que tenham sido concedidos e ainda não registrados, nos termos da IN/TCU 16/97, temos a informar:

A partir da emissão da determinação do Tribunal de Contas da União, foram realizados vários mutirões para a agilização do encaminhamento dos atos de aposentadorias e pensões ao Tribunal de Contas da União, por intermédio do Sistema de Avaliação de Atos de Admissão e Concessões via Internet – SisacNet.

No período compreendido entre 2004 e 2007, os resultados apresentados foram os seguintes:

PROCESSOS HOMOLOGADOS PELA SFC/PR					
Exercício 2004	Exercício 2005	Exercício de 2006	Exercício de 2007	Exercício 2008	TOTAL
229	780	976	1.129	1.438 *	4.552

OBS: Os dados relativos aos exercícios de 2004 a 2006 constaram do Relatório de Gestão da Coordenação geral de Recursos Humanos referente ao Exercício de 2006.

Vale acrescentar que, no exercício de 2008, a Equipe de Auditores da Secretaria Federal de Controle Interno compareceu a CGRH em duas oportunidades, tendo naquela oportunidade, procedido a análise e homologação de 838 (oitocentos e trinta e oito) atos de aposentadorias e pensões.

No momento estamos aguardando o relatório relativo a segunda Auditoria, que foi realizada em outubro de 2008, ocasião em que mais 600 (seiscentos) processos foram homologados por aquela equipe, o que corresponde ao total de 1.438 (um mil, quatrocentos e trinta e oito) atos encaminhados ao Tribunal de Contas da União somente no exercício de 2008 e um montante de 4.552 (quatro mil, quinhentos e cinquenta e dois) atos homologados no período compreendido entre os exercícios de 2004 a 2008.

b) Subsecretaria de Assuntos Administrativos – SAAD.

1) Acórdão nº 1827/2008:

Item 9.4.: recomendar à Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério dos Transportes (SAAD/MT) que, em seus editais de licitação e/ou minutas de contrato referentes à prestação de serviços executados de forma contínua, deixe claro o prazo dentro do qual poderá o contratado exercer, perante a Administração, seu direito à repactuação contratual, qual seja, da data da homologação da convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato administrativo a ser repactuado até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que se não o fizer de forma tempestiva e, por via de

consequência, prorrogar o contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão do seu direito a repactuar;

Item 9.5. recomendar à Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério dos Transportes (SAAD/MT) que, em seus editais de licitação e/ou minutas de contrato referentes à prestação de serviços executados de forma contínua, deixe claro a data de referência que servirá para a contagem do interregno de 1 (um) ano para a primeira repactuação, data esta que, em regra, será a data base da categoria envolvida;

- A Subsecretária de Assuntos Administrativos - SAAD/MT encaminhou a Secretária de Fiscalização de Tecnologia da Informação – Substituta, por meio do Ofício nº 94/2008 – SAAD/SE/MT, de 02/10/2008, esclarecimentos quanto as providências adotadas pela SAAD, em relação aos itens 9.2 a 9.5 do citado Acórdão.

- O Memorando nº 200/2008-SAAD/SE/MT, de 03/10/2008, encaminhado a Coordenadora de Execução Orçamentária e Financeira – COEX/MT, para o cumprimento das recomendações do Acórdão.

- O Memorando nº 201/2008-SAAD/SE/MT, de 03/10/2008, encaminhado ao Coordenador de Atividades Administrativas - COAA/MT, para o cumprimento das recomendações do Acórdão.

- O Memorando nº 202/2008-SAAD/SE/MT, de 03/10/2008, encaminhado ao Coordenador de Material de Patrimônio – COMAP/MT, para o cumprimento das recomendações do Acórdão.

- O Memorando nº 203/2008-SAAD/SE/MT, de 03/10/2008, encaminhado a Pregoeira-CPL/MT, Sra. Mara Lúcia Pacheco Lopes, para o cumprimento das recomendações do Acórdão.

- O Memorando nº 204/2008-SAAD/SE/MT, de 03/10/2008, encaminhado a Pregoeira-CPL/MT, Sra. Alba Maria Viana Araújo, para o cumprimento das recomendações do Acórdão.

- O Memorando nº 205/2008-SAAD/SE/MT, de 03/10/2008, encaminhado o Presidente da Comissão Permanente da Licitação - CPL/MT, Sr. Osman de Moura Melo, para o cumprimento das recomendações do Acórdão.

- A Subsecretaria de Assuntos Administrativos- SAAD/MT, encaminhou as providências por meio do Ofício nº 93/2008 – SAAD/SE/MT, de 02/10/2008, em relação ao item 9.7 do citado Acórdão.

- Ofício nº 98/2008 - SAAD/SE/MT, de 06/10/2008, encaminhado ao Sócio Diretor da Poliedro – Informática, Consultoria e Serviços Ltda, em resposta a CE.DGE Nº 161/2008, de 03/10/2008, que trata do Ofício nº 93/2008/SAAD/MT.

- Ofício nº 100/2008 - SAAD/SE/MT, de 07/10/2008, encaminhado ao Sócio Diretor da Poliedro – Informática, Consultoria e Serviços Ltda, em resposta a CE.DGE Nº 165/2008, de 06/10/2008, que trata do Ofício nº 93/2008/SAAD/MT.

- Memorando nº 163/2008/AECI-MT, de 17/11/2008, esclarecimentos e informações sobre o andamento do novo edital para a contratação de prestação de serviços terceirizados no setor de informática do Ministério dos Transportes.

- Memorando 104/2008 – CGRL/SAAD/SE/MT, de 26/11/2008, em resposta ao Memorando 163 e 164/2008 e memorando nº 212/2008 – CGMI/SAAAD/SE/MT, de 25/11/2008, esclarecendo sobre os andamentos do novo edital.

- Memorando 209/2008 – SAAD/SE/MT, de 09/10/2008, adoção das providências possíveis de forma a proporcionar condições adequadas a realização do processo licitatório, dentro das determinações exaradas pelo TCU.

Conclusão: A Subsecretaria de Assuntos Administrativos encaminhou memorandas as áreas competentes, assim como deu ciência a empresa citada, e a Advocacia Geral da União sob o devido atendimento das recomendações emanadas pela Corte de Contas.

2) Acórdão nº 1848/2008:

- Item 9.3.: determinar ao Ministério dos Transportes que evite a inserção de cláusulas, em seus futuros editais de licitação, que conformem exigências de habilitação que impliquem em restrição do caráter competitivo do certame, a exemplo daquelas que constarem das letras "g" e "i" do subitem 1.1 do Anexo IV do edital do Pregão Eletrônico nº 33/2007;

- Item 9.4.: promover, com base no art. 250, inciso IV, do Regimento Interno/TCU, a audiência do Sr. Estevam Pedrosa, Subsecretário de Assuntos Administrativos do Ministério dos Transportes, autoridade competente responsável pela fase preparatória do pregão, conforme art. 8º do Decreto nº 3.555/2000 e art. 9º do Decreto nº 5.450/2005, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação, apresente razões de justificativa quanto às seguintes ocorrências:

- Item 9.4.1.: inclusão, como requisito de habilitação técnica, das exigências contidas nas alíneas "g" e "i" do subitem 1.1 do Anexo IV do edital do Pregão Eletrônico nº 33/2007, que afrontam ao disposto no art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/1993 e no art. 37, inciso XXI, parte final, da Constituição Federal;

- Item 9.4.2.: homologação do Pregão Eletrônico nº 33/2007, no qual foi constatada a prática de atos restritivos ao caráter competitivo do certame;" (grifou-se).

- Despacho S/N da SAAD/SE/MT, de 07/07/2008, encaminhado a CGRL/MT, para as providências cabíveis, conforme Ofício Nº 219/2008-TCU/SECEX-1, de 26/06/2008.

- Memorando 008/2008/AECI-MT, de 10/01/2008, solicitando que sejam apresentados os esclarecimentos para preparação de resposta ao TCU.

- Despacho S/N da SAAD/SE/MT, de 07/07/2008, encaminhado a CGRL/MT, para as providências cabíveis, contidas no Memorando 008/AECI/MT, de 10/01/2008.

- Ofício Nº 1282/GM/MT, de 27/06/2008, correspondências recebidas por este Ministério procedentes do TCU, a respeito do Aviso nº 121 – TCU- 2º Câmara e do Acórdão proferido nos Autos do Processo nº TC 023.721/2007-7.

- Memorando 708/2008/GM/MT, de 27/06/2008, encaminhando ao CONJUR/MT, para conhecimento, o assunto tratado no Aviso nº 121 - TCU – 2ª Câmara e no Acórdão proferido nos Autos do Processo nº TC 023.721/2007-7.

Conclusão: A Subsecretaria de Assuntos Administrativos encaminhou documentos às áreas competentes, assim como tomou conhecimento do Aviso 121-Seses - TCU-2ª Câmara com o voto, não se revestindo de gravidade suficiente para que o gestor seja apenado com multa.

3) Acórdão nº 723/2008.

Item 9.6.: recomendar ao Ministério dos Transportes e à Controladoria-Geral da União que adotem as medidas cabíveis com vistas a apurar a participação dos Srs. Luis Antônio Pereira de Carvalho, Gustavo Henrique Lontra Neto e Felipe Menezes de Bulhões, servidores daquele Ministério, na composição do quadro societário das empresas Petcon - Planejamento em Transporte e Consultoria Ltda., LDB - Informática e Serviços Ltda. e GHF Informática e Consultoria Ltda., bem assim o fato de a primeira delas ter sido contratada para a elaboração dos projetos executivos das obras de revitalização do setor portuário de Santana/AP, financiados com recursos federais oriundos do Convênio n. 1/2002, celebrado entre aquele Município e o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes.

- Memorando 505/2008/SE/MT, de 05/09/2008, encaminhando a SAAD/SE/MT, para conhecimento e adoção das providências recomendadas no item 9.6.

- Despacho S/N da SAAD/MT, de 12/09/2008, encaminhado a CGRL/MT, para exame e providências;

- Despacho S/N da CGRL/MT, de 12/09/2008, encaminhado a SE/MT, para que seja encaminhado ao DNIT, por se tratar de convênio firmado por aquela pasta;

- Memorando 095/2008/SE/MT, de 30/06/2008, encaminhando a SAAD/SE/MT, para o cumprimento da recomendação feita pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

- Despacho S/N da SAAD/SE/MT, de 30/06/2008, encaminhado ao AECI/MT, conforme entendimentos;

- Memorando 533/2008/SE/MT, de 23/09/2008, para a informação quantos aos servidores;

- Despacho S/N da SAAD/SE/MT, de 02/10/2008, encaminhando a SE/MT, as informações dos servidores contidas no Despacho S/N de 01/10/2008, da CGRH/MT.

Conclusão: A Subsecretaria de Assuntos Administrativos após conhecimento das informações, encaminhou ao GM/MT os membros para a devida abertura de processo disciplinar – sindicância, conforme portaria nº GM nº 32/2009 – Processo nº 50.000.068852/2008.

4) Acórdão nº 2045/2007:

- Item 9.1: que encaminhe cópia desta deliberação, bem como da instrução de fls. 12/23, vp à interessada e à Secretaria Executiva - Subsecretaria de Assuntos Administrativos - Coordenação-Geral de Modernização e Informática/MT.

- Memorando 20/2008/AECI-MT, de 21/01/2008, para ciência quanto ao pronunciamento do TCU, sobre a representação da América Tecnologia de Informática e Eletrônicos Ltda., em relação ao Pregão Eletrônico 12/2007;

- Ofício nº 3305/2008/AGU/PRUI/GI/ptk, de 11/12/2008, que trata do Processo Judicial nº 2008.34.00.022602-5;

- Despacho nº 5140/2008/AGU/CONJUR/MT/CGAJ, DE 17/12/2008, onde trata do Mandado de Segurança 2008.34.00.022602-5;

- Despacho S/N da SAAD/MT, de 22/12/2008, informando o cumprimento da decisão liminar proferida no Mandado nº 2008.22602-5, e de acordo com o Despacho nº 2.682/2008 – AGU/CONJUR/MTCGTA/CFFS, de 01/08/2008;

Conclusão: A Subsecretaria de Assuntos Administrativos após conhecimento e providências a respeito da comunicação de decisão do TCU, Ofício nº 372/2007-TCU/SECEX-1, de 06/09/2007, com conhecimento da representação e com indeferimento do pedido, bem como informar a empresa quanto ao resultado de seu pleito perante o TCU e arquivamento dos autos.

5) Acórdão: 2619/2008:

- Item 9.4: determinar à Coordenação-Geral de Recursos Logísticos do Ministério dos Transportes que:

- Item 9.4.3.: nas futuras licitações para contratação de prestação de serviços na área de tecnologia da informação, promova a divisão do objeto em tantos itens quanto sejam tecnicamente possíveis e suficientes, realizando licitações independentes para cada item, contemplando requisitos de habilitação e critérios de avaliação de proposta técnica objetivos, relevantes e específicos para cada item licitado, favorecendo assim a competitividade do certame, a redução de preços, a especialização das empresas, a qualidade dos serviços, a redução de riscos estratégicos e de segurança para o órgão ou entidade, conforme orientação prevista no Acórdão 786/2006-TCU-Plenário;

- Item 9.4.4.: nas futuras licitações para contratação de prestação de serviços na área de tecnologia da informação, adote, sempre que possível, a mensuração da prestação de serviços por resultados, segundo especificações previamente estabelecidas, evitando-se a mera locação de mão-de-obra e o pagamento por hora trabalhada ou por posto de serviço, utilizando-se de metodologia expressamente definida no edital que contemple, entre outros, os seguintes pontos básicos, conforme orientação prevista no Acórdão 786/2006-TCU-Plenário:

- Item 9.4.4.1.: a fixação dos procedimentos e dos critérios de mensuração dos serviços prestados, abrangendo métricas, indicadores, valores aceitáveis, etc.;

- Item 9.4.4.2.: a quantificação ou a estimativa prévia do volume de serviços demandados, para fins de comparação e controle;

- Item 9.4.4.3.: a definição de metodologia de avaliação da adequação às especificações e da qualidade dos serviços com vistas à aceitação e pagamento;

- Item 9.4.4.4.: a definição dos procedimentos de acompanhamento e fiscalização a serem realizados concomitantemente à execução para evitar distorções na aplicação dos critérios;

- Despacho s/nº 02/12/2008, a CGRL/MT, para as providências julgadas pertinentes;

- Memorando 234/2008/CONJUR/MT, de 03/12/2008, encaminhando os autos à SE/MT, para ciência, bem como para que informe a CGRL sobre o presente, determinado sejam observadas as deliberações da Corte de Contas;

- Despacho s/nº 04/12/2008, da SE/MT, encaminhado ao AECI/MT, para as providências pertinentes;

- Memorando 172/2008/AECI/MT, de 17/12/2008, encaminhando o processo nº 50.000.065456/2008-59 para conhecimento do referido Acórdão nº 2619/2008 –TCU - Plenário;

- Despacho s/nº 17/12/2008, da SAAD/MT, encaminhado a CGRL/MT, em atenção ao Memorando nº 172/AECI/MT, de 17/12/2008.

Conclusão: A Subsecretaria de Assuntos Administrativos após conhecimento e providências a respeito do relatório do TCU, em seu Acórdão nº 2619/2008-TCU – plenário, está realizando a preparação da nova licitação, atendendo as recomendações dispostas nos itens 9.4 e 9.5 do Acórdão nº 1828/2008.

6) Acórdão nº 1828/2008:

- Item 9.4.: recomendar à Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério dos Transportes (SAAD/MT) que, em seus editais de licitação e/ou minutas de contrato referentes à prestação de serviços executados de forma contínua, deixe claro o prazo dentro do qual poderá o contratado exercer, perante a Administração, seu direito à repactuação contratual, qual seja, da data da homologação da convenção ou acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato administrativo a ser repactuado até a data da

prorrogação contratual subsequente, sendo que se não o fizer de forma tempestiva e, por via de consequência, prorrogar o contrato sem pleitear a respectiva repactuação, ocorrerá a preclusão do seu direito a repactuar;

- Item 9.5.: recomendar à Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério dos Transportes (SAAD/MT) que, em seus editais de licitação e/ou minutas de contrato referentes à prestação de serviços executados de forma contínua, deixe claro a data de referência que servirá para a contagem do interregno de 1 (um) ano para a primeira repactuação, data esta que, em regra, será a data base da categoria envolvida;

- A Subsecretária de Assuntos Administrativos- SAAD/MT, encaminhou as providências por meio do Ofício nº 95/2008 – SAAD/SE/MT, de 02/10/2008, em relação aos itens 9.2 a 9.5 do citado Acórdão;

- O Memorando nº 200/2008-SAAD/SE/MT, de 03/10/2008, encaminhado a Coordenadora de Execução Orçamentária e Financeira – COEX/MT, para o cumprimento das recomendações do Acórdão;

- O Memorando nº 201/2008-SAAD/SE/MT, de 03/10/2008, encaminhado ao Coordenador de Atividades Administrativas - COAA/MT, para o cumprimento das recomendações do Acórdão;

- O Memorando nº 202/2008-SAAD/SE/MT, de 03/10/2008, encaminhado ao Coordenador de Material de Patrimônio – COMAP/MT, para o cumprimento das recomendações do Acórdão;

- O Memorando nº 203/2008-SAAD/SE/MT, de 03/10/2008, encaminhado a Pregoeira-CPL/MT, Sra. Mara Lúcia Pacheco Lopes, para o cumprimento das recomendações do Acórdão;

- O Memorando nº 204/2008-SAAD/SE/MT, de 03/10/2008, encaminhado a Pregoeira-CPL/MT, Sra. Alba Maria Viana Araújo, para o cumprimento das recomendações do Acórdão;

- O Memorando nº 205/2008-SAAD/SE/MT, de 03/10/2008, encaminhado o Presidente da Comissão Permanente da Licitação - CPL/MT, Sr. Osman de Moura Melo, para o cumprimento das recomendações do Acórdão;

- Ofício nº 99/2008 - SAAD/SE/MT, de 06/10/2008, encaminhado ao Gerente Administrativo e Financeiro da Empresa Montana Soluções Cooperativas Ltda;

- Ofício nº 101/2008 - SAAD/SE/MT, de 07/10/2008, encaminhado ao Gerente Administrativo e Financeiro da Empresa Montana Soluções Cooperativas Ltda;

- Memorando nº 164/2008/AECI-MT, de 17/11/2008, esclarecimentos e informações sobre o andamento do novo edital para a contratação de prestação de serviços terceirizados no setor de informática do Ministério dos Transportes;

Conclusão: A Subsecretaria de Assuntos Administrativos encaminhou memorandos para as áreas competentes, assim como deu ciência a empresa citada, e a Advocacia Geral da União sob o devido atendimento das recomendações emanadas pela Corte de Contas, bem como o andamento do novo processo licitatório em relação à contratação de serviços terceirizados de informática.

7) Acórdão nº 2160/2008:

- Item 9.3.: determinar ao Ministério dos Transportes, com fulcro no art. 71, inciso IV, da Constituição da República, c/c o art. 42 da Lei nº 8.443/92, que:

- Item 9.3.1.: promova ações com vistas à compatibilização dos cargos comissionados da estrutura regimental vigente com as necessidades presentes, informando a este Tribunal das alterações realizadas;

- Item 9.3.2.: abstenha-se de utilizar cargos comissionados previstos na estrutura em unidade diversa da especificada, exercendo atribuições estranhas ao cargo que ocupa, em desacordo com o previsto no art. 117, inciso XVII, da Lei nº 8.112/90;

- Despacho Nº 909/2008/CGAS/CONJUR/MT, de 10/10/2008, sugerindo o encaminhamento do processo á SE/MT, para ciência e acompanhamento do cumprimento das determinações da Corte de Contas, especificamente á CGMI, de forma que sejam adotadas providências cabíveis;

- Despacho S/N SE/MT de 29/10/2008, solicita providências para a urgente regularização da situação dos servidores supra mencionadas no Acórdão;

- Memorando nº 237/2008/SAAD/SE/MT, de 13/11/2008, em resposta as providências solicitadas pelo Despacho S/N SE/MT de 29/10/2008.

Conclusão: A Subsecretaria de Assuntos Administrativos, após conhecimento das determinações do TCU - em seu Acórdão 2160/2008, promoveu as providências com a regularidade da compatibilização dos cargos dos servidores ora mencionados no citado Acórdão.

8) Acórdão nº 2281/2008:

- Item 9.3.2.: Sra. Mara Lúcia Pacheco Lopes, pregoeira, em razão de:

- Item 9.3.2.1.: fixação, no edital, de valor mínimo para os salários das diversas categorias a serem contratadas, considerando os seguintes aspectos:

- Item 9.3.2.1.1.: não se demonstrou a necessidade da fixação desses salários, que traria aumento de custos para o ministério;

- Item 9.3.2.1.2.: desconsiderou-se a manifestação da Consultoria Jurídica, externada no Parecer 111/2008/AGU/CONJUR/MT/CGTA;

- Item 9.3.2.1.3.: descumpriu-se o art. 20, inciso II, da Instrução Normativa MPOG/SLTI 2/2008, que veda tal prática;

- Item 9.3.2.1.4.: o próprio gestor do Contrato 20/2006, então em vigor, atestou que os serviços vinham sendo prestados adequadamente;

- Item 9.3.2.2.: aceitação da proposta apresentada pela Empresa Dicaciel Telemed Comércio Representações Medicamentos Ltda., apesar do descumprimento do subitem 1.1, alínea 'd', do Anexo V do edital, uma vez que os atestados apresentados não demonstravam a execução de serviço compatível com o objeto da licitação (visto que não evidenciavam a prestação de serviços inerentes a cinco das quinze categorias previstas no edital), nem estavam acompanhados de Certidão de Acervo Técnico do CRA, em inobservância aos arts. 30, inciso II, e 48, inciso I, ambos da Lei 8.666/93;

- Item 9.3.2.3.: aceitação da proposta apresentada pela Empresa Dicaciel Telemed Comércio Representações Medicamentos Ltda., apesar de conter valores irrisórios (p.ex: lucro e despesas administrativas) e ser inexequível, conforme evidenciado pela confrontação dos valores contidos em sua planilha com aqueles presentes na pesquisa de mercado realizada pelo ministério e com os parâmetros colhidos pelo Tribunal no TC-016.721/2007-7, julgado pelo Acórdão 1.753/2008-Plenário, violando os arts. 44, §3º, e 48, inciso II, ambos da Lei 8.666/93;

- Item 9.3.5.: Sr. Estevam Pedrosa, Subsecretário de Assuntos Administrativos do Ministério dos Transportes, por ter dado continuidade ao certame, chegando até a assinatura do contrato, com desnecessário aqodamento, considerando as seguintes circunstâncias:

- Item 9.3.5.1.: já se tinha ciência que este Tribunal vinha analisando a legalidade daquela licitação, particularmente em função do estabelecimento de salários mínimos das categorias previstas no edital;

- Item 9.4.: determinar à Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério dos Transportes que:

- Item 9.4.1.: comprove junto a este Tribunal o cumprimento da determinação contida no item 9.2 deste acórdão e informe as medidas adotadas para evitar a descontinuidade na prestação dos serviços objeto da licitação em tela;

- Despacho s/nº SAAD/SE/MT, de 26/06/2008, solicitando providências cabíveis a CGRL/MT, a respeito do Pregão Eletrônico 21/2008;

- Despacho s/nº CGRL/MT, de 26/06/2008, encaminhado a CONJUR/MT, solicitando análise e manifestação, quanto ao Pregão 21/2008;

- Despacho s/nº CGRL/MT, de 26/06/2008, encaminhado a CGRH/MT, solicitando análise e manifestação, quanto ao Pregão 21/2008;

- Despacho s/nº CGRL/MT, de 26/06/2008, encaminhado a CPL/MT, solicitando análise e manifestação, quanto ao Pregão 21/2008;

- Ofício nº 58-2008/SAAD/SE/MT, de 30/06/2008, respostas aos Ofícios nº 1.599/2008 e 1.600/2008 – TCU/SECEX-1- Processo TC nº 014.986/2008-1;
- Despacho s/nº SAAAD/MT, de 01/07/2008, encaminhado a CPL/MT para as providências decorrentes, após o Ofício nº 58/2008/SAA/SE/MT, de 30/06/2008;
- Agravo elaborado pelo Ministério dos Transportes, em 22/08/2008, referente ao Ofício 1703/2008TCU/SECEX-1 de 18/08/2008 (processo TC nº 014.986/2008-1);
- Ofício nº 76/2008-SAAD/SE/MT, de 13/08/2008, encaminhado ao Secretário de Fazenda Municipal da Prefeitura Municipal de Lima Duarte, solicitando esclarecimentos;
- Ofício 01/2008, de 26/08/2008, resposta da Secretaria Municipal de Fazenda e Finanças da Prefeitura Municipal de Lima Duarte – MG.
- Despacho s/n SAAD/SE/MT, de 02/09/2008, encaminhando a CPL/MT, para juntar ao Processo nº 50.000.044313/2008-11;
- Ofício nº 75/2008-SAAD/SE/MT, de 13/08/2008, encaminhado ao Secretário de Fazenda Municipal da Prefeitura Municipal de Ewbank da CAMARA-MG solicitando esclarecimentos;
- Documento S/N, de 15/08/2008, resposta da Secretaria Municipal de Fazenda e Finanças da Prefeitura Municipal de Prefeitura Municipal de Ewbank da Câmara- MG;
- Despacho s/n SAAD/SE/MT, de 01/09/2008, encaminhando a CPL/MT, para juntar ao Processo nº 50.000.044313/2008-11;
- Ofício nº 77/2008-SAAD/SE/MT, de 13/08/2008, encaminhado ao Secretário de Receita e Controle Interno e Juiz de Fora - MG, solicitando esclarecimentos;
- Ofício 036/2008 – SRCI-JF, de 19/09/2008, resposta da de Receita e Controle Interno e Juiz de Fora – MG;
- Ofício nº 78/2008-SAAD/SE/MT, de 14/08/2008, encaminhado a Sócia Gerente da Empresa DICACIEL TELEMED COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES, EQUIPAMENTOS MÉDICOS E INFORMÁTICA LTDA - ME;
- Ofício nº 82/2008-SAAD/SE/MT, de 19/08/2008, encaminhado a Sócia Gerente da Empresa DICACIEL TELEMED COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES, EQUIPAMENTOS MÉDICOS E INFORMÁTICA LTDA - ME;
- Ofício nº 81/2008-SAAD/SE/MT, de 19/08/2008, encaminhado ao Presidente da Brasília Soluções Inteligentes Ltda;
- Ofício nº 87/2008-SAAD/SE/MT, de 02/09/2008, encaminhado a Secretária de Controle Externo em substituição do TCU- 1ª Secretaria de Controle Externo;

- Memorando nº 152/2008/AECI-MT, de 24/10/2008, solicitando justificativa cabível, para a elaboração de resposta à Corte de Contas;
- Pedido de reexame da SE/MT, de 07/11/2008, contra a decisão de mérito proferida no Acórdão Nº 2281/2008 – Plenário;
- Despacho s/n SAAD/SE/MT, de 24/10/2008, encaminhado a CGRL/MT, para conhecimento e providências, quanto ao Ofício nº 1828/2008-TCU/SECE-1, de 17/10/2008;
- Ofício nº 120/2008-SAAD/SE/MT, de 29/10/2008, encaminhado a Sócia Gerente da Empresa DICACIEL TELEMED COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES, EQUIPAMENTOS MÉDICOS E INFORMÁTICA LTDA - ME;
- Parecer nº 338-2008/AGU/CONJUR/MT/CGTA, de 28/10/2008, opinando pela viabilidade jurídica da rescisão contratual;
- Resposta da solicitação da rescisão contratual amigável – Ofício TCU-1828/2008-SECEX-1/Processo Nº 014986/2008-1/contrato Nº 035/2008-MT;
- Memorando 249/2008-SAAD/MT, de 01/11/2008, encaminhado ao Chefe de Gabinete da SE/MT, referente ao Ofício Nº 18/28/2008 – TCU/SECEX-1;
- Memorando 692/2008-SE/MT, de 21/11/2008, encaminhado a CONJUR, solicitando orientação quanto às providências a serem adotadas;
- Memorando 239/2008-CONJUR/MT/CGTA, de 04/12/2008, resposta ao Memorando 249/2008-SAAD/MT, de 01/11/2008;
- Despacho s/n SAAD/SE/MT, de 05/12/2008, encaminhado a CGRL/MT, para conhecimento e providências, quanto ao Memorando 239/2008-CONJUR/MT/CGTA, de 04/12/2008;
- Ofício nº 40/2009-SAAD/SE/MT, de 04/03/2009, encaminhado a representante legal da empresa DICACIEL TELEMED COMÉRCIO REPRESENTAÇÕES, EQUIPAMENTOS MÉDICOS E INFORMÁTICA LTDA – ME;
- Despacho s/n SAAD/SE/MT, de 23/10/2008, encaminhado a CGRL/MT, para conhecimento e providências;
- Despacho s/n SAAD/SE/MT, de 13/10/2008, encaminhado a CONJUR/MT, para análise desta Consultoria Jurídica, acerca da denúncia da empresa Higiterc;
- Ofício Nº 118/2008-SAAD/SE/MT, de 28/10/2008, encaminhado ao Delegado do Departamento de Polícia Federal, a respeito da apuração de suposto consentimento de crime no Processo Administrativo Nº 50.000.044313/2008-11, referente ao Pregão nº 021/2008;

- Ofício Nº 119/2008-SAAD/SE/MT, de 28/10/2008, encaminhado ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Distrito Federal, a respeito da apuração de suposto consentimento de crime no Processo Administrativo Nº 50.000.044313/2008-11, referente ao Pregão nº 021/2008;

- Ofício Nº 108/2008-SAAD/SE/MT, de 05/11/2008, encaminhado ao Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, apresentação das justificativas requeridas nos itens 9.3.4 e 9.3.5 do Acórdão nº 2281/2008-Plenário;

- Ofício Nº 234/2008/CGRL/SAAD/SE/MT, de 05/11/2008, encaminhado ao Secretário de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, apresentação das justificativas requeridas nos itens 9.3.4 e 9.3.5 do Acórdão nº 2281/2008-Plenário;

- Ofício Nº 170/2008-SAAD-SE/MT, de 09/12/2008, encaminhado ao Juiz da 15ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, referentes ao Mandado de Segurança nº 2008.34.00.018668-0, impetrado por Brasília Soluções Inteligentes Ltda, em curso nesse Juízo, referente a anulação do Pregão Eletrônico nº 21/2008 – Processo nº 50.000.093268/2007-30.

Conclusão: A Subsecretaria de Assuntos Administrativos encaminhou memorandos para as áreas competentes, assim como deu ciência a empresa citada, e a Advocacia Geral da União sob o devido atendimento das recomendações emanadas pela Corte de Contas, bem como o aguarda a posição do Mandado de Segurança nº 2008.34.00.018668-0, impetrado pela Empresa Brasília Soluções Inteligentes Ltda, em curso nesse Juízo.

b.1) Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL:

Não houve recomendação específica para a CGRL no exercício.

b.2) Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH:

1) Mediante Ofício n.º 1.531/2008-TCU/SECEX-1/AS, de 23/05/2008, o Tribunal de Contas da União – TCU comunicou que, com base na Medida Cautelar TCU n.º 030.586/2007-01, os procedimentos relativos à assinatura de novo Convênio de Adesão com a GEAP, cujo plano de saúde atende aos servidores do Ministério e seus dependentes, ou a prorrogação do convênio em vigor, com vigência até 05/06/2008, estão suspensos até sua decisão quanto ao mérito da matéria.

- Pelo Ofício n.º 513/2008-SE/MT, de 30/05/2008, o Ministério prestou ao TCU os devidos esclarecimentos solicitados, bem como pediu a revogação da Medida Cautelar;

- Mediante o Ofício n.º 1.564/2008/SECEX-1/SA, de 06/06/2008, foi autorizada a prorrogação do convênio com a GEAP pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, estabelecendo também o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação de cronograma para contratação, mediante procedimento licitatório, de empresa que opere plano de saúde;

- Pelo Ofício n.º 670/2008-SE/MT, de 20/06/2008, foi apresentado ao órgão Cronograma de Plano das Atividades para contratação de entidade prestadora do serviço mencionado;

- Com o Ofício n.º 2.100/2008-TCU/SECEX-1, de 10/12/2008, foi autorizada, excepcionalmente, a prorrogação do Convênio com a GEAP por mais 90 (noventa) dias, enquanto transcorria o processo licitatório para contratação de entidade que opere plano de assistência à saúde dos servidores e seus dependentes.

2) Também foram atendidas 68 (sessenta e oito) diligências que geraram alterações, correções ou cancelamentos em 2.236 (duas mil, duzentos e trinta e seis) pensões, sendo constituído processo administrativo, com correspondência e portaria de concessão, alteração ou indeferimento para cada um dos respectivos interessados.

c) Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO.

1) Mediante Ofício n.º 1.963/2008-TCU/SECEX-1, de 11/11/2008, o Tribunal de Contas da União – TCU solicitou, com base no Acórdão n.º 1705/2004-TCU – Plenário, processo n.º 023.185/1991-0, inclusão no cadastro informativo de créditos não quitados de órgãos e entidades federais – CADIN da empresa Sociedade Mafrense de Engenharia Ltda.

- Foram inscritos no CADIN o CNPJ n.º 76.555.762/0001-16, da empresa Sociedade Mafrense de Engenharia Ltda, o CPF n.º 007.135.976-15, do Sr. José Lúcio dos Santos e o CPF n.º 057.302.106-63, do Sr. Nelson de Melo Dantas. As inscrições ocorrem em 08/12/2008.

14. Atos de Admissão, Desligamento, Concessão de Aposentadoria e Pensão Praticados no Exercício

ATOS	QUANTIDADE	REGISTRADOS NO SISAC
		Quantidade
Admissão	08*	08*
Desligamento	02	02
Aposentadoria	07	07
Pensão	1934	1934

*Restabelecimentos de Concessão: Reversão de Aposentadorias

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi Dispensado

Não ocorreu no exercício de 2008.

16. Informações sobre a Composição de Recursos Humanos

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesas	Qtde	Despesas	Qtde	Despesas
Servidores Ativos de Quadro próprio em exercício na Unidade	1071	Vide observação	1066	Vide observação	1390	Vide observação
Funcionários Contratados – CLT em exercício na Unidade	-	-	-	-	-	-
Total Pessoal Próprio	1071	Vide observação	1066	Vide observação	1390	Vide observação

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesas	Qtde	Despesas	Qtde	Despesas
Ocupantes de Funções de Confiança, sem Vínculo	237	Vide observação	228	Vide observação	148	Vide observação

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesas	Qtde	Despesas	Qtde	Despesas
Contratações Temporárias (Lei 8.754/1993)	-	-	-	-	-	-

Descrição	Empresa	2006		2007		2008		
		Qtd	Despesa	Qtd	Despesa	Qtd	Despesa	
Pessoal Terceirizado	Vigilância	Agroservic e	52	1.328.062,00	52	1.275.035,61	52	1.227.084,08
	Limpeza	Agrocervic e	-	-	-	-	71	409.169,56
	Limpeza	Impacto	71	1.108.143,24	71	1.141.829,78	71	195.017,84
	Limpeza	Sandiego	-	-	-	-	71	341.625,44
	Apoio Administrativo	BSI do Brasil	146	1.099.120,90	146	3.545.748,96	146	3.067.978,59
	Apoio Administrativo	Montana Contrato n°. 030	77	2.499.678,95	77	2.735.350,43	77	2.906.919,00
	Copeiragem	Contal	34	572.411,19	34	653.371,90	34	659.300,17
	Manutenção Hidro-sanitária	Climática	15	132.708,35	15	318.500,04	15	317.136,84
	Manutenção ar-condicionado	2 MM	5	129.098,63	5	137.909,52	5	137.907,52
	Serviços Técnicos	PH	-	-	27	105.062,20	27	450.139,52
	Publicidade	RRN	-	-	11	390.834,85	11	794.178,00
	Manutenção Preventiva e Corretiva	Triunfo		165.224,40		180.244,80		180.244,80
	Informática	Poliedro	27	1.661.033,36	27	2.100.804,94	27	2.107.664,25
	Informativa	Montana Contrato n°. 19	42	2.844.358,05	42	2.713.414,61	42	2.937.689,82
	Comunicação	Haggat	11	590.107,35	-		-	-
	Empreendimentos	Garra	25	294.975,12	25	248.076,91	-	-
Teleinformática	Power Tech	1	98.040,00	1	118.916,22	1	125.847,96	
Estagiários	-	220	1.096.425,16	292	1.067.060,15	214	1.100.171,78	
Total Pessoal Terc.+ Estag.		726	13.619.386,70	825	16.732.160,92	864	16.958.075,17	

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesas	Qtde	Despesas	Qtde	Despesas
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, com ônus	29	Vide observação	32	Vide observação	26	Vide observação
Pessoal Requisitado em exercício na Unidade, sem ônus	43	Vide observação	47	Vide observação	102	Vide observação
Total Pessoal Requisitado em exercício na Unidade	72	Vide observação	79	Vide observação	128	Vide observação

Descrição:	2006		2007		2008	
	Qtde	Despesas	Qtde	Despesas	Qtde	Despesas
Pessoal Cedido pela Unidade, com ônus	11	Vide observação	17	Vide observação	10	Vide observação
Pessoal Cedido pela Unidade, sem ônus	156	Vide observação	156	Vide observação	154	Vide observação
Total Pessoal Cedido pela Unidade	167	Vide observação	173	Vide observação	164	Vide observação

Descrição:	2008	
	Qtde	Despesas
Pessoal Envolvido em ações finalísticas da unidade	-	-
Pessoal Envolvido em ações de Suporte da unidade	-	-
Total Geral	-	-

Obs.: O sistema não disponibiliza as despesas anuais dos servidores separadas por situação. Seguem abaixo valores totais consolidados das situações de ativo, sem vínculo, requisitados e cedidos:

Ano 2006 – R\$ 49.308.900,02

Ano 2007 – R\$ 49.654.477,31

Ano 2008 – R\$ 56.534.281,72

17. Outras Informações Consideradas pelos Responsáveis como Relevantes para a Avaliação da Conformidade e do Desempenho da Gestão

Em relação à *Coordenação-Geral de Recursos Humanos* apresentamos a seguintes informações complementares:

O SISAC, como sistema de acompanhamento e apreciação de atos de aposentadorias, pensões, admissões e desligamentos sofre constantes alterações em seus campos. Este fato, via de regra, inviabiliza as informações cadastradas anteriormente.

Isto se deve a constante criação ou suspensão de campos relativos a dados de instituidores de pensão e pensionistas, sendo que muitos atos de concessão ou reversão são cadastrados na versão vigente do SISAC e são analisados pelo TCU, após sensível decurso de tempo, em versão mais atualizada, o que pode induzir aquela Corte de Contas que o Ministério deixou, propositalmente, de preencher campos que passarão a ser obrigatórios na nova versão.

Diante disso, o órgão de controle diligencia no sentido do refazimento dos atos, o que implica em uso de tempo, pessoal, equipamento e materiais que poderiam ser utilizados em outras atividades igualmente importantes e intensas.

A mencionada dificuldade poderia ser corrigida se o TCU analisasse as informações com base na versão em que elas foram oferecidas.

Outra questão que interfere no bom andamento das atividades da CGRH, é a demora do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão em autorizar concurso público para o preenchimento de cargos efetivos nesta Pasta.

O projeto em questão foi encaminhado há mais de 2 (dois) anos por meio do Ofício SE/MT n.º 1108/2006, dando origem ao processo protocolado sob o n.º 03080.001947/2006-87, cujos termos têm sido sistematicamente reiterados.

A urgência que o caso requer é devida porque data de 1987 o último concurso que beneficiou significativamente este órgão, quando foram aproveitados concursados do MEC, e pela ocorrência, ao longo do tempo, de vacâncias decorrentes de aposentadorias, desligamentos e falecimentos de servidores, além do acréscimo de atividades a serem desempenhadas.

Demais disso, deve ser considerada a obrigatoriedade de substituição, até 2010, da força de trabalho terceirizada, hoje vital para a atuação do Ministério.

Em relação à *Subsecretaria de Planejamento e Orçamento* apresentamos a seguintes informações complementares:

No decorrer do exercício de 2008, no desenvolvimento das atividades de responsabilidade da SPO, foram observadas as normas legais que regem as matérias orçamentárias e financeiras, cabendo exemplificar a observação do conteúdo da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, dos valores e regras aprovadas na Lei Orçamentária Anual para o exercício, das orientações e limites estipulados no decreto de programação orçamentária e financeira, metas e limites orçamentários constantes do PPA 2008/2011, além de outros dispositivos afetos à matéria em questão.

É importante ressaltar, na oportunidade, o enfrentamento responsável desta Setorial Orçamentária, Financeira e Contábil no cumprimento das normas legais que permeiam a matéria em questão, bem como a divulgação e orientação direcionadas às Unidades jurisdicionadas desta Pasta para a rígida observação da legislação que rege a gestão de recursos da União.

18. Conteúdos Específicos por UJ ou Grupo de Unidades Afins

Não se aplica.